

CURSO “REALIDADE BRASILEIRA” - ILAESE

PARTE 1: TEXTOS SOBRE O CARÁTER DA COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL

1. Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa nas Américas – Nahuel Moreno, 1948.

(...)

O marxismo latino-americano se educou sob a influência de um pseudomarxismo que havia se restringido às fontes dos historiadores liberais. Estes defendiam uma suposta colonização feudal por parte da Espanha e de Portugal, o que teria sido a origem do nosso atraso em relação aos Estados Unidos da América. Este falso esquema sobre o nosso passado colonial tem sido substituído, em alguns meios marxistas, por outro tão perigoso quanto o anterior: a colonização latino-americana teria sido diretamente capitalista. Gunder Frank é um dos mais importantes representantes desta nova corrente de interpretação marxista. Como bem cita Novack, este afirma categoricamente que *“o capitalismo começa a penetrar, a formar, a caracterizar por completo a América Latina e a sociedade chilena já no século 16”*.

Tenho sido um dos primeiros, senão o primeiro, que desde 1948 venho lutando nos meios marxistas latino-americanos contra a teoria da colonização feudal que, em seu momento, o stalinismo levantava como justificativa teórica para a sua política de fazer uma revolução “antifeudal” e constituir frentes populares com a burguesia “antifeudal” e “liberal”. Esta é a razão pela qual alguns teóricos da “colonização capitalista” me citam como um dos pioneiros da atual interpretação em voga. Nada mais equivocado. Sem usar a expressão de combinação de diferentes formas e baseando-se em Marx, que definiu a colonização escravista dos Estados Unidos como “capitalismo feudal”, minha interpretação tem sido essencialmente a de Novack, que, por sua vez, é a de Marx, embora sem citá-lo. Algumas citações vêm à mente para delimitar campos.

(...)

A colonização tem objetivos capitalistas: obter lucros, porém se combinando com relações de produção não capitalistas. O mesmo disse Novack: aos “objetivos capitalistas” de minha análise, lhe põe um nome mais preciso, capitalismo mercantil, mas insiste no mesmo que minha tese, o caráter não capitalista das relações de produção. *“Que fizeram de fato Espanha e Portugal? Criaram formas econômicas no Novo Mundo que tinham um caráter combinado. Eles combinaram relações pré-capitalistas a relações de troca, subordinando-as, assim, às demandas e movimentos do capital mercantil”*.

Esta discussão teórica não é uma polêmica acadêmica sem relação com a política. As teses da revolução permanente não são simplesmente teses da revolução socialista, mas a combinação de duas revoluções: democrático-burguesa e socialista. A necessidade desta combinação surge, inexoravelmente, das estruturas econômico-sociais de nossos países atrasados, que combinam diferentes segmentos, formas, relações de produção e de classe.

(...)

I.

(...)

O melhor exemplo do que vimos dizendo é a interpretação da história latino-americana e, em especial, da colonização espanhola e portuguesa da hispanoamérica. Há todo um mito dos historiadores liberais que atribuem o atraso da América Latina à colonização espanhola e portuguesa, e o progresso da América do Norte à colonização inglesa. Este mito é tomado por Mariátegui e também por Puiggrós, transformando o racial em categorias econômicas: colonização espanhola igual a feudal.

“A conquista do território americano e de seus habitantes, e a incorporação aos domínios da coroa espanhola, foi a obra de conquistadores feudais, dos que haviam lutado contra

os mouros e que antes haviam engrossado os exércitos das Cruzadas. Toda empresa feudal europeia, seja no norte contra os eslavos, no leste contra os turcos, no oeste contra os saxões e os germânicos ou no sul contra os árabes tem sido levado adiante sob o signo da cruz de Cristo. A conquista da América pela Espanha é parte do processo geral de expansão do feudalismo e se verifica quando este já havia entrado em decadência. A Espanha voltou sobre a América os elementos do seu regime feudal decomposto. O poder da monarquia se fortaleceu ao entregar aos seus vassalos vastos territórios, vultuosas riquezas e milhares de seres humanos submetidos às rudezas e crueldades da servidão.” (Da colônia à revolução, Editorial Lautaro, 2ª ed., pág. 16) [1]

Puiggrós, há de se reconhecer, teve o mérito de compreender, pelo menos, que *“o descobrimento da América foi uma empresa levada a cabo por comerciantes e navegantes do Mar Mediterrâneo”*. Pena que, depois, considerou que *“o capital comercial havia cumprido a sua missão ao construir o ponto pelo qual o feudalismo espanhol se transportaria para a América”*.

Sobre a América do Norte, Puiggrós é categórico:

“A América saxônica foi colonizada um século mais tarde em condições diferentes. Os ingleses que chegaram no ‘Mayflower’, e que continuaram chegando entre 1620 e 1640, trouxeram ao Novo Mundo os germes do desenvolvimento capitalista oriundo de sua pátria originária. Em oposição a esta colonização do nordeste dos EUA, a imigração dos ‘cavaliers’, verificada depois da revolução burguesa de 1648 que derrubou os Stuart, estava integrada, diferentemente da primeira, por elementos feudais encabeçados por parte da nobreza deslocada do governo e expropriada de suas terras. Esta imigração se estabeleceu ao sul, na Virgínia, e implantou formas de produção e hábitos de vida que correspondiam à sua origem feudal. A exploração do trabalho de índios e negros, na forma servil e escravista, constituiu a sua base social. Enquanto a corrente migratória burguesa impulsionou a pequena propriedade rural e o desenvolvimento manufatureiro dos núcleos urbanos, a corrente migratória feudal se estabeleceu sob a grande propriedade e na economia doméstica. O triunfo da primeira eliminou os últimos redutos do feudalismo nos Estados Unidos da América.” (pp. 23 e 24) [2]

II.

A colonização espanhola, portuguesa, inglesa, francesa e holandesa na América foi essencialmente capitalista. Seus objetivos foram capitalistas e não feudais: organizar a produção e os descobrimentos para conseguir lucros prodigiosos e para colocar bens no mercado mundial. Não inauguraram um sistema de produção capitalista porque não havia, na América, um exército de trabalhadores livres no mercado. Assim, os colonizadores, para poderem explorar capitalisticamente a América, se viram obrigados a recorrer a relações de produção não capitalistas: a escravidão ou uma semiescravidão dos indígenas; produção e descobrimentos por objetivos capitalistas; relações escravas ou semiescravas; formas e terminologias feudais (como o capitalismo do Mediterrâneo); são os três pilares em que se assentou o capitalismo na América.

Puiggrós confunde, como tantos historiadores liberais, decadência do capitalismo mediterrânico com avanço do feudalismo. Não existe tal feudalismo espanhol que coloniza a América. Existe um extraordinário desenvolvimento do capitalismo mediterrânico que já começou sua decadência com o descobrimento da América. Seu descobrimento não fez mais do que acelerar ainda mais sua decadência e o desenvolvimento do novo capitalismo no norte da Europa ocidental, que já havia surgido e estava se movendo para o Mediterrâneo antes do descobrimento do nosso continente. O capitalismo do Mediterrâneo, impregnado de aristocratismo e formas feudais, tem um caráter comercial, usurário, local e internacional em oposição ao que havia surgido em porções mais ao norte do continente europeu, que o desenvolve de maneira manufatureira e nacional.

Se há um lugar da América cuja colonização é capitalista é o nordeste dos EUA. Justamente o contrário do que crê Puiggrós. Para esta região, foram ou se estabeleceram os europeus que queriam terras, clima e produção como os da Europa, mas não pensavam em realizar trocas comerciais com seus países de origem, já que abasteciam a si mesmos com seus produtos agrícolas. Por isso, foi uma colonização cujo objetivo era a terra para realizar uma pequena produção e para abastecer a si mesmo. Esta imigração deu origem a um pequeno campesinato que abastecia a si mesmo e que colocava no

mercado o possível excedente que conseguia. Vista de um ângulo histórico, esta imigração continuava a magnífica tradição do período medieval europeu de colonizar novas terras com camponeses independentes. Porém, na América do Norte, houve uma diferença fundamental: o excesso de terras impediu o crescimento de uma classe latifundiária feudal, ainda que tenha havido tentativas de se tornar uma. Se gostássemos de paradoxos, poderíamos dizer, contra Puiggrós, que o sul dos EUA e da América Latina foram colonizados de maneira capitalista, mas sem dar origem a formas capitalistas, e que o norte dos EUA foi colonizado de maneira feudal (camponeses que buscavam terras e nada mais do que terras para se abastecerem), mas sem relações feudais.

A verdade é que não pode haver outra definição marxista para as colônias hispano-portuguesas e o sul dos EUA que não seja a produção capitalista especialmente organizada para o mercado mundial com relações de produção pré-capitalistas. Em oposição a esta região, podemos definir o norte do EUA como uma região colonizada por ondas de pequenos camponeses que não suportaram relações de produção pré-capitalistas e que, como consequência disso, se constituíram durante séculos num mercado interno em constante crescimento. O nordeste dos EUA herdou as vantagens do feudalismo europeu: pequena produção agrária, sem suas tremendas desvantagens: uma classe de latifundiários feudais, inevitáveis parasitas, na futura produção burguesa.

Marx já havia visto esta contradição e as diferenças nas colonizações. Em *História crítica da mais-valia*, compara, de passagem, os dois tipos de colonização, rebatendo, daí em diante, todos os Puiggrós. Disse-nos:

“Temos de distinguir dois tipos de colônias. No primeiro caso, tratam-se de verdadeiras colônias, como as dos EUA, Austrália, entre outros. Nestas, a massa de colonos dedicados à agricultura, ainda que tenha chegado da metrópole um capital mais ou menos grande, não constitui uma classe capitalista e, menos ainda, sua produção é capitalista. São, em maior ou menor extensão, camponeses que trabalham para si, cuja preocupação primordial e fundamental é a de procurar se sustentar, produzir seus próprios meios de vida, razão pela qual seu produto fundamental não tem caráter de mercadoria, pois não se destina ao comércio. O excedente de sua produção, depois de suprir o seu próprio consumo, o vendem ou trocam por artigos manufaturados de importação entre outros. Outra parte dos colonos, mais reduzida, estabelecida na costa, nas margens dos rios navegáveis, cria cidades comerciais. No entanto, suas atividades podem qualificar-se, de algum modo, de produção capitalista. No segundo tipo de colônias, de grandes plantações, que são desde o momento do seu surgimento especulações comerciais, centros de produção para o mercado mundial, existe um regime de produção capitalista, ainda que só formalmente, visto que a escravidão dos negros exclui o livre trabalho assalariado, que é a base sobre a qual descansa a produção capitalista. São, sem dúvidas, capitalistas os que manejam o negócio do comércio de negros escravizados. O sistema de produção introduzido por eles não provém da escravidão, mas se enxerta nele. Nesse caso, o capitalista e o latifundiário são uma só pessoa.” (História crítica da mais-valia, Tomo II, México, Fundo de Cultura Econômica, pp. 331 e ss.)

Um conquistador espanhol ou português é um primo-irmão do dono dos plantadores de erva mate do princípio do século 20 que popularizaram as lendas e novelas. De fato ou de direito, o trabalho dos trabalhadores rurais era quase escravo. Porém a produção destes donos de engenho era capitalista. A colonização da América espanhola segue, com verdadeira sanha, caminhos e objetivos comerciais. O que ele fez a este respeito foi enorme. A América espanhola foi a caldeira do desenvolvimento capitalista europeu. Quanto a isso, será necessário, algum dia, estudar se a técnica de exploração dos minerais trazida pelos espanhóis não foi a mais avançada de seu tempo, o que confirmaria, no que diz respeito às forças produtivas, seu caráter capitalista.

O importante é que esta produção capitalista originou, desde o começo da colonização, uma classe capitalista autóctone, independente dos comerciantes e da burocracia, os burgueses latifundiários. Todavia, não tem sido estudada a história da América Latina partindo desta caracterização de conjunto: a existência desde um princípio de uma classe burguesa local ligada à produção regional. Essa classe é semelhante à do sul dos EUA que deu origem a George Washington. Os historiadores liberais e seus imitadores marxistas ignoram a existência desta classe porque não era uma burguesia

industrial e a classificam de latifundiários feudais quando, pelo contrário, é uma classe burguesa muito mais progressiva que a burguesia comercial compradora.

(...)

IV.

A colonização da Argentina não difere do resto da América espanhola. É interessante, a este respeito, estudar a colonização portuguesa do Brasil.

Navarrete informa, em sua relação das viagens de Colombo, que teria encontrado, nas terras descobertas, madeira para tingir tecidos. Em 1501, os portugueses enviam uma expedição exploradora que retornou a Portugal com um carregamento desta madeira, denominada pau-brasil. O rei de Portugal se apressou em arrendar as novas terras descobertas a um negociante de Lisboa, Dom Fernando de Noronha. Não se conhece bem os termos do contrato, porém, por referências indiretas, Noronha se comprometia a mandar, anualmente, três embarcações ao Brasil (Terra de Santa Cruz), para explorar 300 léguas de costa e pagar um quinto do valor da madeira ao soberano. Este convênio é eminentemente capitalista.

Para não incomodar com outras referências, limitemo-nos a citar Roberto C. Simonsen. Em sua *História Econômica do Brasil*, manifesta:

“Não nos parece razoável que a quase totalidade dos historiadores pátrios acentuem, em demasia, o aspecto feudal das doações régias, chegando alguns a classificá-las como um retrocesso em relação às conquistas da época (...)

Desde um ponto de vista econômico, que não deixa de ser básico em qualquer empresa colonial, não me parece razoável a comparação deste sistema com o feudalismo.

Na economia feudal, não há lugar para o lucro, porque estão delimitadas as classes sociais, e as remunerações se tornam função da condição social de cada classe.

Por mais que estudemos os elementos históricos, não podemos chegar à conclusão de que o regime das doações régias apresenta grande semelhança com a economia medieval. Em primeiro lugar, todos chegavam à nova terra em busca de fortuna; todos queriam melhorar sua situação econômica. Obter lucro era a causa primordial da chegada ao Brasil. Os mineiros, carpinteiros, mecânicos e demais artesãos procuravam lucrar para formar o seu próprio patrimônio. Quem quisesse embarcar poderia fazê-lo. Não havia limites. Pelo contrario, quanto maior o número, tanto melhor. Em boa parte, quem para aqui vinha o fazia com o ânimo de voltar enriquecido. Quem tivesse capital poderia tentar conseguir permissão para explorar a terra. Os donatários não eram mais do que exploradores em larga escala. As concessões dadas pelo rei a estes homens eram o meio de estimulá-los, facilitando sua empresa. No século seguinte, outras nações europeias adotaram processos semelhantes de colonização, utilizando, de preferência, a iniciativa privada mediante companhias colonizadoras privilegiadas.

Assim como hoje, se concede a certas empresas a isenção de impostos junto a uma alta tributação aos produtos estrangeiros que lhes fazem concorrência. Da mesma forma, usando estes procedimentos característicos capitalistas, o rei de Portugal concedeu uma série de favores àqueles que, com os seus capitais ou seus serviços, poderiam incrementar a colonização das terras descobertas.

Nossos historiadores não têm encarado o caso sob este aspecto. Quando se referem a um donatário, o consideram como se fosse um representante do regime feudal. Don Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de deslocamento do comércio de espécies de Veneza, é um autêntico capitalista. Seus vassallos não ficam para trás. Não fazem nenhuma conquista como os cavaleiros da Idade Média. Procuravam engrandecer o seu país, tratando de transformar Portugal numa potência. Conquistavam as Índias com o mesmo espírito com que, mais tarde, os ingleses vieram a construir o grande Império Britânico.

Os imensos poderes outorgados aos donatários tampouco significam feudalismo. Estes poderes ainda existem em nossos dias. O chefe de uma esquadra em alto mar, os comandantes dos exércitos, os governantes em situações excepcionais, dispõem ainda hoje de poderes quase tão grandes como os concedidos àqueles donatários. Estamos, pois,

seguros de que nossas doações régias, deixando de lado o caráter hereditário das concessões, só são feudais nos termos, muitos deles ainda em uso. Pode-se alegar que, no que concerne as concessões, seu aspecto jurídico se assemelha às instituições feudais. Porém isto se observa também na atualidade. O regime de nossas minas se caracteriza porque o proprietário da mina não é mais que um concessionário que assim a trabalha, exercendo uma função social”.

Todos estes são alguns poucos exemplos que demonstram que, em nosso país, igual ao restante da América espanhola, existiu um capitalismo bárbaro, um sistema baseado na troca de mercadorias e em estreita ligação com o mercado mundial. É, sem dúvida, um regime totalmente distinto do existente ao que está surgindo no norte da Europa, em especial na Inglaterra, Holanda, França. Porém não tem nada a ver com o regime feudal. É uma forma aberrante do desenvolvimento capitalista europeu.

2. A revolução brasileira, Caio Prado Júnior

“Ora um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós (...)”. Página 39.

Citação do VI congresso da Internacional Comunista de 1928:

“Países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) que possuem um embrião de indústria, às vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente, na maioria dos casos para a edificação independente do socialismo; países onde predominam relações sociais da Idade Média feudal ou o “modo asiático de produção” tanto na vida econômica, como na sua superestrutura política; países enfim onde as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, as maiores propriedades, as maiores plantações, etc., se acham nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. A luta contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de exploração e a revolução agrária promovida com espírito de continuidade, de um lado; a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional, doutro lado, tem aqui uma importância primordial. A passagem à ditadura do proletariado não é possível nesses países, em regra geral, senão através de uma série de etapas preparatórias, por todo um período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista; o sucesso da edificação socialista é, na maioria dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária.”

“Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram a instalação e a estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas.” Página 68.

“A ‘burguesia nacional’ seriam os industriais quem encontravam pela frente, assim se explicava, a concorrência e a oposição do imperialismo interessado em manter o Brasil na posição de simples fornecedor de matérias-primas. Essa interpretação foi bastante abalada quando empresas estrangeiras ligadas a grandes trustes e monopólios internacionais, e, pois, tipicamente imperialistas, começaram a se instalar no país, tornando-se fator de primeira ordem no estímulo ao processo de industrialização brasileira.” Página 72

(...)

“E seja por essa forma, seja pelo fato de empreendimentos gigantes (na modesta escala da economia brasileira, está visto) como são essas empresas, que representam aqui os trustes e monopólios internacionais, se fizerem, como de fato se fizeram, centro de convergência e irradiação de atividades em largo círculo que tende permanentemente a crescer, seja por isso ou por aquilo, os capitais e as iniciativas estrangeiros e nacionais se foram combinando e interpenetrando de tal forma, que não há realmente mais hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de ‘contaminação’ imperialista, sem ligação e relação alguma com interesses estrangeiros; e

determinar, por conseguinte, uma 'burguesia nacional' anti-imperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução.”

Pagina 73

(...)

“... as contradições geradas nesse processo, que forçarão e estimularão a diversificação das atividades produtivas do país, e em particular a industrialização. Tratava-se de produzir aqui mesmo o que se ia tornando cada vez mais difícil, e frequentemente impossível adquirir no exterior, uma vez que para isso escasseavam os recursos financeiros necessários. Mas nem por isso as empresas imperialistas, antigas fornecedoras dos produtos que o Brasil importava, perderão sua clientela brasileira, pois cuidarão de se instalarem no Brasil, produzindo e fornecendo aqui mesmo o que anteriormente nos remetiam do exterior. Particularmente a industrialização será nestes últimos tempos, em proporção considerável que se pode avaliar grosseiramente em pelo menos 40%, fruto da implantação no país de subsidiárias e associadas de grandes trustes internacionais interessados no nosso mercado.”

(...)

“... o elemento principal e fator decisivo de nossa economia. São os trustes que fixarão as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento, para eles naturalmente determinados pelo montante dos lucros que a economia brasileira é capaz de proporcionar.”

Pagina 88

“...com a substituição definitiva e integral do trabalho escravo pelo livre [1888], achou-se presente no Brasil o conjunto dos elementos estruturais componentes do capitalismo.”

(...)

“É isso justamente que se verifica no Brasil com a abolição, pois os demais elementos estruturais da economia brasileira já eram de início de natureza essencialmente mercantil.”

Pagina 96

“A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país, como já temos repetidas vezes assinalado e é tão óbvio. Economia de exportação, constituída para o fim exclusivo e fornecer gêneros alimentares e matérias-primas tropicais aos países e às populações das regiões temperadas da Europa, e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio internacional em função do qual se formou e se desenvolveu.”

Pagina 117

“O aparelhamento de base com que contará a economia brasileira até vésperas da II Guerra, foi quase todo ele fruto do capital estrangeiro, desde o estabelecimento das grandes lavouras que fundamentariam a riqueza do país – a começar pelo café cuja cultura será em boa parte financiada do estrangeiro –, até as estradas de ferro, portos modernos, serviços públicos urbanos, grandes empreendimentos industriais.” Pagina 118.

“Em nenhum outro período da história brasileira como nestes últimos vinte anos [entre 1945 e 1965] em que o capital imperialista literalmente submergiu a nossa economia, a burguesia progrediu mais em seus negócios e mais enriqueceu. E progrediu e enriqueceu precisamente, em boa parte, graças ao reforço, impulso e exemplo que lhe trouxeram os empreendimentos e iniciativas imperialistas. Não somente isso é um fato incontestável, mas ainda a burguesia está plenamente consciente dele.”

Pagina 120

“Os interesses da burguesia brasileira, em conjunto, se podem perfeitamente ajustar dentro do sistema do imperialismo. Não há, pois, que esperar, como afirmam as teses clássicas e consagradas da revolução brasileira, a configuração de um setor burguês anti-imperialista capaz, em conjunto e como categoria social caracterizada, de fazer frente ao imperialismo e constituir uma força revolucionária.”

“Não se pretende com isso eliminar a iniciativa privada, e sim unicamente a livre iniciativa privada que, esta sim, não se harmoniza com os interesses gerais e fundamentais do país e da grande maioria de sua população, por não lhe assegurar suficiente perspectiva de progresso e melhoria de condições de vida. Mas em si, a iniciativa privada, uma vez devidamente orientada, constitui não somente, nas circunstâncias atuais do Brasil, um elemento necessário, mas ainda, no seu conjunto e totalidade, ela é insubstituível, e não poderia ser abolida sem dano para o funcionamento normal da economia. A eliminação da iniciativa privada somente é possível com a implantação do socialismo, o que na situação presente é desde logo irrealizável no Brasil por faltarem, se outros motivos não houvessem, condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política e mesmo simplesmente administrativa, suficientes para transformação daquele vulto e alcance.”

(...)

“Mas não parece útil insistir agora numa discussão que se prende afinal à estéril discussão já referida em capítulo anterior relativamente à "natureza" da revolução brasileira.”

(...)

“É disso que se trata, isto é, de um programa de reformas sem maior preocupação pelas suas implicações puramente teóricas e projetadas na perspectiva de experiências históricas em outras situações profundamente distintas da nossa.”

(...)

“É nesses termos que se propõe a questão, pouco importando a caracterização e definição teóricas, desde logo, da revolução brasileira em função de situações históricas que não são a nossa e que dela se distinguem profundamente. Isto é; saber se é "socialista", "democrático-burguesa", "popular" ou outra qualquer.”

Pagina 165 e 166

“E somente podem partir por força das circunstâncias.... do proletariado urbano cujo nível cultural e político, apurado pela vida da cidade, tão mais intensa e culturalmente mais elevada, o torna apto para aquela tarefa de direção da massa trabalhadora rural.”

Pagina 173.

É claro que, para um marxista, é no socialismo que irá desembocar afinal a revolução brasileira [...] Isto, contudo, representa uma previsão histórica, sem data marcada nem ritmo de realização prefixado. E podemos mesmo acrescentar, **sem programa predeterminado**. Ela não interfere, assim, diretamente, ou não deve interferir na análise e interpretação dos fatos correntes, e muito menos na solução a ser dada aos problemas pendentes ou na determinação da linha política a ser seguida na emergência de situações imediatas. Páginas 9 e 10

“A socialização dos meios de produção, premissa dessa transformação, é certamente prematura nos países subdesenvolvidos com seu baixo nível industrial e a larga fragmentação e dispersão das atividades econômicas”. Esboço dos fundamentos da teoria econômica, Caio Prado Júnior, página 222.

[Nota do editor]

Segundo o PCB (veja *A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes – 1936*, nesta apostila), a revolução brasileira teria um suposto caráter de uma “revolução democrático-burguesa de conteúdo antifeudal e anti-imperialista”. Apesar de Caio Prado Junior ter uma visão do Brasil colonial em seu contexto mundial da época essencialmente correto – à diferença dos seus companheiros do PCB que viam no Brasil um passado “feudal”- vai defender uma “**revolução nacional, libertadora, popular**”, portanto democrático-burguesa, e não conseguiu romper com a lógica da revolução por etapas do stalinismo e de um papel supostamente progressista que cumpriria um setor da burguesia nacional. Para aprofundar o estudo da posição programática de Caio Prado Junior, remetemos ao artigo **Caio Prado Júnior, sua obra, seus críticos, seus limites**, de Ronald León Nuñez, publicado no blog Teoria e Revolução em 2017 (<https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/caio-prado-junior-sua-obra-seus-criticos-seus-limites/>).

3. Formação do Brasil contemporâneo, Caio Prado Junior

“O sentido da colonização: “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco (...) ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (...) recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira.” **Página 20.**

4. O escravismo colonial, Jacob Gorender

[Nota do editor]

A visão definida como “escravismo colonial” foi defendida por Jacob Gorender em *O escravismo colonial*, de 1978. Esse autor, apesar de partir de uma ideia inovadora, a de que o escravo era o elemento central da realidade colonial brasileira, tira-o do contexto global. O elemento determinante para definir o Brasil é a sua relação com o mundo, e não o inverso. Gorender simplifica as relações de produção à forma de como se produz, sem levar em conta a finalidade da produção.

5. A burguesia brasileira, Jacob Gorender

“...a extinção das relações de produção escravistas, no Brasil, um evento *revolucionário*. Ou dito de maneira mais taxativa: *a Abolição foi a única revolução social jamais ocorrida na História de nosso País*”. Página 21.

“...que papel teve a burguesia em transformações de tão grande envergadura [revolução abolicionista]?” “... Há somente referências ocasionais à militância abolicionista de comerciantes e industriais”

“Não obstante, considero que, enquanto houver capitalismo no Brasil, existirá uma burguesia *brasileira*, isto é, uma burguesia cujo centro de interesses se situa na economia nacional”. página 111.

“...a *revolução burguesa* é uma categoria inaplicável à história brasileira” página 112

[nota do editor]

Prisioneiro do esquema histórico que no Brasil teve um modo de produção “escravista colonial” até 1888, Gorender terminará por dar uma determinação progressista a um setor da burguesia, o setor industrial, que teria lutado verdadeiramente contra a escravidão, abolicionista, portanto teria um suposto caráter nacionalista, ainda que contraditório. Uma classe burguesa brasileira, que surgiu independente e enfrentada com a dominação colonial e o latifúndio. Assim, da mesma forma que os dirigentes do PCB buscavam uma burguesia progressista para superar o “feudalismo” brasileiro, Gorender supõe a existência de uma burguesia industrial, com certa independência do imperialismo, que superou o modo de produção “escravista”. Ambos terminam caindo na linha de conciliação com uma suposta burguesia nacional progressista, dando-lhe um caráter revolucionário que ela (ou um setor dela) nunca desempenhou no Brasil, por ter nascido umbilicalmente ligada ao mercado mundial capitalista nascente. Daí sua incapacidade e covardia histórica para realizar “sua” revolução democrática burguesa no Brasil. Para aprofundar o debate sobre este tema remetemos ao artigo de Ronald León Nuñez, citado acima.

6. Formação econômica do Brasil, Celso Furtado

A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa. Página 5.

Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que os capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação de mão-de-obra escrava. Pagina 11

Se se tem em conta que os holandeses controlavam o transporte, a refinação e a comercialização do produto depreende-se que o negócio do açúcar era na realidade mais deles que dos portugueses. Pagina 11.

Portugal compreendeu que para sobreviver como metrópole colonial deveria ligar seu destino a uma grande potência, o que significaria alienar parte da sua soberania. Os acordos concluídos com a Inglaterra em 1642/54/61 estruturaram essa aliança que marcará profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes. Pagina 32.

Alan K. Manchester, estudioso do domínio inglês, afirmou em 1933: “Portugal se tornou, praticamente, um vassalo comercial da Inglaterra.” Citado por Celso Furtado, Pagina 33.

Para a Inglaterra, o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa. Pagina 35.

Na medida em que o café aumenta sua importância dentro da economia brasileira, ampliam-se as relações econômicas com os EUA. Já na primeira metade do século esse país passa a ser o principal mercado importador do Brasil. Pagina 38

Pode-se admitir como ponto pacífico, que a economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes, podendo, portanto, atuar como fator altamente dinâmico do desenvolvimento de outras regiões do país. Um conjunto de circunstâncias tenderam, no entanto, a desviar para o exterior em sua quase totalidade esse impulso econômico....Estava a preocupação política de evitar o surgimento na colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana. Página 55.

Sendo uma grande plantação de produtos tropicais, a colônia estava integrada nas economias europeias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores. Página 95.

7. A ideia do Brasil Moderno, Octavio Ianni

“Estava em marcha uma singular revolução pelo alto.” Página 23.

“Em geral, no entanto, são as determinações externas, acopladas com as forças internas, que articulam e orientam o subsistema econômico (...).” Página 55

“A escravatura foi a única coisa organizada da sociedade colonial. E assim entrou pelo século XIX. Tudo o mais dependeu principalmente dela. Página 57

“Uma chave da revolução é o campo. Precisamente uma área na qual são evidentes os encontros e desencontros peculiares do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza o Brasil Moderno. Como as classes dominantes e os seus associados estrangeiros não encaminharam a resolução da questão agrária, aí se encontra um elo particularmente importante das transformações sociais

possíveis. O grande peso do mundo agrário na formação social capitalista brasileira, e a persistência de complexos e drásticos antagonismos no campo, tudo isso transforma o trabalhador rural em uma força básica do processo da revolução brasileira.” Página 70

“A classe operária precisaria cumprir tarefas que a revolução burguesa não realizou, já que a burguesia brasileira se acomodou em uma posição subalterna diante do imperialismo.” Página 72.

8. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), Fernando Novais.

“Examinada, pois, nesse contexto, a ‘colonização’ do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, ‘instrumento da acumulação primitiva’ da época do capitalismo mercantil. Aquilo que, no início dessas reflexões, afigurava-se como um simples projeto, apresenta-se agora consoante com processo histórico concreto de constituição do capitalismo e da sociedade burguesa. Completa-se, entretantes, a conotação do sentido profundo da colonização: ‘comercial e capitalista’, isto é, ‘elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno’”. Página 70.

9. A revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes

“A Inglaterra, por exemplo, vê sua posição hegemônica em relação ao Brasil deteriorar-se irremediavelmente. Doutro lado, os Estados Unidos atingem e, em seguida consolidam, uma hegemonia sem paralelos na vida econômica do país.” Página 248

“...produção e fornecimento de energia elétrica; operação de serviços públicos (transporte por bonde ou trem, gás, telefones, etc.); exportação de produtos agrícolas ou derivados industrializados, carnes, minérios etc.; produção industrial de bens de consumo perecíveis, semiduráveis e duráveis para o mercado interno; loteamento de terrenos, construção de casas ou venda de terras para fins agrícolas; comércio interno, especialmente nas esferas em que se tornara típico de uma sociedade urbano-comercial de massas, em transição industrial; operações de crédito, de financiamento e bancárias (...).” Página 255.

“É na década de 50 que se pode localizar a segunda tendência de irrupção do capitalismo monopolista como realidade histórica propriamente irreversível. Nessa fase, a economia brasileira já não concorre, apenas para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a este crescimento, aparecendo, daí em diante, como um dos seus pólos dinâmicos na periferia (...) A ‘decisão externa’ de converter o Brasil numa economia monopolista dependente (...)”. Página 255.

“Em consequência, tanto o reformismo burguês...quanto o movimento democrático-burguês... são sufocados a partir de compulsões que emanam da própria dominação burguesa... E a burguesia nacional converte-se, estruturalmente, numa burguesia pro-imperialista, incapaz de passar de mecanismos autoprotetivos indiretos ou passivos para ações frontalmente anti-imperialistas...” Página 305

[Nota do editor]

Trotsky elaborou sobre os regimes semidemocráticos ou semifascistas nos países coloniais e semicoloniais (que denominou *bonapartismos sui generis*) na década de 1930, justamente por formar uma unidade de dois polos contraditórios: democracia burguesa e domínio imperialista. Florestan Fernandes também elaborou uma visão sobre esse tema e concluiu que “há uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia” justamente porque “o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem. (...) Isso nos coloca, certamente, diante do poder burguês em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou

possível e necessária graças ao seu estado de paroxismo político. Um poder que se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva.” Páginas 292, 293, 297.

10. O regime econômico colonial: feudalismo ou capitalismo? Alberto Passos Guimarães, 1968

Portugal, à época do descobrimento, como de resto todo o continente europeu, achava-se em pleno florescimento do mercantilismo. O regime feudal desagregava-se, o poder absoluto da aristocracia agrária entrava em decomposição, e os senhores de terras que escapavam à ruína buscavam, nas atividades urbanas, novos caminhos para a conservação de seus privilégios. A aristocracia rural trocava os poderes da nobreza pelos do dinheiro.

Mas não se conclui daí que, nas novas terras da América, Portugal prolongaria ininterruptamente sua história. Nesse erro, incorreram muitos historiadores daqui e d’além-mar. Transplantando para o Brasil o quadro de fenômenos da sociedade portuguesa, foram levados a admitir o mesmo desenvolvimento aqui sem qualquer interrupção no seu curso. A colonização, como fruto da expansão do comércio marítimo e da desagregação do regime feudal, deveria, de acordo com esse ponto de vista incorreto, seguir aqui os moldes da nova sociedade que germinava na metrópole. Nesse caso, nas relações sociais implantadas no Brasil, haveria de predominar não os traços da economia feudal decadente, mas os da economia mercantil em formação; e, por conseguinte, a exploração latifundiária, aqui, não teria as características fundamentais do feudalismo, mas as do capitalismo.

Percebe-se o conteúdo apologético dessa concepção errônea, pois com ela se admite que o sistema colonial, ao invés de transportar para o território conquistado os elementos regressivos do país dominante, como de fato inevitavelmente acontece, abandonaria à sua sorte esses elementos, selecionaria os fatores novos determinantes da evolução social e deles se serviria para fundar, onde quer que fosse, sociedades de um tipo mais avançado que as metropolitanas.

(...)

O exemplo brasileiro ilustra e confirma esse imperativo histórico. A despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do nosso país, ele não pode desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e moldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa.

Por conseguinte, o processo evolutivo em curso na sociedade lusa não veio continuar-se no Brasil colônia, onde o regime econômico instaurado significou um recuo de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na metrópole. Para que assim acontecesse, a classe senhorial, despojada ali de seus recursos materiais, empenhou-se a fundo na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da História, embalada pelo sonho de ver reconstituído o seu passado.

A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio.

Cedo se desvaneceriam a esperança nesta reconstituição integral destas instituições já caducas na sociedade brasileira. A propriedade da terra era, ainda nesse tempo, um cabedal da nobreza, e a participação da Ordem de Cristo nos frutos da exploração vinha acrescentar aos dons nobiliárquicos a origem mística do direito dominal.

(...)

Onde não havia o servo da gleba a produzir renda, com seus braços, seus animais e instrumentos de trabalho próprios, onde a mão de obra nativa se mostrava cada vez mais rebelde e reagia violenta ou passivamente contra o cativo, a exploração agrária exigiria outros recursos de que a nobreza não dispunha. Naturalmente, num mundo já invadido pelo poder da moeda, o domínio da terra nobre, místico, absoluto como fosse, não se transformaria em fonte de riqueza sem um complemento indispensável: o capital dinheiro.

(...)

Recordemo-nos de que na Península, Portugal inclusive, mais que noutra qualquer parte, as formas políticas, os costumes, as ideias religiosas, todas as forças ideológicas do medievalismo estavam profundamente arraigadas. As aventuras marítimas, principal fonte de acumulação primitiva do capital comercial, tinham possibilitado a formação de uma burguesia já bem nutrida de recursos monetários, à qual não se havia, contudo, transferido parcela substancial e decisiva do poder do Estado.

(...)

Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar no Novo Mundo os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal. E não poderia deixar de assim ter procedido, porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir, a ordem de produção peninsular no século da descoberta continuava a ser, por suas características essenciais, a ordem de produção feudal.

É certo que o feudalismo do Portugal seiscentista não guardava mais o mesmo grau de pureza dos primeiros tempos: já havia passado do estágio da economia natural para o da economia mercantil. Mas nenhuma mudança na estrutura econômica se dera em Portugal que pudesse justificar sua assimilação a outro regime historicamente mais avançado.

Eis por que falharam, irrecusavelmente, alguns historiadores e economistas notáveis ao classificarem como capitalista o regime econômico colonial implantado no continente americano.

(...)

Não bastaria a presença de tais categorias econômicas, por maiores que fossem sua amplitude e significação na época, para caracterizar como capitalista o regime econômico de Portugal. Se tomássemos como ponto de referência para definir e classificar os regimes econômicos os fenômenos inerentes à circulação, acabaríamos por aceitar a absurda igualdade entre todos os sistemas sociais pelos quais passou a humanidade, a contar do momento em que abandonou a vida primitiva. Não teríamos, pois, como estabelecer distinção entre os períodos correspondentes à escravidão, ao feudalismo e ao capitalismo, uma vez que, em todos esses regimes, com maior ou menor grau, o sistema mercantil está presente.

(...)

O que é que é básico para a classificação de um regime econômico?

O básico num regime econômico é o sistema de produção, isto é, o modo pelo qual, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência. Assim, o modo pelo qual os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver é que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens.

No Portugal quinhentista, a principal fonte de produção de bens materiais era a agricultura, embora, como talvez sucedesse, fosse já superior à dos senhores de terras a parcela da riqueza acumulada nas aventuras marítimas pela burguesia comercial que emergia da sociedade como uma classe de forte potencial econômico.

Essa classe repartia com a realeza o poder do Estado há mais de um século, mas não ocupava ali uma posição dominante e não dispunha de forças suficientes para destruir a ordem de produção vigente, que continuava a ser a ordem feudal.

Tal estado de coisas não era exclusivo da sociedade peninsular, onde, se por um lado, o capital-dinheiro abundava, por outro lado, a tradição exercia, como em nenhuma outra parte, o seu papel de "grandes forças retardadoras"...

Em toda a Europa, a altura do descobrimento ainda não alcançara sua etapa final e decisiva e não se colocara na ordem do dia a derrubada da ordem feudal, que demorou nada menos de três séculos. "A longa luta da burguesia contra o feudalismo", disse Engels, "foi marcada por três grandes e decisivas batalhas". A primeira foi a Reforma Protestante na Alemanha ("Ao grito de guerra de Lutero contra a

Igreja, responderam duas insurreições políticas: a insurreição da pequena nobreza dirigida por Franz de Sickingen [1523] e a grande guerra dos Camponeses [1525].”) A segunda foi a explosão do calvinismo na Inglaterra (1648). A terceira, a Revolução Francesa (1789), em que foram travadas todas as suas batalhas no terreno político, sem as anteriores roupagens religiosas, e da qual resultou, pela primeira vez, a destruição de uma das classes combatentes, a aristocracia, e o completo triunfo da outra, a burguesia.

A ordem feudal vigente na sociedade portuguesa de 1500 tinha sua base interna no monopólio territorial. E como a terra era, então, indiscutivelmente, o principal e mais importante dos meios de produção, a classe que possuía sobre ela o domínio absoluto estava habilitada a sobrepôr às demais classes o seu poderio, por todos os meios de coação econômica, e, notadamente, de coação extra-econômica.

Quando a Metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restava alternativa política senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante do além-mar. E o fez cõscia de que a garantia do estabelecimento da ordem feudal deveria repousar no monopólio dos meios de produção fundamentais, isto é, no monopólio da terra. Uma vez assegurado o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos “homens de calidades” da confiança, de el-rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados.

E assim aconteceu. O monopólio feudal da terra impôs soluções específicas para os problemas que teve de vencer sem, contudo, perder as características essenciais da formação social que tomara por modelo.

O feudalismo clássico havia dado um passo à frente sobre o regime econômico que o antecedeu, com a transformação do escravo em servo da gleba e obteve deste, à custa do estímulo proporcionado por sua condição mais livre, uma produtividade no trabalho bastante superior.

Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão de obra. Teve, ainda, de dar outros passos atrás em relação ao estágio mercantil que correspondia ao seu modelo, restabelecendo muitos dos aspectos da economia natural. Mas, em compensação, pode desenvolver o caráter comercial de sua produção não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial. E, com o açúcar, vinculou-se profundamente à manufatura.

Nenhuma dessas alterações às quais precisou amoldar-se o latifúndio colonial foi bastante para diluir o seu caráter feudal. Muito frequentemente, as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou a lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados. Desse modo, o regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho. Não faltava aos senhorios coloniais a massa de moradores “livres” ou de agregados, utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias desligadas da produção, os quais coloriam o pano de fundo do cenário feudal.

(...)

11. Conciliação e reforma no Brasil, José Honório Rodrigues

O caráter preventivo da declaração de independência por parte da monarquia se deve às verdadeiras revoltas que estavam se desenrolando no país. Assim, a monarquia se antecipa na sua “independência”, antes que se conquiste numa verdadeira revolução de independência, como anunciava seu preâmbulo, a revolução pernambucana de 1817, de caráter republicano: “(...) finalmente, em 1817, na primeira revolução de independência, em que combateram mais de 5 mil homens e que deu ao brasileiros mais de dois meses de exercício do governo, perderam a vida mais de 350 pessoas nos combates, especialmente na batalha de Pindoba, afora os mortos nas ruas, os ‘suicidados’ falecidos nos cárceres, degradados e os 4 arcabuzados na Bahia e 9 enforcados em Pernambuco.” Rodrigues, José Honório, *Conciliação e reforma no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 29.

Em 1831, um dos principais líderes do momento, o deputado Evaristo da Veiga, expressou assim seu medo da revolução social: “(...) se há um pensamento comum que ligue os homens que sustentam administração atual é o de obstar a uma revolução violenta que traria a desgraça do Brasil.” Citado por José Honório Rodrigues em *Conciliação e reforma no Brasil*, op. cit., p. 42.

“Martim Francisco também disse na Câmara, em 4 de julho de 1833, que não havia lugar no Brasil que não estivesse ensoado de sangue. Agitações populares em todo o Brasil, com mortes e lutas, marcam os anos de 1832-1833: a sedição [golpe, motim, rebelião, revolução] militar no Rio de Janeiro (3 de abril de 1832) sem sangue; a abrilada no Recife (14 de abril de 1832) (...); a Cabanada, em Pernambuco, em 1832, que mobilizou 7.000 homens, com muitas e inumeráveis vítimas; as sedições no Pará, de abril a junho de 1832, com derramamento de sangue; o levante do batalhão na Bahia, de 27 de outubro de 1832, incruento; (...) a sedição federalista na Bahia, em fevereiro de 1832, seguida de nova revolta em abril de 1833, com derramamento de sangue: as lutas sangrentas em Alagoas (...) que envolveram mais de 15.000 homens; a sedição militar de Ouro Preto, em março de 1833; os combates nas ruas do Pará, em abril de 1833: a matança em 31 de maio de 1834, em Mato Grosso, de portugueses (mata-bicudos), continuada em 4 de setembro de 1834; 40.000 vítimas ensanguentaram o Pará, com a revolta dos Cabanos, em 1835; 11.000 pessoas se envolveram nas lutas da Balaiada, no Maranhão, em 1838-45, com 5.000 mortos; a grande revolta dos malés, afogada em sangue, com os mortos e os condenados à fôrça ou fuzilados, os açoitados e degredados para a África; a Carneirada em Pernambuco, em janeiro de 1835; o assassinato do presidente do Rio Grande do Norte, em 1838; cêrca de 3.000 pessoas foram aprisionadas e mais de 1.200 mortas, na Sabinada, na Bahia, em 1837-38; os Farrapos, a luta de maior vulto, maior duração (1835-1845) e caráter mais político que social, envolveu mais de 20.000 combatentes, com pesado tributo de sangue, pois só no combate do Rio Pardo, em 30 de abril de 1838, 1.500 homens imperiais foram destróçados; a revolta dos Bem-te-vis no Piauí, em fevereiro de 1840; a revolução de 1842 em Minas Gerais e São Paulo, com grande número de combatentes; a luta entre lisos e cabeludos, em Alagoas, com a participação do cangaceiro Vicente de Paula (...) e na qual houve grande número de combatentes e grande derramamento de sangue; a rebeldia, em 1847, na Comarca do Rio Formoso, em Pernambuco; os motins antiportuguêses, no Recife e no Rio de Janeiro, em 1848, com espancamentos, cacetadas e morras, com receios de grandes desordens; as matanças antes da Revolução da Praia, no Recife, em 26 e 27 de junho de 1848, ‘horível carnificina’ (...) e, finalmente, a revolução da Praia, com mais de 3.000 combatentes, cêrca de 800 mortos e 1.700 feridos em 34 combates.” Citado por José Honório Rodrigues em *Conciliação e reforma no Brasil*, op. cit., p. 45-46

Colocamos a “revolução” de 1930 entre aspas porque não se tratou de uma verdadeira revolução, que tenha contado com a participação da população na luta. Ela derrubou a burguesia cafeeira do poder e representou um acordo entre as classes dominantes para mudar a forma de acumulação de produção para exportação (que entrou em colapso na crise de 1929) para uma urbanização e industrialização do Brasil. Vejamos uma frase da época que mostra o caráter cupulista do movimento: “(...) embora Getúlio Vargas e Borges de Medeiros muito hesitassem em recorrer às mesmas. Não queriam a revolução, temiam a revolução, não desejavam ensanguentar o país, e, sobretudo, queriam a reforma política e não a social. Daí a frase de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada: ‘Façamos a Revolução, antes que o povo a faça’.” Citado por José Honório Rodrigues em *Conciliação e reforma no Brasil*, op. cit., p. 91.

12. “Projeto de Teses sobre a situação nacional”, 1933, Liga Comunista Internacionalista (LCI).

“Suprimido o monopólio português, em 1808, ou antes, absorvido pelo predomínio britânico, as condições políticas gerais do Brasil não sofreram alteração radical: a mesma fraqueza congênita da classe dirigente para constituir um governo próprio imprime um caráter fictício e caricatural à adaptação das instituições parlamentares da monarquia brasileira.” Liga Comunista Internacionalista (LCI), “Projeto de Teses sobre a situação nacional”, 1933.

“A burguesia brasileira nasceu no campo e não na cidade. A produção ligou-se umbilicalmente ao mercado externo. As vicissitudes coloniais no Brasil nos primeiros três séculos de sua história não são mais que a repercussão das lutas das nações europeias para o predomínio do mercado mundial (...).” Liga Comunista Internacionalista (LCI), “Projeto de teses sobre a situação nacional”, 1933

13. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil, 1931, Mario Pedrosa e Lívio Xavier

“A urgência e penúria do mercado interno constitui um dos pontos nevrálgicos da instabilidade econômica e política do Brasil (...) O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais (...) impedindo seu desenvolvimento capitalista normal (...) Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos – a sua covardia.” Pedrosa, Mario; Xavier, Lívio, “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”, 1931

14. Presença dos Estados Unidos no Brasil, Moniz Bandeira

“O fazendeiro, para sobreviver às crises do imperialismo e à inexorável deterioração dos preços do café, teve que se tornar também industrial. Grandes somas de capitais emigravam das plantações para criar ou associar-se às fábricas nas cidades, sobretudo em São Paulo. As dificuldades cada vez maiores para saldar suas contas internacionais levavam o Brasil a ter que formar um parque industrial que substituísse as importações de bens de consumo. O mesmo fator o impelia a facilitar os investimentos estrangeiros, particularmente dos Estados Unidos, com os quais, havia quase um século, as suas relações de troca apresentavam superávit. A burguesia brasileira assim se estruturou umbilicalmente ligada ao latifúndio e subordinada às finanças internacionais, que manipulavam as transações de café, principal fonte de divisas do país. O industrial e o fazendeiro eram como irmãos xifópagos. E até, o mais das vezes, se confundiam numa só pessoa. Daí a sua incapacidade para promover a revolução agrária, ponto de partida, na Europa, do desenvolvimento capitalista, e as vacilações de sua política protecionista, sob a República.” Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, op. cit., p. 189.

“De 1922 a 1929, muitos dos principais trustes americanos cravaram suas garras no Brasil. Instalaram-se a Atlantic Refining Company of Brazil, Firestone Tire & Rubber Company, Universal Picture Corporation, Armour of Brazil Corporation, International Harvester Company, Metro Goldwyn Mayer, Companhia Brasileira de Força Elétrica S/A, Refinações de Milho Brasil, Western Electric Company of Brazil, Burroughs do Brasil Inc., Pan American Airways Inc. e muitas outras empresas dos Estados Unidos. (...) O monopólio americano ampliava-se por todos os setores da economia brasileira. Swift & Co., Armour & Co. e Wilson & Co. açambarcavam a produção e o mercado da carne. A American & Foreign Power (Electric Bond & Share), através das Empresas Elétricas Brasileiras, sua subsidiária, comprou (1928-1929) de todas as pequenas companhias de eletricidade que operavam no país e adquiriu parte das ações da Brazilian Traction Light & Power (canadense), sua rival, estabelecendo, praticamente, o monopólio do ramo. Ainda em 1928, depois da celeuma que provocou, Farquhar conseguiu a aprovação do Legislativo para o contrato da Itabira Iron. Os americanos controlavam então cerca de 60% do capital do grupo, conforme alegou o próprio Farquhar, embora a matriz continuasse na Inglaterra. Até 1930, os Estados Unidos investiram no Brasil, de acordo com os registros do Banco Central, 10.292.331 dólares, contra 17.119.380, de outras nações, ou seja, cerca de 37,55% das inversões estrangeiras realizadas desde 1900 até aquela data.” Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, op. cit., p. 214.

15. América Latina, subdesenvolvimento ou revolução, André Gunder Frank

“As empresas estrangeiras, especialmente norte-americanas (...) entraram no Brasil para estabelecer-se na indústria interna, na década de 1920. Esta penetração se acelerou durante a depressão dos anos 1930. Em 1936, por exemplo, enquanto se fundavam 121 empresas brasileiras, se criavam 241 estrangeiras, 120 delas norte-americanas.” Página 140.

16. Resolução política do V Congresso do PCB, 1960

“A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas. Em sua atual etapa, a revolução brasileira é anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática...”

17. A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes - 1936

“Aos CR, CL e células do Partido Comunista do Brasil (PCB)

Persistem, apesar dos grandes passos dados nos últimos meses, sérias incompreensões que se refletem no nosso trabalho de massas e nos nossos materiais. É, portanto, necessário esclarecer o CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA E SUAS FORÇAS MOTRIZES.

A) Situação econômica e política do Brasil

(...) Nos países semicoloniais, cuja independência é fictícia, a implantação da República não significou uma revolução democrática burguesa. Foi somente um início logo travado e neutralizado pela influência preponderante do imperialismo e de seus aliados feudais que continuavam a predominar no novo governo. Hoje, é perfeitamente evidente que a fascitização de nosso país é ditada pelos interesses do imperialismo que vê ameaçada sua dominação diante das demonstrações muito concretas do crescimento da consciência política do povo e das suas lutas para libertar-se do jugo opressor.

B) As forças motrizes da Revolução

Nós sabemos que o proletariado brasileiro é explorado de uma forma bárbara. Nós podemos ver com toda facilidade que os assalariados agrícolas são uns verdadeiros párias que em muitos pontos do país trabalham a troco de comida. (...)

O que não vimos com clareza, até hoje, é que a burguesia nacional também é oprimida pelo imperialismo que a impede de se desenvolver, de ampliar sua indústria, de libertar seu comércio e de por em exploração as grandes riquezas naturais existentes no país. Todas as ambições da burguesia nacional encontram uma muralha intransponível nos interesses do imperialismo dominante que quer manter o país como mercado para seus produtos manufaturados e fornecedor de matérias primas, mas não quer que ele se transforme em país forte industrializado, capaz de suprir suas próprias necessidades e, além disso, de concorrer no mercado mundial.

O fato de que a burguesia nacional, em sua maioria, é anticomunista não impede que ela seja revolucionária contra o imperialismo. Sabemos perfeitamente que a burguesia nacional não seria consequente como não tem sido nessa luta. Mas nosso maior erro tem sido não reconhecer a existência de uma burguesia nacional e negar que ela seja revolucionária na etapa atual.

“A burguesia de países como a China é uma das forças motrizes fundamentais para a Revolução Nacional Libertadora.” É preciso trazer a burguesia nacional para a Revolução Nacional Libertadora e abandonar completamente o medo de caminhar junto com esse importante aliado, rompendo a posição falsa esquerdista mantida até hoje. Foi centralmente devido a esse erro esquerdista que a ANL não se transformou no bloco de classes capaz de levar, com vantagem, a luta contra o imperialismo. Sem mobilizarmos a burguesia nacional contra o imperialismo, será difícil derrotá-lo.

Não vimos isso ainda claramente, e daí provém grande parte das debilidades de nosso trabalho de massas.

C) O proletariado e a Revolução Nacional Libertadora

Muitos companheiros – sobretudo os que ficaram à margem da viragem que nós realizamos nos últimos três anos para nos transformarmos em partido de massas e de lutas; lutas e trabalho consequente que nos levaram a verificar, pela análise dos fatos, o grande erro acima indicado – custarão a compreender a modificação importante na linha do Partido, determinada pela constatação de que a burguesia nacional é revolucionária na luta contra o imperialismo. É preciso esclarecê-los pacientemente, apontando os fatos, e analisar as razões do insucesso de nossos esforços nas grandes lutas de massa, no trabalho sindical, e as razões da derrota sofrida em novembro de 1935. Nem sempre partimos do ponto de vista falso de termos medo dos aliados, medo de perder a “hegemonia do proletariado” e, por isso, restringimos a participação das classes que devemos e podemos mobilizar para a luta contra o imperialismo, mobilizando apenas os elementos que aceitam a hegemonia porque são simpatizantes do comunismo. Esse erro nos impediu até hoje de mobilizar as forças necessárias para conseguir a correlação favorável à Revolução. Não compreendemos que a hegemonia do proletariado não se impõe de antemão, mas se conquista no decorrer das lutas.

(...)

Não querem, tampouco, ver que, ao lado de certos progressos evidentes na agricultura brasileira, subsistem as formas semifeudais e semiescravagistas de exploração dos assalariados agrícolas e das grandes massas de camponeses que constituem a maioria da população do país (arrendamento pago sob forma de “terça” ou “meação” da colheita; pagamento em vales somente descontáveis no armazém da fazenda; trabalho de sol a sol; capangas particulares para garantir a execução de qualquer ordem dos fazendeiros semifeudais etc.).

Numa população de perto de 48 milhões de habitantes, o proletariado industrial não passa de um milhão em todo o país (inclusive o de transportes). Por que a indústria nacional é conservada raquítica pelo imperialismo dominante? É perfeitamente absurdo falar-se em ditadura do proletariado ou em construção do socialismo num país atrasado como o nosso e em que o proletariado ainda não está senão em processo de formação como classe consciente de sua missão histórica, sem que PRIMEIRO tenhamos rompido as cadeias da opressão e exploração imperialista, desenvolvimento maior da indústria nacional. E nesse processo revolucionário que o proletariado brasileiro já está se reforçando ideologicamente, se reforçará numericamente e acelerará a sua consolidação como classe revolucionária consequente dirigente das demais classes.

A concepção trotskista somente pode medrar na cabeça de quem não se liga ao proletariado nas fábricas e fica dentro dos gabinetes e cafés a discutir hipóteses e não fatos.

Somente realizando as tarefas da Revolução Nacional Libertadora, marchando com a burguesia nacional e a pequena burguesia das cidades e dos campos para liquidar as travas da dominação imperialista do país, é que o proletariado acelerará o processo de seu próprio desenvolvimento e se tornará capaz de levantar a bandeira de Revolução Socialista com perspectivas de vitória.

É preciso que todo o P. compreenda que, como vanguarda do proletariado, o seu partido político, jamais abandonaremos, por um só instante, a luta pelos seus interesses de classe; por isso mesmo é que devemos marchar junto com as demais forças motrizes da Revolução Nacional Libertadora, que são a burguesia nacional e a pequena burguesia das cidades e do campo, contra o inimigo fundamental que é o imperialismo. Marx lutou junto com a burguesia alemã contra o feudalismo dos *junkers*, mas isso não o impediu, pelo contrário facilitou forjar o partido operário que empunhou a bandeira da liberdade quando a burguesia traiu a luta e fez compromisso com os feudais. Devemos marchar juntos com nossos aliados, organizando as massas que os impedirá de vacilar e capitular diante da pressão imperialista. (...)

NOTA: “A Marcha...” é um documento que reorienta a política do PCB de acordo ao VII Congresso da Internacional Comunista. O VII Congresso marca uma virada na política ultraesquerdista da IC (“terceiro período”) e define como centro da política dos Partidos Comunistas a construção de governos de Frentes Populares, que se materializa na França e na Espanha. O documento redigido pela direção do PC, além de fazer uma autocrítica da “intentona” de 1935, consolida a estratégia de “revolução nacional e democrática” do PCB.

PARTE 2: GUERRAS E REVOLUÇÕES BRASILEIRAS



Introdução

Resumo geral e lições

Estamos fazendo a discussão sobre o tema pela primeira vez. Existe uma vasta bibliografia sobre o tema e inúmeras polêmicas. Estudar o assunto e ter uma opinião fundamentada, baseada no método marxista, é uma condição para ter um programa revolucionário adequado para o Brasil.

A primeira questão que queremos discutir é: podemos dizer que teve *guerras e revoluções* no Brasil?

Introduzimos o tema *guerras* não nos referindo a mais famosa delas que foi a *Guerra do Paraguai*, mas as guerras de extermínio das nações indígenas, que durou 200 anos, a guerra ao *Quilombo dos Palmares* ou a *Guerra de Canudos*, "guerras internas", guerras de classe, levadas adiante pelo invasor europeu contra os povos originários, contra negros e negras africanas escravizadas e os descendentes de ambos.

A maioria dos brasileiros acredita que não houve *revoluções* no Brasil porque o povo brasileiro é e sempre foi "pacífico".

Essa é a ideologia do imperialismo e da burguesia brasileira para que os trabalhadores do Brasil não tenham conhecimento de 500 anos de *guerras e revoluções*.

Tivemos aqui uma verdadeira revolução que durou 5 anos, na Província do Grão-Pará (que compreendia o que hoje é o Estado do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima), proclamou a República, influenciada pelos ideais da revolução francesa, norte-americana e haitiana, foi dirigida por indígenas, negros e pobres que conseguiram ficar 10 meses no poder e que teve, no final, 30 mil mortos. Trata-

se da *Cabanagem*, em 1835, nome dado devido aos seus protagonistas, que moravam em casebres na beira dos rios.

Essa ideologia que o povo brasileiro não lutou é tão impregnada em todas as camadas da população que até os intelectuais resistem em etiquetar estes grandes enfrentamentos como *revoluções*.

Pode-se argumentar que eram revoluções regionalizadas. É verdade, porém, a Comuna de Paris também foi localizada e nem por isso deixou de ser uma revolução.

Embebidos pela ideologia dominante, não titubeamos em classificar, corretamente, de revoluções de independência as revoluções latino-americanas dirigidas por Bolívar e San Martín. Para se ter uma ideia de comparação o exército de Bolívar, em 1824, chegou a dirigir 9.000 homens entre colombianos e peruanos e o de San Martín, Argentina, em 1817, contou com 8.000 homens. Aqui no Brasil, desconhecemos que a *Revolução Farroupilha* teve 20 mil combatentes, a *Balaiada* de 1835 teve 11 mil alistados, o *Quilombo de Palmares* teve cerca de 5 mil guerreiros, a *Cabanada* mobilizou 7 mil combatentes, que a guerra contra os Tamoios, em 1556, durou 25 anos, e morreram 300 mil indígenas. Que a *Cabanagem* teve 30 mil lutadores mortos, que a Guerra de Canudos gerou 20 mil mortos do lado dos conselheiristas e 5 mil mortos do exército "republicano" brasileiro.

Também, as contradições do processo brasileiro leva a que se chegue a conclusão que eram revoltas reacionárias, atrasadas, porque não tinha objetivos claros ou eram contraditórios. Por exemplo, menciona-se que a Cabanada defendia a volta de Pedro I ao poder. Ou que a Revolta dos Malês, insurreição urbana de negros escravizados, na Bahia de 1835, defendia uma república islâmica. Essas contradições revelavam que a burguesia e a pequena burguesia "ilustrada" abandonou a revolução democrático-burguesa, que passou a ser protagonizada por negros, indígenas e a população pobre. O proletariado brasileiro estava apenas se formando neste período. Contradições no processo da revolução burguesa existiu em todas partes, por exemplo, o General argentino San Martín, que dirigiu a independência da Argentina e do Chile, defendia uma forma de governo monárquica, já que entendia ser mais fácil o reconhecimento dessa independência pelas nações europeias.

Neste curso vamos demonstrar, contra a ideologia burguesa, que o Brasil teve 500 anos de guerras e revoluções, revoltas e motins de todo tipo. Que nos orgulhamos dos nossos antepassados (povos originários e negros/negras africanas) e que honraremos as dezenas de milhares de mártires que lutaram e morreram para ter um país independente do imperialismo e livre da escravidão e da exploração.

Que na nossa bandeira vermelha, no século 21, estará impresso o exemplo de luta e o genocídio feito ao nosso povo pelo imperialismo europeu nascente.

Vamos estudar cada guerra, revolução, motim ou revolta protagonizada pelos povos originários e pelos negros escravizados, para aprender com eles nos 500 anos de resistência e ao mesmo tempo, vamos cobrar cada lágrima rolada no genocídio do povo brasileiro, feito para enriquecer um punhado de nações capitalistas da Europa.

A dinâmica dos processos revolucionários no Brasil de 1500 a 1900

A segunda questão que queremos desmistificar é que o povo brasileiro é um povo fraco, que não tem História.

Existe o mito de que tudo foi realizado por grandes homens e mulheres aristocratas burgueses do tipo de Pedro I, Princesa Isabel, Duque de Caxias, etc. E que o povo só assistia da arquibancada, batendo palmas.

Esse é outro mito inventado pela classe dominante brasileira para que a classe operária não conheça seu passado heroico de luta.

A verdade é justamente o contrário: fraca é a classe dominante brasileira, porque é covarde e preferiu se aliar aos invasores estrangeiros que ao povo para lutar pela independência do país.

Ela é tão fraca que foi incapaz de fazer sua revolução, porque já nasceu totalmente dependente do mercado mundial na primeira fase do sistema capitalista, sua fase mercantil, que foi de 1500 a 1750, aproximadamente.

Primeiro, ela surgiu como senhor-de-engenho, totalmente dependente de Portugal e do mercado mundial. Nasceu como uma espécie de aristocracia burguesa, já que usava formas pré-capitalistas de exploração do país, a escravidão indígena e negra, a serviço do sistema capitalista mundial, que estava em formação e que se apresentava, naquele momento, como *Sistema Colonial*.

Então, esta burguesia brasileira nunca foi "brasileira". Ela sempre foi a sócia minoritária de uma firma exploradora, num negócio chamado "Brasil". Serviu por três séculos (de 1500 a 1822) ao Império Português, por mais um século serviu ao imperialismo inglês (de 1822 a 1930, aproximadamente), e de 1940 até hoje, quase um século servindo aos Estados Unidos. Ela aparenta força, mas é apenas máscara, porque a verdadeira força dominante está com a burguesia mundial imperialista, que detêm o poder no mundo.

A outra força verdadeira neste tabuleiro é a classe trabalhadora brasileira. Desde a mão-de-obra escravizada indígena (cerca de 5 milhões de almas viviam aqui quando os invasores chegaram em 1500), utilizada por 200 anos e depois a africana por mais de 300 anos (cerca de 4 milhões de negros e negras africanas vieram para o Brasil, escravizadas), foi quem construiu este país e ainda ajudou a criar as potências capitalistas da Europa. Por exemplo, as 80 toneladas de ouro extraídas nas Minas Gerais, por escravizados negros, foram parar nos cofres do banco Rothschild, em Londres.

Do ponto de vista da luta, veremos no decorrer do curso, que os povos originários resistiram de forma espetacular por dois séculos (de 1550 a 1750) e terminou sendo dizimado. Por um problema de espaço, nosso curso não tem condições de estudar as grandes guerras de resistência indígena em 200 anos. Foram dezenas de guerras e rebeliões indígenas como a Guerra dos Tamoio entre 1562-1567 em SP e RJ, a Guerra dos Aimoré entre 1555/1573 na Bahia, a Guerra dos Potiguara entre 1586/1599 no Rio Grande do Norte e Paraíba, o levante dos Tupinambá entre 1617/1621 no Pará, a Confederação dos Cariri entre 1676/1692 no sertão do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, a Rebelião de Manu ladino entre 1676/1692 no Ceará, Piauí e Maranhão, a Guerra dos Manau entre 1723/1728 na Amazônia, os ataques dos Guaikuru entre 1725/1744 no Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, a Guerra dos Mura entre 1700 e 1789 no Pará e no Amazonas, a Guerra dos Guarani entre 1753/1756 na região das Missões, na fronteira do Rio Grande do Sul. Um dos grandes guerreiros tamoio/tupinambá, Aimberê foi imortalizado no poema *A Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães, dizendo o seguinte:

*Tamoio sou, Tamoio morrer quero,
e livre morrerrei. Comigo morra
o último Tamoio; e nenhum fique
para escravo do luso. A nenhum deles
darei a glória de tirar-me a vida.¹*

¹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. A confederação dos Tamoios. In: RAMOS, Frederico José da S. *Grandes poetas românticos do Brasil*. São Paulo: LEP, 1949; p. 191.



Os negros escravizados vão entrar na luta por volta de 1600 e vão guerrear, usando todas as táticas possíveis, até 1900, quando saem vitoriosos na sua luta contra a escravidão.

Os 618 quilombos instalados no Brasil, com cerca de 500 mil negros rebelados e as 38 insurreições negras cumpriram um papel revolucionário no Brasil.

Este ascenso negro no Brasil era produto do ascenso continental, que questionava as bases da colonização espanhola/portuguesa/inglesa do continente americano. A luta negra continental, cujo ápice foi a revolução haitiana de 1800, influenciada pela revolução norte-americana e francesa, ao mesmo tempo acelerou a crise do *sistema colonial*, baseado na escravização da mão-de-obra negra, assim como acelerou o processo que levou a burguesia ao poder na Europa e no mundo.

A guerra de classes contra a escravidão, levada exclusivamente pelos negros e negras até 1850, a partir daí foi institucionalizada pela classe dominante no final do século XIX. Por isso, a "libertação dos escravos" aparece como resultado da magnanimidade de uma aristocrata burguesa branca e da luta institucional dos intelectuais abolicionistas.

Essa guerra era de classe e anticolonial, como se expressou na seguinte poesia, declamada durante a *Confederação do Equador*, em 1823, declamada por negros e pardos que aderiram à revolução:

*Marinheiros (portugueses) e caiados (embranquecidos)
todos devem se acabar
porque só pardos e pretos
no país hão de habitar.*

A verdadeira história mostra, então, a **fragilidade** e a **covardia** da burguesia brasileira, que tomou emprestado a força do seu sócio majoritário, o imperialismo. Por isso, foi incapaz de levar adiante sua revolução de independência contra Portugal e Inglaterra e preferiu se juntar a eles para reprimir as revoluções populares que lutavam pela independência e pelo fim da escravidão.

É uma burguesia traíra, que já nasceu sob o signo da dominação estrangeira. Por isso, trilhou um caminho diferente da burguesia norte-americana que realizou sua revolução democrático-burguesa, alicerçando o progresso dos Estados Unidos, em meio milhão de mortos na guerra civil.

A transição de revolução democrático-burguesa em revolução popular

Século XVI Guerras contra os povos originários (tamoios, aimorés e potiguaras entre outros).

Século XVII Continuam as guerras indígenas (tupinambás, cariris e janduís), porém inicia briga entre Portugal e Holanda pelo domínio do Brasil e choques da classe dominante local (aristocracia burguesa) com o império português, expressada na *Revolta de Amador Bueno* (SP), no *Motim do Nosso Pai* (PE) e na *Revolta dos Beckman* (MA).

Século XVIII Continuam as guerras indígenas, agora no sertão e no Norte, na *Guerra dos Mura e dos Manau* (AM), a *resistência dos Guaicurus* (MS), a *guerra dos Guaranis* (região Sul), porém predominaram as disputas contra o monopólio dos portugueses, levados adiante pela aristocracia local que se expressou na *guerra dos Emboabas* (SP e MG), na *Revolta do Sal* (SP), na *guerra dos Mascates* (PE), nos *Motins do Maneta* e nas "Conjurações" e "Inconfidências" em Minas, Rio e Bahia, que ficou conhecida como a *Revolução dos Alfaiates*. Estes conflitos começaram sob a direção da burguesia liberal, mas foi mudando a direção, diminuindo o peso da burguesia e assumindo caráter popular no final do século na *Revolução dos Alfaiates*. Há uma evolução programática, deixando as disputas comerciais e avançando para a defesa da República. Ocorreu uma mudança de base social, da burguesia para a pequena burguesia e daí para os negros e indígenas. Os conflitos receberam grande influência da revolução americana (de independência das 13 colônias) e da Revolução Francesa, principalmente no Nordeste que era, neste período, o centro econômico e político do Brasil.

Século XIX **De 1800 a 1822:** com chegada da Corte portuguesa ao Brasil, começaram as guerras para aumentar as fronteiras do império brasileiro (invasão da Guiana francesa e a anexação do Uruguai, que teve o apoio da Inglaterra, de quem Portugal já era um protetorado). Por outro lado, começam as revoluções de independência ante Portugal nas regiões que definham economicamente ou foram desprezadas pelo Imperador (Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará). Essas revoluções de independência iniciaram sob a direção da burguesia liberal das cidades. Período culmina com a Independência do Brasil que foi produto de vários movimentos revolucionários nas regiões que queriam expulsar os portugueses daqui. A "Independência" foi uma negociação de cúpula entre a aristocracia burguesa brasileira, o Império português e o imperialismo inglês, que já tinha um domínio econômico, político e militar grande no Brasil. Foi preventiva, já que tratava de evitar uma verdadeira revolução de independência, dirigida pelos de baixo. Aqui se deve recordar que só havia passado 10 anos das revoluções de independência da América latina, 20 anos da revolução haitiana, 30 anos da revolução francesa e 46 anos da revolução de independência das 13 colônias norte-americanas.

De 1823 a 1900: o Brasil se tinge de vermelho com conflitos de todo tipo, de norte a sul, contra a ultra-centralização determinada por Pedro I. Vão ocorrer milhares de conflitos regionais contra o poder central, pela separação e independência, dirigidas pela burguesia local, com apoio popular. Os principais conflitos, guerras e revoluções foram: a *Confederação do Equador* (PE), a *Cabanada* (PE/AL), a *Cabanagem* (PA/AM), a *revolta dos Malês* (BA), a *Revolução Farroupilha* (RS), a *Sabinada* (BA), a *Balaiada*(MA), a *Revolução Praieira* (PE), *Revolta do Ronco da Abelha*(Nordeste), *Motim da Carne sem Osso* (BA), a *Guerra do Paraguai*, a *revolta dos Muckers* (Nordeste), a *Guerra das Mulheres* (RN), a *Revolta do Vintém* (RJ e PR), fechando com a *Guerra de Canudos* (BA).

Os movimentos vão mudando de caráter, num transcrescimento (desenvolvimento por dentro) da revolução burguesa em revolução popular, cada vez mais plebeia, cada vez mais radicalizada e dirigida pelos de baixo, isto é, a maioria da população trabalhadora do Brasil negros, pardos e indígenas.

A burguesia abandonou sua revolução e o proletariado ainda não estava suficientemente desenvolvido e organizado. Tal fato gerou processos revolucionários contraditórios como a *Cabanada* (1832 em PE/AL) com 7 mil combatentes, usando um discurso reacionário e com uma ação revolucionária, de enfrentamento a propriedade latifundiária e democracia operária, dirigida por camponeses pobres, negros e indígenas.

Outro exemplo de desenvolvimento da revolução por dentro foi a *Cabanagem* (1835 no Grão-Pará) que teve no poder por 10 meses. Na medida em que se aprofundava a revolução, foi mudando o sujeito social da revolução, inicialmente dirigida por grandes proprietários, que foram ficando para trás, enquanto se radicalizava a revolução e a contrarrevolução, os negros e indígenas foram assumindo a liderança. Porém, a falta de projeto socialista, levou a queda e dispersão da maior revolução brasileira, que teve cerca de 30 mil mortos, quase o dobro dos mortos da Comuna de Paris.

Outro exemplo foi a *Revolta dos Malês*, no mesmo ano da *Cabanagem*, dirigido por negros muçulmanos escravizados da cidade de Salvador, cujo objetivo era uma República Islâmica e o fim da escravidão.

A *Balaçada* também foi uma revolução plebeia que mobilizou 11 mil combatentes e morreram 5 mil, dirigidos por pobres e negros escravizados de um quilombo.

O melhor exemplo de revolução burguesa, com direção de grandes latifundiários, a *Revolução Farroupilha*, teve uma base popular ampla com 20 mil combatentes, contando com boa parte dessa base sendo negra e plebeia. A revolução foi dirigida até o fim pela burguesia, que fez acordo com Império, garantindo seus interesses. Para isso, traiu sua base pobre, entregando os negros de bandeja na última batalha, de Porongos, onde morreu 95% dos negros farrapos.

Essas revoluções foram abandonadas pela burguesia liberal que, por volta de 1850, se reconciliou com o Imperador Pedro II. A última grande revolução, com projeto global, foi a Praieira entre 1848 e 1850. Daí as revoltas foram mais específicas e plebeias, contra abusos na cobrança de impostos ou problemas mais localizados.

As revoltas e revoluções ficaram órfãs de um projeto socialista, já que o proletariado estava ainda engatinhando e os projetos burgueses já não eram suficientes para a guerra. Os projetos socialistas eram ainda dos socialistas utópicos, um socialismo cristão, que foi aplicado em Canudos.

A pequena burguesia se mostrou incapaz de um projeto próprio. Isto se revelou na *Sabinada* (1837) na Bahia, dirigida por setores da classe média, sem grandes proprietários nem setores populares, proclamava uma república baiana, mas reconhecia o direito ao trono de Pedro II e não se enfrentavam com a escravidão. Instaurada a "República", a aristocracia burguesa se vestiu de burguesia cafeeira e continuou o massacre de pobres, como ficou claro na *Guerra contra Canudos*. Aí se massacraram 20 mil conselheiristas, boa parte composta por negros, indígenas e camponeses pobres.

Uma das coisas mais marcantes da história da luta de classes brasileira é a violência da resposta burguesa, o seu autoritarismo. Se essa burguesia foi covarde, vil e subserviente com o dominador estrangeiro, foi extremamente feroz, contrarrevolucionária para enfrentar o povo. A formação do Estado centralizado no Brasil, na consolidação do império de Pedro I e de Pedro II, se deu alicerçado num banho de sangue, numa montanha de dezenas de milhares de mortos. E, pior que não foi uma ação revolucionária, como a revolução norte-americana, que teve 500 mil mortos. Aqui se tratou da centralização senil de um império em decomposição, a centralização armada não para a unidade republicana, mas a centralização autoritária para impor a dominação colonial do país. Por isso, quando o governo

imperial (e depois o republicano vai fazer igual com Canudos) derrotava o povo num conflito, a repressão foi violentíssima: dezenas de milhares de mortes, enforcamento das principais lideranças, expondo as cabeças em praça pública, esquartejando, para atemorizar o povo. O genocídio indígena dizimou 4,7 milhões dos 5 milhões de indígenas que habitavam o Brasil. Jerônimo de Albuquerque se divertia colocando indígenas na boca do canhão para disparar em seguida. 30 mil mortos na *Cabanagem*, 20 mil mortos em *Canudos*, a *Revolução Farroupilha* com seus 47 mil mortos e um longo etc. Para amedrontar o povo, se enforcou, esquartejou e se pendurou em praça pública os pedaços dos corpos dos líderes, como lição aos rebeldes. Isso foi feito com Zumbi, Tiradentes, soldado Lucas Dantas, os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino, com os padres João Ribeiro e Vigário Tenório, Frei Caneca, Negro Cosme, Antônio Conselheiro. Essa foi a prática dos portugueses e da burguesia que dirige o Brasil desde 1500.

Além de autoritária ela sempre foi traíra. Todo acordo de paz que ela fez com o movimento, traiu em seguida. Em todo movimento corrompeu algum traidor interno ao movimento para conseguir informações vitais. Para vencer os indígenas teve que se aliar com outras tribos, senão seria derrotado facilmente. O regente Feijó prometeu entregar a Amazônia aos ingleses e franceses desde que estes derrotassem a *Cabanagem*. Na *Revolução Farroupilha*, a liderança burguesa combinou com o Duque de Caxias, chefe das tropas imperiais, fazer um último combate, o de *Porongos*, onde se mandou os negros de ambos lados. Morreram 95% dos negros alistados no exército farroupilha. Fizeram isso para não libertar os negros guerreiros, justamente que era uma das cláusulas do acordo.

Então, o roteiro do filme é o seguinte: começou com conversa, lero-lero, depois veio a cooptação, um acordo de paz e, não resolvendo, vem a carnificina.

A dominação colonial sempre rima com um estado autoritário e com carnificina. Essa lição tem que ser aprendida pelos revolucionários do século 21. Nossa mão não deve tremer na hora do golpe decisivo contra a burguesia, não temer nem segurar a violência revolucionária das massas em erupção, porque a história demonstrou que a mão da burguesia brasileira e do imperialismo não tremeu na hora de massacrar indígenas e escravos, nossos antepassados de luta e de classe. É a mesma classe que está no poder há 500 anos. Até hoje seus herdeiros estão no poder: são os Collor, os Calheiros, os Sarneys, os Maluf, os Albuquerque Maranhão, os Moreira Salles, os Setúbal e companhia. Ela está bem aí, pertinho de nós, e não nos enganemos porque ela está usando a democracia e a frente popular, é apenas um jeito de corpo, uma adaptação aos tempos de luta, em que ela não pode simplesmente dizimar. Porém, não nos esqueçamos, que o genocídio da juventude negra na periferia é uma expressão da guerra de classe movida pelo Estado contra a classe trabalhadora.

O mito da democracia racial e da assimilação harmônica de três raças

A terceira questão que queremos desmistificar neste curso é o mito de que o povo brasileiro é resultado de uma miscigenação de três raças, e que houve uma assimilação harmônica de indígenas e negros na sociedade brasileira, gerando um povo feliz, de bem com a vida, que se diverte, canta e ri, extrovertido e alegre, pacífico, e que resolve seus problemas numa boa. Uma verdadeira democracia racial.

O que se passou com os indígenas foi uma **assimilação destrutiva**. Com a derrota das guerras de resistência indígenas, depois de 200 anos, eles se tornaram "livres", mas não podiam falar sua língua, habitar sua terra, nem orar para seus deuses. Dos 13 aos 60 anos eram obrigados a fazer roça e entregar os produtos para o monopólio português. Eles não se misturaram, foram misturados na marra. Foi uma destruição da sua etnia, da sua nação, apagando, *cuidadosamente*, sua

historia e suas lutas... Os descendentes dos povos originários somos todos nós, que estamos engrossando o cinturão pobre das grandes cidades. O mesmo se passou com os negros, que "alforriados", foram jogados nas grandes cidades para engrossar o exército industrial de reserva, para fazer trabalhos braçais e precários, sem direitos... Essa foi a forma que o capitalismo assumiu sua cara semicolonial do Brasil, que tem que superexplorar sua mão-de-obra para dar conta de remunerar o capital estrangeiro e seu sócio minoritário. Portanto, somos duplamente explorados e duplamente oprimidos.

[Nota do editor]

Tratamos especificamente de alguns processos revolucionários realizados no Brasil entre muitos, por um problema de espaço e de tempo do curso. Para desenvolvimento posterior do assunto, apresentamos uma bibliografia para interessados.

4.1 Guerras de Resistência Indígena no Brasil²

Genocídio indígena nas Américas

"se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse. É um recorde, não somente em termos relativos (uma destruição da ordem de 90% ou mais), mas também absolutos, já que estamos falando de uma diminuição da população [indígena] estimada em 70 milhões de seres humanos. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se a essa Hecatombe."³

Os povos originários que habitavam o Brasil em 1500 somavam cerca de 5 milhões de pessoas. Em meados do século XVIII, a estimativa era que restavam 1 milhão e 200 mil indígenas.

"De 1900 em diante, avalia-se que 95 nações, falando 35 línguas, foram extintas. Em 1910, falava-se em 1 milhão de índios. Em 1980, os mais otimistas não contavam 250 mil índios no Brasil", segundo dados divulgados, em 1984, pela revista *Retratos do Brasil*, no texto "índio no Brasil: genocídio sem trégua".

De 1500 a 1535 se deu o *escambo* (troca de objetos por pau-brasil) entre indígenas e portugueses. Foi o período *pacífico* da colonização.

Em 1535, pressionado pela ocupação francesa do Rio de Janeiro, Portugal resolveu colonizar o Brasil. Entregou grandes propriedades para colonizadores, que já chegaram escravizando os indígenas.

Aí começou o enfrentamento com as nações indígenas, que não aceitavam a escravidão.

Na Bahia, os indígenas foram escravizados pelos portugueses, para trabalhar nos engenhos e na família. A vida útil de um escravo indígena no engenho era de três a cinco anos. Numa luta que durou 8 anos, os tupinambás derrotaram os portugueses.

Em Pernambuco, o conflito durou dois anos, começando em 1547, onde participaram 8 mil guerreiros indígenas, que saíram vitoriosos.

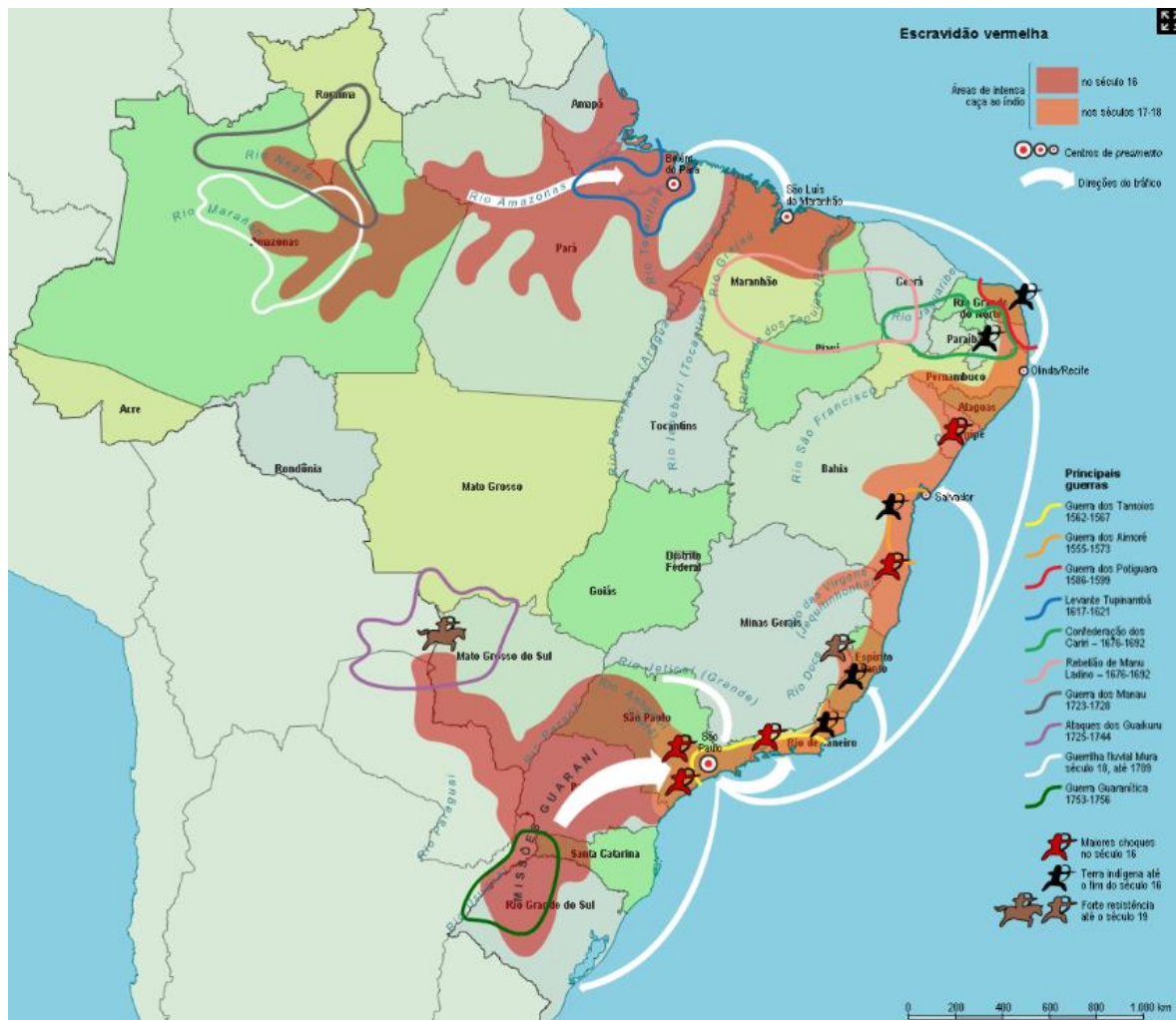
Os Goitacazes resistiram no Rio de Janeiro, numa guerra que durou 5 anos, onde os portugueses foram derrotados.

No Espírito Santo, os tupiniquins massacraram os portugueses, numa luta que durou dois anos.

A resistência indígena levou ao fracasso das capitânicas hereditárias.

A partir de 1550, os portugueses iniciaram uma guerra de extermínio aos povos originários, que habitavam esta terra há 15 mil anos.

² Texto baseado no livro: História da Resistência Indígena, 500 anos de luta. Benedito Prezida, expressão popular, 2017
³ TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 129.



A conquista portuguesa e a Guerra dos Tamoios⁴

"Contra a espada e a cruz

Terminou em grande fracasso a experiência das capitanias. Apenas Pernambuco mostrou-se viável, com boa produção de açúcar. As demais capitanias vegetaram, por causa da pequena produção agrícola e pelos muitos ataques indígenas, apesar das alianças feitas com algumas nações.

A presença dos franceses também era constante, pois, além de praticarem um intenso tráfico de pau-brasil em algumas regiões, tinham pretensão de implantar uma colônia. E isso parecia possível graças à aliança feita com os Tupinambá do Rio de Janeiro e com os Potiguaras da Paraíba. Para reverter essa situação, dom João III, a partir de 1549, mudou o modelo de ocupação da colônia. A maior parte das capitanias voltou ao reino português, tornando-se capitanias reais. Foi nomeado um governador-geral, que passou a administrá-las, a partir da vila de Salvador, na Bahia. Começava um novo período da conquista. Para enfrentar a resistência indígena, o rei entregou a catequese e "civilização" dos nativos aos padres jesuítas, que se tornaram importantes colaboradores do reino português. Se buscavam a salvação espiritual desses povos, na prática os missionários contribuíram para sua submissão e destruição de suas culturas. Nesse período assumiram o chamado "catolicismo guerreiro", ao perceberem que o fracasso da colônia portuguesa significaria também o fracasso do projeto missionário. Por isso, não hesitaram em participar de lutas e batalhas. Os indígenas do litoral conhecerão, a partir desse momento, um período de

⁴ Fonte: STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. [1557]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. (Col. Reconquista do Brasil, v. 17).

muitas guerras e doenças provocadas pelo contato com os europeus, que levarão a seu quase extermínio.” Pg. 37

Um dos episódios de resistência indígena que entrou para a História do Brasil foi a chamada *Confederação dos Tamoios*. Não foi uma aliança de várias etnias contra os portugueses, uma confederação, como aparece nos livros didáticos, mas uma Guerra dos Tamoio ou dos Tamuya, contra os portugueses de São Vicente e seus aliados, os Tupi.

Esse povo guerreiro vivia no litoral Norte de São Paulo e na região do Rio de Janeiro até Cabo Frio, em constante conflito com os portugueses de Santos e São Vicente.

Essa guerra indígena ficou mais acirrada com a chegada dos franceses ao Rio de Janeiro, em 1555, quando iniciaram a implantação de uma colônia denominada França Antártica.

Antes desse episódio, os Tamoio já pressionavam os portugueses que haviam construídos alguns engenhos de açúcar em São Vicente e Santos, com grande presença de escravos indígenas. A meio caminho do Rio de Janeiro, em Bertioga, foi levantada uma pequena fortaleza que poderia defendê-los dos constantes ataques indígenas. Para mantê-la, alguns portugueses foram para lá com suas famílias mestiças. Um grupo de 30 indígenas, Tupinambá⁵ e Guarani, que trabalhavam como escravos nas roças e nos serviços domésticos, formavam uma pequena vila ao redor do forte.

Em princípios de 1551, no meio da noite, apareceram umas 70 canoas, com seus *mossakara*,⁶ sob a orientação de duas irmãs mestiças, filhas de mãe Tupinambá e pai português, e que conheciam bem o local. Pegos de surpresa, os portugueses conseguiram defender-se, refugiando-se no forte. O ataque foi violento, as casas foram incendiadas com flechas incandescentes e o forte foi ocupado. Seus moradores foram presos e, depois, sacrificados.

O fortim ficou abandonado por um tempo, sendo posteriormente reconstruído e equipado com um canhão, que faria a defesa desse braço de mar.

Durante o período em que os franceses ali estiveram, conseguiram a confiança de vários Caciques das 20 aldeias que lá havia, como Marakujá-Guassu, Moendy, Mbaraká--Guassu, Mbaé-Nhosê, e especialmente de Kairussu, da aldeia Urussu-mirim.

O ódio guerreiro contra os portugueses era sentido por todos, como foi conservado por Jean de Léry, missionário calvinista, que ali viveu algum tempo:

Nossos predecessores não só combateram valentemente, mas ainda subjugaram, mataram e comeram muitos inimigos, deixando-nos assim honrosos exemplos. Como, pois, podemos permanecer em nossas casas como fracos e covardes sem fazer guerra? Deixará nossa covardia que os Marakajá e os Perú-angaíva (o português, gente má), que nada valem, e que continua nos atacando?

Em seguida, o orador bate com as mãos nos ombros e nas nádegas e exclama: -Erima, erima Tupinambá kunumi-guasú, tã, tã!!!

O que quer dizer:

Não, não, gente de minha nação Tupinambá, poderosos e fortes mancebos; não é assim que devemos proceder. [E continuou]: devemos ir procurar o inimigo

⁵ Tubinambá era a autodenominação, e Tamoio ou Tamuya (que significa “o povo do avô”) era o nome que lhes foi dado pelos Tupi de São Vicente.

⁶ Nome das lideranças guerreiras.

*ainda que morramos todos e sejamos devorados, mas vinguem os nossos pais!*⁷

Diante das dificuldades que os Tupinambá enfrentavam por falta de apoio dos franceses divididos pelos embates religiosos, uma delegação indígena foi à França pedir uma ajuda efetiva ao rei. O socorro do rei da França não se concretizou.

Aproveitando-se da fragilidade dos franceses, o governador, Mem de Sá partiu de Salvador, em 1560, disposto a expulsar aqueles invasores com uma pequena armada, formada por portugueses e Tupinambás da Bahia, seus aliados. Em vez de ir ao Rio de Janeiro; dirigiu-se à São Vicente, para conseguir apoio dos colonos portugueses e dos Tupi de Piratininga, já cristianizados.

Começava um duro cerco aos franceses, instalados na pequena ilha de Seregipe, na baía da Guanabara, e contra seus aliados, os Tamoios.

Nesse momento, surgiu outro inimigo, que deixou um terrível rastro de destruição e morte: a peste. Trazida da Europa, provavelmente pelos franceses, fez centenas de vítimas, indígenas em toda a região, matando inclusive o grande cacique Cunhambebe, o líder mais importante dessa guerra.

Frente aos Tamoio e franceses encurralados numa ilha, Mem de Sá conseguiu alcançar a primeira vitória, desalojando-os de lá. Fugindo para o continente, os sobreviventes franceses refugiaram-se em terra firme, e, juntamente com os indígenas, adotaram a tática de guerrilha, com emboscadas e ataques-surpresa.

O Tratado de Paz de Iperoig⁸

Desgastado pela luta e pelo avanço da idade, o governador Mem de Sá retornou à Bahia, enviando a Portugal seu sobrinho, Estácio de Sá, a pedir reforços para consolidar os avanços obtidos.

A volta do governador ofereceu uma trégua nessa guerra. Nesse ínterim, os Tamoio passaram a atacar o litoral Sul, ameaçando a população das vilas de Santos e São Vicente. A pressão foi tão grande que obrigou muitos deles a buscar refúgio em Itanhaém, um pouco mais ao Sul.

Entram em cena os jesuítas padre Manoel da Nóbrega e o Irmão José de Anchieta, que trabalhavam, respectivamente em São Vicente e em Piratininga. O objetivo era articular, um acordo de paz. A estratégia supunha ir até Iperoig, atual Ubatuba, para convencer os Tupinambá a abandonarem essa guerra e, em contrapartida, os portugueses se comprometeriam a não escravizar mais indígenas.

Partiram os missionários numa ousada operação, de entrada no território inimigo. Como *avaré* ou *karaíba*, isto é, como homens de Deus, eles podiam ir para toda parte, sem serem ameaçados. Essa ação não foi aceita por todos os Tupinambá, e as aldeias dividiram-se. O grupo de Ubatuba, liderado por Koakira, era mais tolerante com os portugueses, não exigindo seu extermínio, mas apenas o respeito pelas fronteiras e o fim da escravidão indígena.

Os Tamoio do Rio de Janeiro, ao contrário, liderados por Aimberê, filho de Kairussu, eram mais radicais, exigindo a morte de todos os *peró* [portugueses].

⁷ LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. São Paulo: Martins/Edusp, 1972, p. 138.

⁸ Fonte: VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*, L III, par. 58-105. Petrópolis: Vozes, 1977, v. 2, p. 110-132; ANCHIETA, padre Joseph de. Carta ao provincial de Portugal, 9.07.1565. Cartas. Correspondência ativa e passiva. São Paulo: Loyola, 1984, p. 257-267.

Aimberê queria vingar-se dos portugueses, pois tivera vários parentes mortos. Destilava ódio por ter sido preso numa expedição escravista, quando mesmo algemado, saltou do navio português, conseguindo escapar a nado até a praia. Odiava também os *avaré*, pois colaboravam com a ocupação portuguesa. Por isso, os padres não se sentiam seguros em Ubatuba, quando esses indígenas apareciam por lá.

Como saída para a paz, o padre Nóbrega sugeriu partir para Santos com uma delegação indígena para iniciar as negociações. Temendo pela vida de suas lideranças, os Tamoio exigiram que o Irmão José ficasse na aldeia como refém. Caso ocorresse algo com a delegação indígena, ele seria igualmente morto.

Os representantes Tamoio percorreram a região com Nóbrega, passando pelas vilas de Santos, São Vicente e Itanhaém, além da missão de São Paulo de Piratininga, no planalto. Foi na igreja de Piratininga que uma liderança Tupi tomou a palavra, fazendo esse emblemático discurso:

Eu sou o guerreiro, de quem vocês ouviram tanto falar e assaltar [atacar] muitos de vocês, fazendo vários mortos, porque sempre fui grande inimigo, e agora ainda que me separei dos meus [parentes Tupi], por amor dos cristãos e de Nosso Senhor Jesus Cristo, passo de minha parte a enfrentar tudo, e nem tenho medo de vocês. Quero, porém sua amizade. Estando agora na casa de Deus e como os padres nos orientam nossa vida, fomos à sua terra e pedimos estas pazes para que sejamos todos amigos. Sejamos amigos daqui em diante, e desde já não nos lembremos mais das guerras passadas.⁹

Um abraço de paz selou a amizade entre os indígenas presentes. Em São Vicente, foram acertados os termos da paz: os portugueses e seus aliados, os Tupi, deixariam de atacar as aldeias Tupinambá na busca de escravos, e os Tupinambá respeitariam o território de seus vizinhos; incluindo o vale do Paraíba e o planalto de Piratininga.

Os acordos de paz logo foram quebrados, pois não interessavam aos portugueses a existência de indígenas livres, além da presença francesa. Pouco tempo depois, a guerra foi retomada, sobretudo, com a chegada de Estácio de Sá, que trouxera mais reforços de Portugal.

A partir de 1567, a guerra foi retomada. Ocorreram combates no Rio de Janeiro, sendo o mais importante contra a aldeia Urussu-mirim, situada onde hoje está a praia do Flamengo. A aldeia parecia inexpugnável, pois era protegida por um fosso e duas cercas e os indígenas já usavam armas de fogo, recebidas dos franceses. O combate aconteceu a 20 de janeiro e, durou todo o dia.

Um incidente definiu o combate: um tiro atingiu um barril de pólvora que estava numa das canoas Tupinambá, provocando uma grande explosão. Pelo estrago feito e pelo grande barulho, os sobreviventes indígenas rebelados abandonaram o local, imaginando ser a arma de alguma entidade poderosa. Nesse combate, morreram muitos Tamoio, entre os quais o grande Aimberê. Do lado português, tombaram vários soldados, sendo ferido o capitão Estácio de Sá, que morreu um mês depois em decorrência de uma flechada no rosto.

Essa explosão foi vista como um milagre de São Sebastião, que estaria combatendo com os portugueses. Por isso, a vila portuguesa que se fundou foi chamada de São Sebastião do Rio de Janeiro.

⁹ ANCHIETA, Pe. Joseph de. *Cartas*. Correspondência ativa e passiva, 1984, p. 237-238.

O segundo grande combate foi contra a aldeia situada em Paranapuku, atual Ilha do Governador, onde vivia o cacique Marakajá. O confronto foi sangrento, morrendo muitos guerreiros. Os sobreviventes refugiaram-se em Cabo Frio, passando a ser liderados pelo cacique Japuguassu. Resistiram por oito anos e, durante esse tempo, continuaram atacando os portugueses instalados na praia da Carioca, no Rio de Janeiro, e na vila de São Vicente. Mais tarde, Marakajá fez as pazes com os portugueses, indo viver com seu grupo no Espírito Santo.

Achando-se incapazes de destruir os Tamoio, o então nomeado governador das capitanias do Sul, Antônio de Salema, com a ajuda de Jerônimo Leitão, capitão-mor de São Vicente, partiu para Cabo Frio, auxiliado por portugueses e por um batalhão Tupi, vindo de São Paulo. Depois de vários dias de combate, com muitos mortos, os Tamoio se renderam a 26 de setembro de 1575, sob a palavra de que não seriam mortos. Mas ocorreu o oposto: cerca de mil prisioneiros foram executados e quase o mesmo número foi levado como escravo para as fazendas de Santos e São Paulo.

Concluindo, os jesuítas encaminharam um memorial ao Vice-Rei do Peru, que descrevia matanças feitas pelos portugueses em São Paulo, exterminando em 25 anos, mais de 300 mil indígenas.

Apresentação de Edmundo Moniz¹⁰ ao livro *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, livro publicado em 1856.

A Confederação dos Tamoios foi um dos episódios mais importantes da história do Brasil no começo da colonização europeia. Foi a primeira reação nativista que teve uma amplitude inimaginável, deixando os colonizadores em plena defensiva. A povoação indígena, ou melhor, as comunidades primitivas que então ocupavam o Brasil muito antes da chegada dos europeus ao continente americano, demonstraram sua disposição de se unirem para enfrentar os invasores.

Realmente, estas comunidades primitivas julgavam-se donas da terra que habitavam e estavam dispostas a defender o que entendiam ser de seu dever. E a maneira mais adequada para realizar seus objetivos era a unificação em uma confederação de tribos para enfrentar, numa guerra contínua, aqueles que vinham tomar suas terras, suas plantações e tentar escravizá-los.

Os territórios das povoações indígenas pertenciam aos indígenas e não aos portugueses, que vinham ocupá-las pela força sob a alegação de terem descoberto o Brasil.

O que os europeus chamavam de "descoberta do Novo Mundo" era o fato de terem verificado que existia um continente, para eles, desconhecido. Mas tal continente era habitado por vários povos na América do Norte, do Centro e do Sul, que apresentavam diferentes níveis de desenvolvimento de suas culturas.

Não houve uma "descoberta", no sentido exato do termo, e sim um encontro de culturas diferentes: a europeia e a americana.

Os povos existentes no continente americano, que os europeus pensavam haver "descoberto", já existiam há milhares de anos e eram tão antigos como as populações europeias.

Impossível dizer há quantos anos os indígenas ocupavam o continente americano. A palavra América, como a palavra Brasil, foram as palavras com que os europeus batizaram suas próprias descobertas, ou melhor, a sua chegada a um Novo Mundo. E teremos de usar estas palavras de batismo porque nos faltam outras para nos referirmos a este mundo. Com efeito, os europeus tiveram a primazia de dar o

¹⁰ Jornalista e militante trotskista da década de 1930, ligado ao grupo de Mário Pedrosa.

nome de batismo às terras que encontraram em sua longa peregrinação por mares desconhecidos.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, já encontraram os indígenas vivendo em comunidades igualitárias, mantendo-se da caça, da pesca, da plantação e da colheita. O Rei de Portugal "nacionalizou" as terras, isto é, passou-as à propriedade da coroa. Tratou-se, sem dúvida, de um confisco sem direito à indenização. A sesmaria foi estabelecida depois, constituindo-se de uma doação de terras a novos proprietários, porque originalmente o proprietário era o indígena.

Assim temos a origem da propriedade privada no Brasil. A propriedade comunal foi substituída pela propriedade da coroa e a propriedade da coroa pela propriedade privada. Esta foi instituída a partir da dissolução da comunidade comunal, através da ocupação imposta pela coroa.

Os indígenas não reconhecem a propriedade territorial da coroa nem estavam dispostos a renunciar à sua propriedade. Mas os portugueses dispuseram-se a ocupar a colônia por meio da força.

A *Confederação dos Tamoios* representou a reação organizada dos indígenas contra a ocupação dos portugueses. É possível que tivessem o apoio dos franceses, mas foi um apoio insignificante no contexto da grande guerra que os tamoios iriam travar.

Esta Confederação mostra a importância do movimento nativista, o primeiro que se verificou no Brasil e que foi essencialmente um movimento dos verdadeiros donos da terra, ameaçados de perdê-la, como perderam para os chamados civilizados que iriam cometer o mais hediondo massacre do início dos tempos modernos.

A *Confederação dos Tamoios* teve a significação de pôr em risco a colonização portuguesa. Não foi um movimento sem consistência, de natureza ocasional, sem uma direção firme e consciente. Os tamoios organizaram-se de modo inteligente e seguros de que poderiam obter um grande êxito, como, afinal, estiveram às vésperas de obter.

Francisco Solano Constando, na *História do Brasil desde o descobrimento, por Pedro Álvares Cabral, até a abdicação de Dom Pedro I*, ocupando-se da Confederação, afirma que "a guerra dos tamoios se tornou, dia a dia, mais destrutiva e perigosa para os portugueses e, provavelmente, estes teriam sido expulsos do Brasil se não fosse a intervenção dos missionários jesuítas, a quem os selvagens respeitavam e amavam". E acrescenta: "Nóbrega e seus fiéis companheiros, armados de zelo, encontraram a magnânima solução de expor as próprias vidas indo ao campo dos tamoios implorarem a eles pela paz".

Os índios possuíam grande parte do território do Rio de Janeiro e São Vicente. A vitória era certa. José Ramalho, Brás Cuba, bem como outros chefes de Santos e São Paulo, não tinham a menor esperança sobre o destino da capitania que seria ocupada pelos tamoios. Mas tal não aconteceu graças à paz tratada pelos tamoios com os jesuítas.

Mas o tratado de paz Iperoig não foi cumprido. Não passou de um pretexto dos portugueses para ganharem tempo, se fortalecerem e atacarem os tamoios quando se sentiram mais fortes, o que fizeram de forma cruel, realizando um dos maiores massacres da história da colonização europeia.

A guerra dos Tamoios, um exemplo de luta, entre centenas de outros...

Por um problema de espaço, nosso curso não tem condições de estudar as grandes guerras de resistência indígena em 200 anos. Por isso, vamos mostrar como exemplo brevemente:

A conquista da Amazônia pelos portugueses

A região estava dominada no Maranhão pelos franceses e o Amazonas pelos espanhóis e holandeses. Em 1614, os portugueses começaram suas incursões de

domínio da região, aliados aos potiguaras e tupis que vieram do Nordeste. O domínio do que hoje é Belém foi tranquilo, com apoio dos tupinambás que viviam aí. Sem ter gente para colonizar, o rei de Portugal mandou prisioneiros. O Brasil virou uma colônia penal. Os Tapajós resistiram ao domínio português. Eles tinham uma cultura mais avançada e tinha aldeias com 10 mil pessoas. Na guerra reuniam até 60 mil pessoas. Usavam veneno (*curare*) na ponta das flechas, paralisante, e não se conhecia o antídoto. Tinham uma divisão de trabalho, artesanato, cultivavam milho e mandioca. Já tinha um mercado para troca de excedentes. Um povo que não se submeteu, atacou e matou missionários. Os portugueses fizeram uma blitzkrieg com 300 aldeias queimadas, 700 indígenas mortos e 400 escravizados. *“Percebendo que a pacificação indígena não seria fácil, o rei de Portugal pediu aos Carmelitas estabelecer missões ao longo do Rio Negro”*. Entre 1723 e 1727, se deu a Guerra dos Manaus, liderados por Ajuricaba, que se aliou aos holandeses contra os portugueses. Os indígenas muito bem equipados metiam medo nos portugueses. Veio um jesuíta realizar um “tratado de paz” e ganhar tempo. A paz durou pouco, como sempre. Ajuricaba estava sendo levado preso para Belém, quando amarrado por correntes se jogou no Rio Negro. Uma das características de uma tribo guerreira, os mundurucus, era que as mulheres participavam dos ataques, que inclusive deu motivo para a lenda das amazonas, por isso o nome da Região, cunhada por europeus. Isso já é por volta de 1790. Os mundurucus ameaçavam as portas de Belém, chegando ao rio Guamá. Neste ano, o governador Manuel da Gama Lobo D’Almada conseguiu que se rendessem, *“através de um tratado de paz e com políticas assistenciais”*.

A participação indígena na Cabanagem

Na *Cabanagem*, “o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma Província com certa estabilidade”, na avaliação de Caio Prado Junior.¹¹ Com a saída dos jesuítas, os indígenas se espalharam na região então chamada Grão-Pará, que englobava toda a Amazônia até o Maranhão. Indígenas desaldeados se chamavam de *tapuios*. A morte do governador Bernardo Lobo de Souza foi feita pelo tapuio Domingos Onça. Depois da rendição dos cabanos, se verificou que 46% dos prisioneiros eram indígenas, 24% “mulatos” e negros, 15% mamelucos (mestiço entre indígena e branco/a), 8% cafuzos (mestiço entre indígena e negro/a), 7% brancos. 93% dos revolucionários eram indígenas ou negros escravizados. Milhares de tuxauas foram a vanguarda da resistência cabana. Em 1840, 980 guerreiros se entregam derrotados. Outro povo, os Mura, jogaram um papel decisivo, principalmente na fase final do conflito. Estima-se que morreram 20 mil Mura na *Cabanagem*, portanto, mais da metade das vítimas.

Alguns temas para debate: lições da questão indígena no Brasil

1 **O mito da descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral.** O território brasileiro foi povoado há pelo menos 15 mil anos, em 1500 já habitavam aqui 95 nações distintas, que falavam 35 línguas diferentes. Originaram-se de dois troncos: tupi-guarani (que ocupavam todo o litoral brasileiro do Amapá ao Rio Grande do Sul, se estendendo para a Bolívia, Paraguai e Argentina) e jê (que ocupavam o centro do Brasil em uma extensa área que ia do Maranhão, Piauí, Tocantins, Goiás, parte de Minas, da Bahia, de SP e do PR). Estima-se que, quando os portugueses “descobriram” o Brasil, esses povos originários somavam cerca de 5 milhões de pessoas. As nações que viviam na Costa brasileira eram os

¹¹ Apud Prezisa. *Brasil Indígena, 500 nos de Resistência*, ano 2000, p. 174.

Tupinambá (no PA, PE, AL, SE e BA), os Tremembé (MA e PI), os Potiguara (CE, RN e PB), os Tabajara (PB), os Caeté (PE/AL/SE), os Tupiniquim (BA, ES, SP, PR e SC) os Aimoré (BA e ES), Os Tamoios (RJ e SP), Os Goitacaz (RJ) os Carijó-Guarani (SC e RS), os Charrua (RS e Uruguai).

2 **Dificuldades para a escravização da mão-de-obra indígena.** Como não havia mão-de-obra para tocar empresa da colonização e os portugueses não estavam dispostos a “pegar no pesado”, a solução encontrada foi a utilização do trabalho escravo indígena. Durante o primeiro século da colonização portuguesa, a escravidão indígena foi adotada em diversas regiões da colônia, tanto nas mais dinâmicas (como Pernambuco e Bahia), quanto nas menos ativas (como São Vicente). Em meados do século XVI, a escravidão indígena nas grandes áreas produtoras de gêneros tropicais foi sendo substituída pela africana. **A partir da impossibilidade da escravização de indígenas, a política foi dupla: 1. exterminar os indígenas e 2. trazer negros escravizados da África,** arrancados do seu habitat e controlados militarmente em terra estranha. **O motivo central que levou o império português a abandonar a escravização indígena foram as guerras de resistência indígena,** atingindo mais de 200 anos de guerra, entre 1535 a 1756, ano em que se aboliu a escravidão de indígenas no Brasil. Não foi porque eram preguiçosos e indolentes e não se adaptavam a sociedade “moderna” como afirma a ideologia dominante. Nem porque eram culturalmente atrasados, “recoletores”, e, portanto, não conseguiam produzir com técnicas avançadas, como afirmam alguns intelectuais de esquerda. **Outro motivo é que os indígenas conheciam a terra e fugiam para reencontrá-las, livres.** Um exemplo da dificuldade para escravizar indígenas: *“Os Aruã, que viviam no litoral do Amapá começaram a ser catequizados por volta de 1700. Um grande grupo foi convencido pelos frades a ir para Belém, com promessa de proteção e alimento abundante. Chegando lá foi só trabalho forçado, violento e duro, na construção das fortificações de Belém. Isso provocou uma revolta e os levou a uma fuga em massa para as aldeias de origem.”* **Um terceiro motivo foi a diminuição drástica dos indígenas** devido ao genocídio, em período de grande expansão da produção e da mineração. **Um quarto motivo é** que os indígenas, ao não serem mais escravizados, podiam ser aliados dos portugueses na luta pela dominação do Brasil, contra estrangeiros e contra outras tribos indígenas ou contra os negros, que iniciavam sua luta contra a escravidão.

3 **A Igreja foi usada como ponta de lança para a dominação portuguesa, espanhola ou holandesa.** Vamos exemplificar com a luta dos portugueses para dominar o sertão nordestino: depois dos portugueses dominarem PE, PB e RN em 1600, resolveram ir para o norte. Foi uma pequena turma de colonizadores, que foram expulsos pelos indígenas na serra de Ibiapaba, na fronteira do Ceará com o Piauí. Aí se formou uma dupla de missionários com indígenas potiguaras, que chegou até a serra, mas foram assassinados pelos Tabajaras, aliados dos holandeses. *“Mais uma vez, os jesuítas foram chamados para, através da catequese, recuperar o território perdido. A finalidade do governador era a reconquista militar, mas os missionários viam, nesse pedido, a retomada da missão e encaravam sua presença como uma nova chance para a conversão e a submissão daquele povo.”*¹² *“Percebendo que a pacificação indígena não seria fácil, o rei de Portugal pediu aos Carmelitas estabelecer missões ao longo do Rio*

¹² Benedito Prezida, *Historia da Resistência Indígena*, 2017.

Negro".¹³ Mario Maestri escreveu: *"Foi imensa a importância dos jesuítas na conquista da América. Para os jesuítas, o fracasso da catequese seria devido, sobretudo, ao fato de os brasis mudarem-se periodicamente e não obedecerem a nenhuma autoridade.; Assim sendo, a obediência imposta pela força tornava-se a única alternativa. Em 1550, apenas chegado ao Brasil, Nóbrega exprimira a dúvida de que "talvez por medo" se convertessem os brasis "mais rapidamente do que por amor". Em meados dos anos 1550, a dúvida se transformara em certeza: Apenas social e politicamente dominados os brasis perseverariam no rigor da vida cristã. Havia que se destruir a ordem social tupinambá, subjugar os nativos, implantar a autoridade lusitana. Em 8 de maio de 1558, Manoel da Nóbrega escrevia uma longa carta onde propunha que a Coroa e a Igreja enfrentassem os brasis com uma nova estratégia. Esse é talvez o mais importante documento missionário brasileiro do século XVI. Ele definia as bases da sólida aliança que se estabeleceria no Brasil entre a Companhia de Jesus e a Coroa. Segundo Nóbrega, devido à oposição dos nativos os portugueses não ousavam se "estender e espalhar pela terra para fazerem fazendas" e aproveitavam apenas "as praias". Segundo o sacerdote, para ocupar plenamente as descobertas, era necessário subjugar o "gentio". Em meados dos anos 1550, evangelização e conquista colonial fundiam-se num mesmo e só projeto."* Quando a tropa portuguesa e bandeirante não conseguia dominar uma nação indígena, mandava-se missionários para "pacificá-la" e, logo depois, exterminá-la. Mais, quando os portugueses estavam sendo derrotados pelos indígenas nos campos de batalha, os missionários propunham um "acordo de paz" enquanto os portugueses recebiam reforços suficientes para dizimar os indígenas. Hoje em dia a Igreja católica, através do Papa Francisco, está beatificando indígenas, com o intuito de esconder o papel nefasto da igreja no genocídio americano.

4 A divisão entre tribos indígenas foi condição para vitória dos portugueses, holandeses ou franceses. Se aliar com um contra outro, foi a tônica. Os Indígenas se submeteram a uma cultura mais avançada e se dividiram. Por isso foram exterminados. *"A conquista portuguesa começou a se consolidar, graças à aliança com alguns povos indígenas do litoral, que os auxiliavam no combate às etnias mais guerreiras. A ação dos missionários foi fundamental na consolidação do domínio português, pois esse reino não tinha homens suficientes para expandir os limites do Tratado de Tordesilhas."*¹⁴

5 De 1750 a 1822 – o extermínio e a assimilação (fim da etnia por miscigenação). Em 1750, o Tratado de Madri, dobrou o território de Portugal na América do Sul. Combinou-se com a derrota dos indígenas na guerra de dois séculos. Por isso, Portugal já não necessitava dos missionários nem dos aldeamentos indígenas já que os nativos foram dizimados e uma parte espalhado, migrando para o meio urbano, indo formar um exercito de reserva, em trabalhos precários. *"...Diretório, lei promulgada em 1756 sobre a Amazônia... A medida acabou com os aldeamentos missionários, transformando-os em vilas portuguesas; proibiu o uso de línguas nativas e aboliu as práticas tradicionais indígenas. Os indígenas seriam livres, tornando-se cidadãos portugueses, mas eram obrigados, dos 13 aos 60 anos, a fazer roças para vender os produtos nas*

¹³ Idem, p. 87.

¹⁴ Idem, p. 79.

vilas e para o governo, para a recém criada Companhia Geral do Comercio. O trabalho, quando remunerado, ficava com o cacique, que repassava apenas um terço do valor recebido. Como cidadãos portugueses, ficaram proibidos de usar a língua nativa, não podiam ter nomes indígenas, nem viver de forma tradicional. Os que não aceitavam essa determinação eram presos ou perseguidos. Os missionários foram substituídos pelo diretor de índio, que geralmente se beneficiava dessa mão de obra.”¹⁵.

Assim foram sendo dizimados os povos Tupinambás, Tupiniquins, Goitacazes, Aimorés, Guaianazes, Caetés, Tabajaras, Potiguaras, Tremembés, Tapajós, Manaus, Muras, Aruã, Barbados, Mundurucus, Guaranis, Caatingas, Itatins, Guaicurus, Gamelas, Canelas, Timbiras, Kayapós, Crixás, Xavantes, Payayá, Kariris, Payaguás, Xavantes, Karajá, Xacriabá, Kaigang, Borun, Puri, Bororeno, Pataxó, Maxacali e muitos outros. Vinham os missionários, “pacificavam” e batizavam, escravizavam, tinha revolta, se dava um “tratado de paz”, realizado por um religioso, e depois o extermínio. Assim foi com todos os povos indígenas do Brasil, com pequenas variações, mas sempre com grandes traições dos homens brancos sejam portugueses, franceses ou holandeses.

Vale a pena ler a descrição de um destes massacres: “Tendo feito marchar de São Luis uma expedição composta de 30 canoas e uma barca grande com 140 soldados e 470 índios aliados, surpreenderam os Tremembés descuidados foi tal o furor dos assaltantes que não perdoaram nem o sexo nem a idade. Os índios aliados, travando das crianças pelos pés, matavam-nas cruelmente dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores; e de uma maloca de mais de trezentos só escaparam 37 crianças, sendo mortas todas as demais.”¹⁶ Os Tupinambás, que eram cerca de 1 milhão só no litoral brasileiro, foram combatidos, iludidos, escoraçados, aculturados, reduzidos à escravidão, dizimados. **Em menos de um século, desapareciam os povos tupinambás** senhores do litoral no momento da descoberta europeia. Por isso, depois de 1750 desaparece a luta indígena e entra em cena a luta negra. Uma coisa é certa: os colonizadores não tiveram um dia de descanso enfrentando nos dois primeiros séculos as guerras indígenas e nos três séculos seguintes as revoltas negras. O Povo brasileiro é, na sua maior parte, descendentes dos povos originários e dos negros africanos escravizados.

Uma pergunta que não quer calar: quem e como vai se reparar este genocídio?

Quilombo dos Palmares

Fascículo 4 da Coleção Caros Amigos Revoltas Populares no Brasil Palmares – a gloriosa luta contra a escravidão

Palmares não pertence ao passado. Mais do que nunca, as vozes de **Ganga Zumba, Zumbi e Dandara** atravessam os séculos para lembrar que a suposta democracia racial brasileira nunca passou de um mito. O Quilombo resistiu por mais de cem anos, ao longo do século XVII. Contra todas as probabilidades, Palmares abriu a perspectiva de uma revolução dos escravos muito antes dela ocorrer no Haiti, na passagem do século XVIII para o XIX.

¹⁵ Idem, p. 124.

¹⁶ Apud. PEREIRA DA COSTA, Francisco. Op. cit. p. 7



A vida era um inferno nas senzalas do Brasil colônia. Os cativos viviam amontoados e sofriam terríveis maus-tratos. A disciplina era imposta por meio de castigos exemplares, por vezes mortais. A humilhação tinha por objetivo destruir a identidade e a personalidade dos negros. A vida útil de um escravo era de, no máximo, sete anos. A expectativa de vida de um negro do sexo masculino, em 1872, era de 20 anos, ao passo que a da população como um todo girava em torno de 27,4 anos.

Os negros eram arrancados de seu meio social, separados arbitrariamente, atirados a uma terra de língua, religião e hábitos desconhecidos. Encontravam todos os tipos de dificuldades para manter sua identidade cultural. Conservar suas tradições, por isso, era uma forma de resistir à violência.

A resistência, apesar de tudo, foi intensa. Alguns escravos se rebelavam; outros, recorriam ao suicídio. No livro *Liberdade por um Fio — História dos Quilombos no Brasil*, os historiadores João José Reis e Flávio dos Santos Gomes afirmam: "Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. (...) Houve um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão — e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e da formação de grupos de escravos fugidos."

Os escravos fugiam sozinhos ou em grupo, e eram perseguidos pelos capitães-domato (jagunços treinados). As fugas coletivas quase sempre davam origem a quilombos: uma ou mais aldeias localizadas numa região de difícil acesso, ou ainda, na definição do Império: "Ajuntamento de cinco ou mais negros fugidos, arranchados em sítio despovoado." Houve centenas deles, dos quais o mais emblemático foi o de Palmares.

"Não se sabe exatamente quando os mocambos (palhoças) dos Palmares começaram a aparecer. É bem possível que, desde o primeiro momento da escravidão no nordeste, sobretudo na capitania de Pernambuco, alguns escravos já fugissem para a região de Palmares. Esse período começa em meados do século XVI e atinge o seu ápice durante a ocupação holandesa entre os anos de 1630 e 1654. A formação de Palmares se deu de forma contínua", diz o historiador Rômulo Nascimento, da Universidade de Pernambuco (UPE).

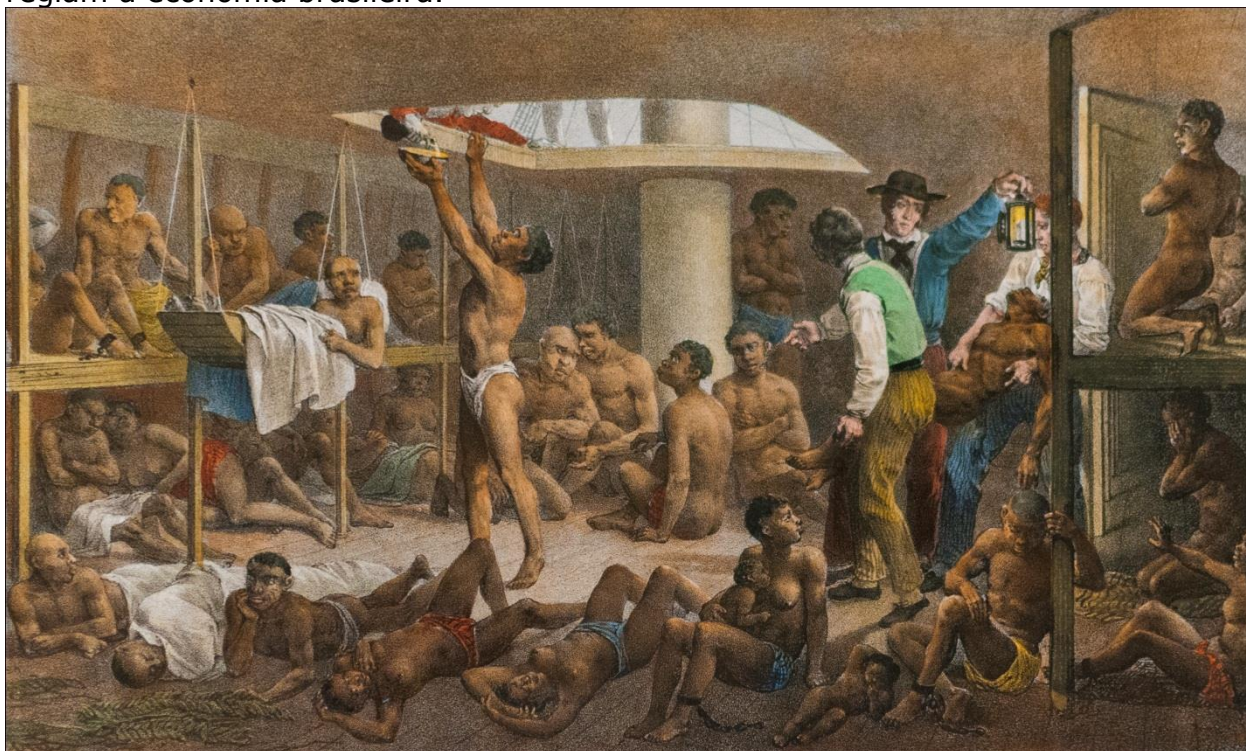
Em 1597, cerca de 40 escravos massacraram a população de um engenho situado em Porto Calvo (sul de Pernambuco). Após alguns dias de fuga, o grupo se fixou

na Serra da Barriga, local com água em abundância, terras férteis, fauna e é flora diversificadas e que permitia visualizar as áreas ao redor.

Nascia o Quilombo dos Palmares, que chegou a reunir 20 mil habitantes (20% da população total de Pernambuco), numa área de 27 mil km² (equivalente à do atual estado de Alagoas) e resistiu por mais de um século, para se tornar um símbolo da luta pela liberdade.

Brasil colônia

Entre 1550 e 1855, entraram pelos portos brasileiros cerca de 4 milhões de escravos africanos, em grande parte do sexo masculino. O número representa cerca de 40% dos homens e mulheres arrancados de terras africanas por meio do tráfico negreiro nesse período. Nos séculos XVI e XVII, vindos principalmente da Guiné Bissau, da Guiné Cacheu, da Costa do Marfim, do Congo e da Angola, os negros aportavam no Brasil colonial para trabalhar nos canaviais de açúcar, que regiam a economia brasileira.



(...) o Brasil colonial em 1700 tinha apenas 300 mil habitantes. (...)

Na lógica da economia mercantilista, as colônias deveriam contribuir para a autossuficiência da metrópole. Tendo isso em vista, Portugal montou uma empresa colonial que produzia uma mercadoria de fácil entrada no mercado europeu: o açúcar. O produto era muito apreciado e raro na Europa e o plantio de cana tinha condições favoráveis no nordeste brasileiro. A produção gerava grandes lucros aos portugueses que se dispusessem a se mudar para o Brasil e explorar a atividade, o que atraiu colonos e criou condições básicas para a produção.

O trabalho escravo, o latifúndio, a monocultura e a produção voltada para o mercado externo — que dependia de suas oscilações - formaram a base do sistema agrícola que se convencionou chamar de plantation e que se instalou no Brasil à partir do século XVI.

Tráfico impulsionou globalização do capital

"O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial." (João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, *Liberdade por um Fio — História dos Quilombos no Brasil*)

Para investir nos canaviais, Portugal associou-se aos holandeses, que garantiram a distribuição do açúcar na Europa e o financiamento da produção. (...)

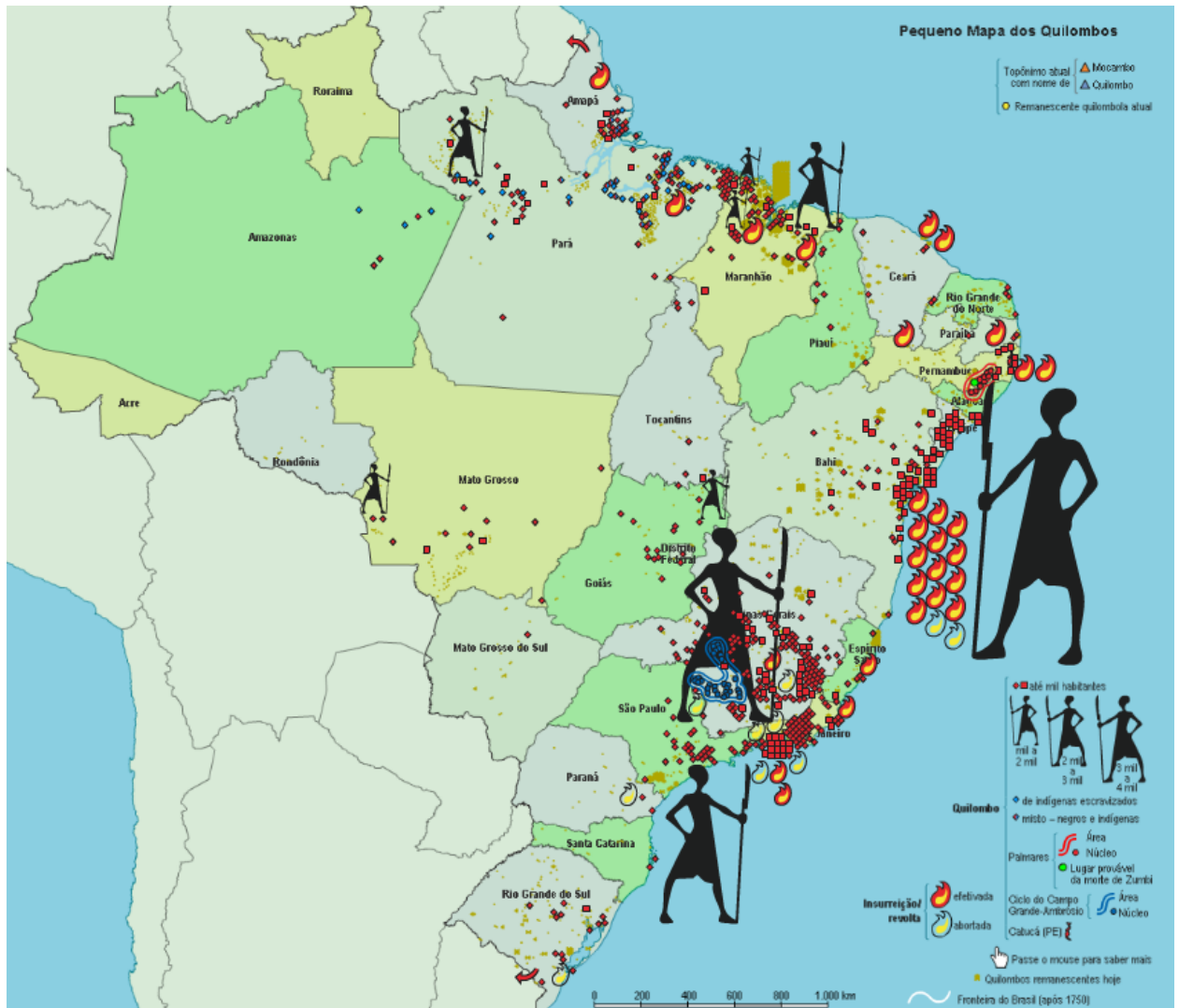
Com grandes latifúndios, Pernambuco tornou-se o principal produtor de açúcar, onde toda a vida girava em torno do plantio e da usinagem da cana. Os centros urbanos, como Olinda e Recife, serviam de entrepostos comerciais para a exportação do açúcar. A produção era baseada na rigidez, disciplina e hierarquia dos escravos.

O escravismo era adequado ao mercantilismo. Não havia grande oferta de trabalhadores assalariados em condições de emigrar para o Brasil e tampouco o trabalho assalariado era conveniente para Portugal. Por isso, o comércio internacional de escravos era um negócio tentador para a burguesia mercantil portuguesa. A compra de escravos nos portos da África, seu transporte para a América e sua posterior venda aos colonos geravam grandes lucros. Um percentual da renda dos senhores de engenho gasto na compra de escravos engrossava os cofres da Coroa. Assim, a produção de riqueza no Brasil colônia foi baseada no trabalho escravo por mais de trezentos anos. (...)

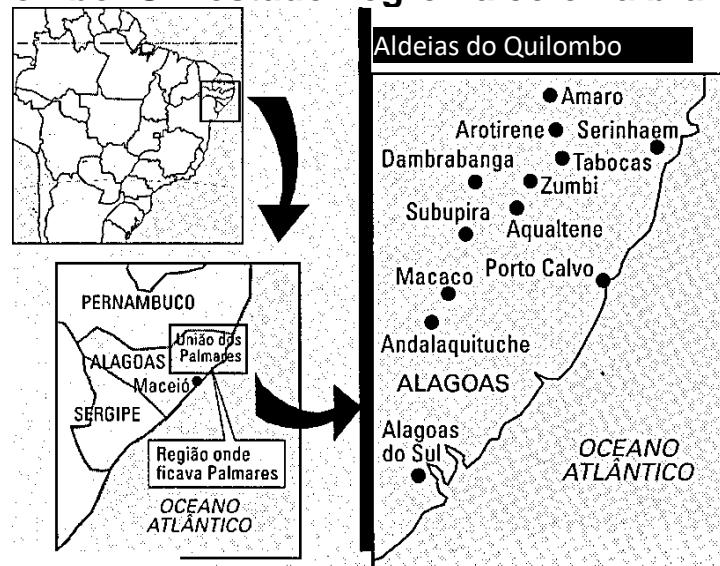
No engenho, os escravos exerciam diferentes tarefas, que iam desde os trabalhos pesados do campo até os domésticos, exercidos pelas mucamas. O engenho era formado pelas terras para o plantio de cana, a casa-grande para a moradia do senhor e sua família, a senzala (que abrigava os escravos) e uma capela. Havia também a casa de engenho, onde se transformava a cana em açúcar. Nela havia a moenda para extrair o caldo da cana, grandes fornalhas e tachos, onde o caldo era cozido e condensado. Também havia a casa de purgar, onde o açúcar secava para se transformar no produto em seu estado sólido. (...)

A guerra provocou o afrouxamento da rigidez no trato com os escravos, o que resultou na fuga de muitos para o quilombo dos Palmares. "Com a invasão holandesa no Nordeste, a desorganização da sociedade escravista luso- pernambucana facilitou a fuga de cativos para a região de Palmares, fortalecendo os quilombos já estabelecidos e formando outros. O mesmo ocorreu durante a luta pela expulsão dos holandeses. Sem a desorganização da coerção física sobre os cativos escravizados na luta entre Portugal e Holanda talvez jamais tivesse havido Palmares, ao menos com a dimensão que obteve", afirma o historiador Mário Maestri, da Universidade de Passo Fundo (RS).

Expulsos do Brasil, os holandeses começaram a negociar o açúcar das Antilhas inglesas e francesas. Passaram a competir com a economia colonial portuguesa. Frente a essa situação, Portugal aumentou a exploração da colônia brasileira como única forma de garantir a sobrevivência de sua economia. Em 1642, criou o Conselho Ultramarinho, instrumento com o qual passou a controlar também politicamente a colônia. O Estado português tornou-se mais autoritário, aumentou os impostos e fez severas proibições. E multiplicou os ataques a Palmares.



A vida no quilombo: Um estado negro na colônia branca



Localização do Quilombo dos Palmares

O quilombo dos Palmares foi o maior, o mais populoso, duradouro e importante quilombo das Américas. Foi uma confederação de comunidades de quilombolas, conhecidas como mocambos, situada na região da Serra da Barriga, que hoje corresponde a parte do estado de Alagoas e Pernambuco, 70 km a oeste do litoral, em uma área de 27 mil km², área equivalente à do atual estado de Alagoas. O quilombo atraiu dezenas de milhares de negros que resistiram aos assédios dos brancos por cerca de um século. A população chegou à casa dos 20 mil habitantes, o que correspondia a cerca de 20% da população total de Pernambuco.

O quilombo era composto por nove povoados ou mocambos: Amaro, Arotirene, Tabocas, Dambrambanga, Alqualtene, Subupira, Macaco, Zumbi e Andalaquituche. Macaco era a capital e fortificação mais importante, onde ficava o conselho administrativo e a casa grande, fundada provavelmente em 1642. A distância entre os mocambos podia ser de mais de um dia de caminhada.

Em Palmares, prevalecia uma população masculina, muitos nascidos na África, mas também índios fugidos da escravidão, escravos nascidos no Brasil — os "crioulos" — e homens livres brancos e pobres. Alguns dos brancos que viviam em Palmares eram perseguidos pela Coroa, por razões religiosas ou pela prática de crimes e infrações menores. (...)

Os negros tinham origens muito diversificadas. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, "uma parte vinha da Guiné, isto é, embarcavam na África Ocidental (Costa do Ouro, Golfo da Guiné, Golfo do Benim). Outra parte vinha da África centro-ocidental, isto é, do eixo Angola-Congo. Até onde se sabe, a diversidade de procedências não trouxe problemas para Palmares. A condição de quilombola superou as possíveis tensões. Em todo caso, parece ter prevalecido a procedência banto, isto é, os que vinham de Angola e Matamba."

Sabe-se muito pouco sobre o cotidiano de Palmares, dada a escassez de documentos. "O que sabemos vem de fontes administrativas neerlandesas e luso-brasileiras. Qualquer tentativa de descrever o cotidiano palmarino é pura especulação a partir de poucos indícios", afirma o historiador Rômulo Nascimento. Supõe-se que os quilombolas de Palmares se organizassem politicamente de uma forma parecida a alguns Estados africanos, principalmente os da região banto. Assim, o topo da pirâmide social de Palmares era ocupado por um rei, escolhido coletivamente. Em seguida, posicionava-se um conselho, que se reunia periodicamente na capital Macaco, sob a presidência do rei, e era a instância mais importante do quilombo. Cada membro do conselho era chefe absoluto nos seus respectivos mocambos. Segundo Nascimento, "há indícios de que cada grupo de mocambos guardava a sua própria forma de se gerir. Segundo Sebastião da Rocha Pitta, homicídio, roubo e adultério eram punidos com pena de morte." O rei eleito tinha como pré-requisito ter coragem e capacidade de liderança. O primeiro rei foi Ganga Zumba depois substituído por Zumbi.

"Em Palmares, no geral, cada um vivia de seu trabalho. Os múltiplos mocambos de Palmares mantinham uma importante autonomia econômica, pois praticavam agricultura e artesanato de subsistência. Era certamente uma vida dura, mas vivida em liberdade", afirma o historiador Mário Maestri. Eles caçavam, pescavam e plantavam milho, mandioca, feijão, banana e batata-doce. Além disso, criavam animais domésticos, como galinhas e porcos. Havia artesãos especializados, como ferreiros, de singular importância. Eles faziam cestos, pilões, tecidos, potes, instrumentos musicais e peças de barro. Dominavam também a metalurgia. Além disso, havia um ideal comunitário forte e inspirado no sentimento de liberdade.

A abundância alimentar de Palmares contrastava com a miséria da população do litoral. Voltados para sua subsistência, os quilombolas comercializavam o excedente da produção com os vizinhos, em troca de produtos difíceis de produzir. Os colonos pobres, identificando-se mais com os palmarinos que com os latifundiários e outras elites locais, teriam mantido relações estreitas com o quilombo, não apenas comerciais, mas também na esfera privada.

A despeito das qualidades de Palmares, a comunidade vivia sob uma rígida estrutura social. De acordo com Nascimento "os negros buscavam a liberdade em Palmares. Mas, isso não os eximia de um grande senso de disciplina e hierarquia. Como num acampamento militar, um quilombola obedecia a regras e a papéis específicos. É claro que estar em um quilombo, ainda que sob um regime de disciplina, lutando contra uma estrutura escravista, era muito melhor que estar na senzala e na lavoura, onde a disciplina era aviltante ao corpo e ao espírito. Nos mocambos, poderiam partilhar uma vida social e espiritual longe dos olhos dos senhores. Era um naco de liberdade."

Vivendo em casas cobertas de madeira ou palha, havia dois tipos de organização familiar em Palmares: a família poligâmica e a poliândrica. A poligamia era atributo especial dos membros do topo da hierarquia social: Ganga Zumba e Zumbi tiveram três mulheres. Os demais habitantes do quilombo praticavam a poliandria - uma mulher, que era a chefe da família, tinha mais de um marido, todos morando na mesma casa. (...)

A língua falada em Palmares, provavelmente, era uma mescla do português com palavras africanas e indígenas. Os brancos não entendiam essa língua e precisavam de um intérprete em momentos de negociação (...)

A existência desse Estado negro formado por escravos fugidos era uma ameaça para a ordem colonial e escravocrata. Segundo Vainfas, Palmares incomodou a metrópole holandesa e depois a portuguesa: "Saques de engenhos e vilas, emboscadas no mato ou nas estradas, fugas que dilapidavam o patrimônio senhorial. O mais grave, porém, do ponto de vista dos escravistas, era a organização dos fugitivos em comunidades bem assentadas, porque oferecia uma alternativa à escravidão. Um horizonte de autonomia, quem sabe uma chance de reintegrar-se a um estilo de vida mais próximo ao que tinham nos lugares de origem. O problema dos quilombos, para as metrópoles e senhores escravistas, era mais político e social do que econômico." (...)

Por isso, os senhores de engenho e as autoridades da metrópole empenharam-se na destruição do quilombo. Ao lado dos brancos também estavam os jesuítas, que condenavam as revoltas escravas. Segundo Vainfas, o padre Antônio Vieira, já no fim da vida, escreveu uma carta na qual defendia a destruição dos quilombos, convencido de que "nenhum acordo com os quilombolas seria possível".

Com as expedições armadas contra o quilombo, Palmares montou um exército para defender a comunidade. Construíram fortificações compostas por trincheiras, túneis e caminhos com armadilhas. Os mocambos eram circundados por uma paliçada; montaram "fojos", grandes buracos no chão muitas vezes com lanças apontadas para cima, cobertos com palha e folhagens. (...)

Os mocambos manufaturavam facas, arcos e flechas. As armas de fogo e a pólvora eram comercializadas com moradores da região ou obtidas em ocupações de fazendas vizinhas. Essas ações diversas vezes tinham como objetivo raptar mulheres para equilibrar a população de Palmares, onde havia muito mais homens. O quilombo durou praticamente um século e constituiu um Estado negro dentro da colônia escravista. Palmares mostrou o desejo incontestável de emancipação dos escravos. A confederação de mocambos foi uma prova de que o negro jamais foi dócil à subjugação e sempre lutou para afirmar sua condição humana.

Escravos de ex-escravos

"Os escravos que se recusavam a fugir das fazendas e ir para os quilombos eram capturados e convertidos em cativos dos quilombos. A luta de Palmares não era contra a iniquidade desumanizadora da escravidão. Era apenas recusa da escravidão própria, mas não da escravidão alheia. As etnias de que procederam os escravos negros do Brasil praticavam e praticam a escravidão ainda hoje, na África. Não raro capturavam seus iguais para vendê-los aos traficantes. Ainda o fazem. Não faz muito tempo, os bantos, do mesmo grupo linguístico de que procede Zumbi, foram denunciados na ONU por escravizarem pigmeus nos Camarões." (José de Souza Martins, Divisões Perigosas. O sociólogo aponta para as limitações históricas inerentes à sociedade formada em Palmares, alertando contra a mitificação de seus integrantes. Trata-se de uma questão que provoca grande polêmica entre estudiosos e historiadores da área.)

Escravos, graças a Deus

As condições de vida dadas aos escravos africanos eram desumanas, já a partir dos navios negreiros que os transportavam da África para o Brasil, onde eram amontoados nos porões, sem ar fresco para respirar. (...)

A Igreja Católica posicionava-se a favor da escravidão. "Desde o século XVII, os jesuítas se empenharam em justificar a escravidão dos africanos e em ditar regras para que ela funcionasse melhor. O pioneiro desta onda discursiva foi ninguém menos que Antônio Vieira. Em um de seus sermões, pregado aos escravos da Bahia, dizia que quanto mais dura era a escravidão no mundo, maior seria a glória dos cativos depois da morte. A escravidão, portanto, era uma benção", afirma Ronaldo Vainfas.

"Outros justificavam a escravidão alegando que os africanos descendiam de Cam, o filho de Noé, cuja linhagem fora condenada à servidão por ter ele escarnecido do pai. Neste caso, a escravidão era um castigo divino. Por outro lado, Vieira, Antonil e muitos outros pregavam contra os castigos cruéis ou contra a negligência senhorial na doutrinação dos cativos. O projeto jesuítico era o de reformar a escravidão para tomá-la cristã."

Ganga Zumba: O herói que caiu em desgraça

Filho da princesa Aqualtune, Ganga Zumba foi o primeiro rei de Palmares que se tem conhecimento, posto herdado da matriarca fundadora do quilombo, Acotirene, a "mãe das mães". Chegou à Serra da Barriga junto com outros escravos fugidos, na época da invasão holandesa.

A coragem e resistência à dominação dos senhores de engenho lhe rendeu o título de rei do Quilombo, e, com Xangô, orixá de origem ioruba, sobre sua cabeça, foi responsável pelo crescimento e consolidação do quilombo. (...)

O quilombo crescia vertiginosamente, causando a ira crescente do governo português, com o conseqüente aumento das ofensivas repressoras. O exército palmarino se fortalecia, as estratégias de combate se aperfeiçoavam e o estado de guerra era constante. As expedições portuguesas, no entanto, tornavam-se cada vez mais frequentes.

Em 1677, 185 homens armados sob o comando de Fernão Carrilho invadiram o mocambo de Aqualtene de surpresa: muitos foram mortos, capturados ou fugiram desordenadamente. Diante desse quadro, Ganga Zumba resolveu negociar com os brancos.

O governo português, utilizando um grande número de presos palmarinos como reféns — entre eles dois filhos de Ganga Zumba —, propôs um encontro com o líder de Palmares. Uma embaixada composta por quinze integrantes do quilombo foi até Recife para ouvir o governador Pedro de Almeida.

O acordo garantia a liberdade para os nascidos em Palmares e concessão de terras (na região do Cucaú, que distava 32 km do quilombo, que havia sido anteriormente prometida aos senhores de engenho). O documento não abarcava os negros de outras localidades, ficava subentendido, portanto, que o restante da população palmarina seria escravizada novamente, pois tinha acumulado "dívidas" com o governo.

Ganga Zumba assinou a paz. Vários chefes dos demais mocambos, entre eles Zumbi, se insurgiram. A imagem do líder se deteriorou cada vez mais, já abalada pelas acusações de comandar o exército em estado de embriaguez.

O quilombo dividiu-se e parte da comunidade seguiu Ganga Zumba para as terras do Cucaú. Zumbi, defensor da autonomia dos negros e da guerra pela liberdade, emergiu como rei do Quilombo dos Palmares. Tido como traidor, Ganga Zumba morreu envenenado em 1678.

Zumbi: Guerreiro até o fim

Zumbi nasceu em 1655, em um dos mocambos de Palmares. Aos 7 anos, foi capturado por soldados e entregue ao Padre Antônio Melo, cânone de Porto Calvo.

Batizaram-no Francisco: aprendeu português, latim e foi iniciado na religião católica. Aos 15 anos, fugiu para Palmares e adotou o nome Zumbi.

Logo se destacou pelas suas habilidades militares. O primeiro registro histórico que cita Zumbi data de 1673, em referência a uma expedição derrotada pelos quilombolas naquele ano. A paz assinada por Ganga Zumba, em 1678, provocou a revolta de Zumbi, que se tornou o novo rei do quilombo. O seu nome e a sua coragem viraram lenda. Em 1685, o rei português Pedro II escreveu-lhe uma carta, a fim de negociar a paz:

"Eu El-Rei faço saber a vós capitão Zumbi dos Palmares que eu hei por bem perdoar-vos de todos os excessos que haveis praticado assim contra a minha Real Fazenda como contra os povos de Pernambuco, e que assim o faço por entender que vossa rebeldia teve razão nas maldades praticadas por alguns maus senhores em desobediência às minhas reais ordens. Convido-vos a assistir em qualquer estância que vos convier, com vossa mulher e vossos filhos, e todos os vossos capitães, livres de qualquer cativo ou sujeição, como meus leais e fiéis súditos, sob minha real proteção, do que fica ciente meu governador que vai para o governo dessa capitania."

Face à recusa de Zumbi, as expedições contra Palmares se tornaram cada vez mais frequentes. Ao todo, foram 16, sendo 15 fracassadas. A última, liderada pelo paulista Domingos Jorge Velho, foi definitiva. Em 6 de fevereiro de 1694, Palmares caiu.

Zumbi conseguiu escapar e permaneceu quase um ano escondido, até que uma das expedições capturasse Antônio Soares, um dos chefes palmarinos sobreviventes. Sob tortura, Soares delatou o esconderijo do líder. Em 20 de novembro de 1695, Zumbi foi assassinado, seu corpo levado a Porto Calvo, decapitado e exposto em praça pública.

O reconhecimento de Zumbi como herói nacional ocorreu a partir da década de 1970, em detrimento da visão oficial da abolição (13 de maio de 1888). Um dos resultados foi a instituição do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro — data do assassinato de Zumbi.

Dandara, A resistência da mulher negra

A figura de Dandara atravessa os séculos e carrega consigo um histórico de lutas contra as opressões. (...)

Dandara teria se estabelecido no Quilombo dos Palmares muito jovem, ainda durante o governo de Acotirene. Acredita-se que tenha participado, juntamente com Ganga Zumba, das primeiras rebeliões contra a escravidão. Dandara foi companheira de Zumbi, com quem teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogíton.

Conta-se que era uma das mais aptas lutadoras de capoeira da região e que chegou a liderar as falanges femininas do exército palmarino. Dandara foi uma das mais ferrenhas questionadoras do governo de Ganga Zumba. Na ocasião da assinatura do contrato de paz com os portugueses, em 1677, colocou-se ao lado de Zumbi na luta pela autonomia dos negros.

Para Dandara, o acordo representava um retrocesso nas conquistas palmarinas. Ela acreditava que a troca de terras — segundo o acordo, os quilombolas seriam realocados para o vale do Cucaú pois a Serra da Barriga havia sido prometida aos senhores de engenho representaria a morte de Palmares e a volta à escravidão.

Na madrugada de 6 de fevereiro de 1694, a expedição liderada pelo paulista Jorge Velho invadiu Palmares. Macaco, o maior mocambo do quilombo, foi destruído, seguido pelos demais. Conta-se que Dandara foi capturada pelas tropas, mas, recusando-se a se submeter à dominação, jogou-se no abismo.

A guerra: Tática de guerrilha leva desespero às tropas coloniais

As primeiras expedições contra Palmares foram organizadas pelos holandeses. "Duas delas tiveram vez em 1644, sob o comando de Roeloff Baro, e um outra ocorreu em 1645, liderada pelo capitão Rijmbach", diz o historiador Rômulo Nascimento. Após a expulsão dos holandeses, em 1654, a capitania de Pernambuco foi desestruturada: os escravos haviam fugido às levas, os senhores de engenho e o governo tinham investido grande quantidade de recursos na formação de tropas e compra de armas na guerra contra os holandeses. Os pernambucanos também sentiam a crise externa: o Brasil não detinha mais o monopólio da produção de açúcar e competia no mercado mundial com outras colônias.

Palmares passou a preocupar as autoridades luso-brasileiras e a coroa portuguesa. Os senhores de engenho estavam alarmados com as fugas em massa. O governo de Pernambuco, com a benção de Lisboa, elaborou uma estratégia para destruir Palmares, que consistia em reunir homens - incluindo negros escravos e livres e índios - para realizar expedições anuais contra o quilombo.

Em 1655, Antônio Jácome Bezerra e Antônio Dias Cardoso organizaram a primeira entrada. Capturaram quilombolas, o que possibilitou aos portugueses compreender melhor a sua forma de organização. No mesmo ano, os senhores de engenho de Porto Calvo armaram sozinhos uma nova expedição, mas fracassaram. Entre 1654 e 1694, as expedições consumiram os recursos das populações da região. As câmaras municipais reclamavam da obrigatoriedade que tinham de arrecadar de seus moradores pesadas contribuições para financiar as campanhas. No campo, a violência e a fome eram constantes.

O quilombo contava com diversos fatores a seu favor. Em primeiro lugar, para chegar a Palmares de Porto Calvo era necessário enfrentar duas semanas de viagem através de uma mata selvagem e fechada, com insetos, animais e plantas perigosas. Além disso, a localização do quilombo permitia acompanhar o deslocamento das tropas inimigas a quilômetros de distância. Os quilombolas também preparavam armadilhas contra os que não conheciam a região.

Os povoados vizinhos apoiavam Palmares, já que, de certa forma, dependiam do quilombo para sobreviver. Os pequenos proprietários trocavam armas e pólvora por alimentos de necessidade básica e os criadores de gado trocavam o direito de usar os pastos por esses produtos.

Os quilombolas evitavam o confronto direto com os inimigos, pois sabiam estar em desvantagem bélica e, muitas vezes, numérica. Além disso, boa parte da população não estava habilitada a lutar. Eles usavam a tática conhecida hoje como de guerrilha, mudando sempre os mocambos de lugar. Como resultado, 15 anos após a expulsão dos holandeses, as 15 expedições organizadas contra Palmares não tinham obtido um único resultado animador. Em 1663, o governador Francisco de Brito Ferreira tentou negociar, mas os quilombolas mataram os seus enviados, conhecidos por "línguas", por compreenderem o idioma de Palmares.

A crise econômica da capitania, agravada pela falta de mão de obra para competir no mercado internacional do açúcar, em decorrência das fugas de escravos, piorou em 1655, com uma epidemia que se espalhou por toda costa, a "peste da bexiga". Mais de duas mil pessoas em Recife foram contaminadas pela doença, que tinha como principal motivo a falta de higiene nas cidades. Após a epidemia, veio a fome.

O Conselho Ultramarinho, a principal instância do governo português para questões coloniais, declarou em 1669 que o quilombo era responsável pela crise na capitania pernambucana. No mesmo ano, as vilas de Alagoas, Porto Calvo e Sirinhaém firmaram um acordo de cooperação para atacar o quilombo.

Em 1672, Antônio Jácome Bezerra chefiou nova expedição. O governo de Pernambuco investiu grandes esforços: um ano antes, abriu caminho na mata para facilitar o acesso a Palmares. A expedição voltou derrotada poucos meses depois.

Palmares venceu graças à estratégia de Zumbi, um chefe de apenas 17 anos. Sob sua orientação, foram desocupados os mocambos que, por sua posição geográfica, receberiam os primeiros ataques. As forças quilombolas se dividiram em três; Com a chegada dos inimigos, um grupo foi de encontro aos homens comandados por Vicente Martins Bezerra, conseguindo distraí-los. Os outros esperaram a aproximação das tropas de Antônio Gonçalo Moreira. Os quilombolas atacaram de surpresa e causaram desespero entre os inimigos, que debandaram. Bezerra, sem alternativas, recuou.

Em 1674, Pedro de Almeida, novo governador de Pernambuco, planejou uma expedição comandada pelo sargento-mor Manoel Lopes, com 280 homens. Em novembro, as tropas de Lopes chegaram ao mocambo de Macaco, que tinha cerca de 2 mil habitantes. O confronto foi acirrado, mas a tropa tinha superioridade bélica e os palmarinos tiveram que recuar.

O comandante permaneceu cerca de 5 meses no local, tentando descobrir o paradeiro dos negros. Quando conseguiu localizá-los, houve uma sangrenta batalha. Zumbi foi ferido por uma bala na perna e ficou aleijado, mas ainda capaz de andar. Cerca de 800 negros morreram, outros foram capturados e alguns amedrontados voltaram para seus antigos engenhos. Os que ficaram tiveram que fugir e se esconder. Foi a primeira derrota de Palmares.

Guerra total: A era do rei Zumbi

Zumbi deu sequência a seus planos de guerra e deslocou mocambos inteiros para lugares estrategicamente mais seguros. Submeteu todos os homens válidos a um intensivo adestramento militar, multiplicou os postos de vigilância, estocou armas e munição e melhorou as fortificações de Macaco. Palmares ressurgiu com força e, para o pesadelo dos senhores de engenho, mais preparado que nunca para a guerra.

As fortificações eram guarnecidas por sentinelas o tempo todo em alerta, além de homens armados de facas, espingardas e mosquetes. Em Macaco, a fortificação era composta por três muralhas de madeira com cerca de cinco quilômetros e meio de extensão. O número de armadilhas aumentou: havia fojos e estrepes por toda parte.

Em 1682, Manoel Lopes novamente atacou Palmares, mas fracassou. No ano seguinte, Fernão Carrilho volta à Serra da Barriga, mas também perdeu em combate. Palmares ainda cultivava a tática militar da retaguarda e tentava evitar o confronto direto com o inimigo. Os palmarinos revidavam cada expedição contra o quilombo com ataques aos engenhos e fazendas vizinhas. Nessas empreitadas, libertavam os escravos, sequestravam mulheres, apropriavam-se de armas e munição e muitas vezes incendiavam as plantações de cana.

A batalha final: cai Palmares

Em 1685, o governador Souto Maior anunciou que convocara para a luta os paulistas, conquistadores do sertão em todo o país. O nome apontado foi o do bandeirante Domingos Jorge Velho, que ganhara a vida caçando índios. Comandava um exército numeroso composto por índios tabajaras, oruazes e copinhareús sob a chefia de 50 brancos.

Os senhores de engenho hesitaram em aceitar um paulista no comando. Os paulistas eram considerados selvagens que viviam pelos matos, sem a menor noção de civilização e sem escrúpulos. Além disso, poucos deles sabiam falar português - usavam a chamada língua geral, mistura de português com tupi. Na época, o Conselho Ultramarino opinou que "os paulistas são piores que os mesmos negros dos Palmares".

A expedição tardou, pela resistência dos senhores porque Jorge Velho foi ao Rio Grande do Norte, em 1688, para acabar com uma rebelião dos Janduís. No final de 1691, finalmente, Jorge Velho chegou a Pernambuco com um exército de quase

mil homens. O paulista atacou Palmares no ano seguinte, mas a expedição foi obrigada a recuar.

Um novo ataque começou no fim de 1693, com cerca de seis mil homens: um terço chefiado por Jorge Velho, três mil recrutados entre os moradores de Olinda, Recife e vilas vizinhas, chefiados por Bernardo Vieira de Melo e outros 1500 vindos de Alagoas, além de voluntários de vilas próximas a Palmares.

Ao chegar a Macaco, Jorge Velho deparou-se com a fortificação de 5.434 metros de comprimento, que impedia o avanço da tropa. Os soldados decidiram acampar longe da fortificação para não serem alvos fáceis. O impasse foi solucionado por Vieira de Melo. Ele teve a ideia de construir uma contra cerca de pau a pique de 594 metros, acompanhando a proteção dos quilombolas, que serviria de escudo para os soldados.

Em três de fevereiro de 1694, seis canhões chegaram à Serra da Barriga. Para utilizá-los com eficiência, construiu-se uma segunda cerca, que ia desde a contra cerca até as fortificações de Macaco, permitindo que os soldados se aproximassem do povoado com os canhões com uma boa pontaria. A construção foi realizada entre quatro e cinco de fevereiro de 1694.

Na manhã de cinco de fevereiro, ao fazer uma inspeção, Zumbi se surpreendeu com a manobra adversária e viu as novas artilharias dos colonos. Repreendeu o sentinela, que havia dormido durante o seu turno. Em seguida, ordenou que o executassem. Zumbi estudou uma forma de neutralizar o escudo inimigo e percebeu que os atacantes, ao montar a proteção, tinham deixado uma larga brecha, de 17 metros, que dava para um precipício.

Na madrugada do dia seis, 500 negros passariam através da brecha e atacariam o inimigo de surpresa. O grupo de negros iniciou silenciosamente a operação no estreito corredor à beira do precipício e quase obteve êxito, restando apenas passar pela retaguarda do inimigo, mas a movimentação deles foi descoberta. Um sentinela de Vieira de Melo viu a coluna e atirou, acordando todo o acampamento. Travou-se um demorado e sangüinário combate na escuridão. A munição dos quilombolas esgotou-se e a resistência não durou muito. Os palmarinos, encurralados entre o abismo e o inimigo, "lutaram com a bravura do desespero", segundo conta o historiador Décio Freitas no livro Palmares, a guerra dos escravos. Muitos palmarinos despencaram no precipício, o que no futuro levou muitos estudiosos a falar erroneamente em suicídio coletivo e épico. Macaco caiu, 200 quilombolas morreram, outros 200 pereceram ao cair do desfiladeiro e 500 foram capturados e presos fora da capitania.

Ao amanhecer do dia seis, as tropas de Vieira de Melo e Jorge Velho invadiram o mocambo de Macaco. Os quilombolas lutaram heroicamente. As tropas matavam e degolavam sem misericórdia, inclusive mulheres e crianças. Macaco foi destruída e incendiada. Apenas 510 negros apareceram vivos como prisioneiros.

Em seguida, os outros mocambos também foram atacados e não ofereceram resistência. Por toda a parte se repetiu a matança. No dia sete de fevereiro já corria em Pernambuco a novidade: caíra o maior e mais duradouro quilombo da história das Américas.

Mesmo assim, pequenos grupos de palmarinos sobreviveram no mato por mais algum tempo. Em dezembro de 1694 apareceram sinais de hostilidades negras e correu a notícia de que Zumbi estava vivo e à frente de um grupo armado.

Zumbi e alguns de seus homens conseguiram escapar e continuaram suas ações. No início de 1695, Zumbi foi reconhecido como chefe de um ataque à vila de Penedo. Uma das expedições que caçava o líder palmarino, com 150 paulistas chefiados por André Furtado de Mendonça, acabou prendendo o mulato Antônio Soares, um dos chefes sobreviventes. Sabe-se que Antônio nascera em Recife e fugira para Palmares, onde conquistara a confiança de Zumbi.

Inicialmente Antônio se recusou a falar, mas depois de torturado e de ter a sua vida e liberdade prometida, o mulato concordou em levar a tropa até o esconderijo

de Zumbi, situado na mata, provavelmente na Serra Dois Irmãos, local de muitos penhascos próximo ao rio Paraíba.

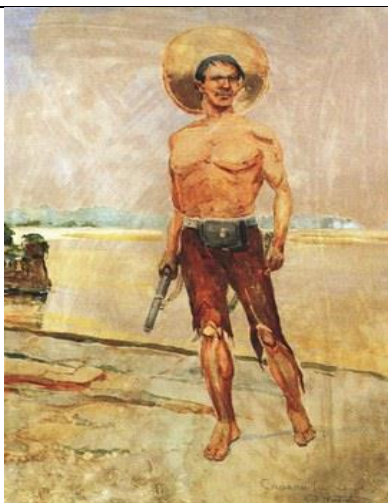


Ao amanhecer, Zumbi, que só contava com seis companheiros, ouviu alguém gritar seu nome. Era Antônio Soares. Zumbi saiu do esconderijo e foi ao encontro do amigo que lhe enfiou um punhal no estômago e deu o sinal aos paulistas. Instantaneamente, os colonos saíram da mata e terminaram o serviço. Era o dia 20 de novembro de 1695. Zumbi estava morto.

Seu corpo foi levado até Porto Calvo. Para desfazer a crença da imortalidade de Zumbi, que se espalhou pela capitania, o governador Melo e Castro ordenou que fosse decapitado, do que se encarregou um escravo. Em seguida, a cabeça foi salgada e espetada num pedaço de pau na praça principal da cidade. Ficou ali até se decompor por inteiro.

"Por outro lado, a existência de escravos em Palmares jamais configurou um modo de produção escravista. Pelo contrário, o seu modo de produção poderemos chamar de camponês-comunitário. Os escravos que existiam na república eram prisioneiros, escravos que trabalhando nos latifúndios escravistas recusavam-se a aderir a Palmares. Mas essa escravidão política era provisória e todo aquele que conseguisse trazer para a república três negros novos teria a sua situação modificada e passaria a ser livre. Isto deve ser destacado para não se confundir a realidade social palmarina, supondo-se existir um modo de produção escravista naquele reduto." (Escravos em Palmares, opinião de Clovis Moura no livro Rebeliões da Senzala, pág. 48)

Cabanagem



Introdução

A revolta dos cabanos, ou Cabanagem, é considerada por diversos autores o mais sangrento movimento político do Brasil imperial. Cabanos era o nome dado aos negros, índios e mestiços que habitavam as casas miseráveis às margens dos rios da região, as *cabanos*. Formavam uma massa de marginalizados que deu à cabanagem o caráter mais popular de todas as rebeliões ocorridas nas províncias brasileiras no período regencial (1831-1840).

Ainda que tenha ficado conhecida como cabanagem, a revolução ocorrida no coração da Amazônia envolveu personagens de todas as matizes políticas e de classe. Seringueiros, índios, mestiços e negros (homens pobres e explorados), assim como membros do clero, comerciantes e liberais nacionalistas esperavam diversos resultados da independência brasileira, mas poucos foram efetivamente alcançados. Até mesmo setores da aristocracia rural, classe dominante escravagista desenvolvida durante a dominação portuguesa, desenvolveram contradições com o poder central após a independência devido à expectativa de verem aumentado seu poder político.

Diversos interesses de classe, portanto, estavam em jogo. Os indígenas e tapuios (índios fora das tribos, moradores da cidade) queriam o reconhecimento de seus direitos e parar de trabalhar como escravos nas manufaturas e roças. Os negros desejavam a abolição da escravatura. Entre os proprietários comerciantes, profissionais liberais e clérigos, as reivindicações eram pelo afastamento de portugueses e ingleses do poder político e econômico. A elite fazendeira do Grão-Pará ressentia-se da falta de participação nas decisões do governo central, dominado pelas províncias do Sudeste e do Nordeste, ficando a província do Grão Pará submetida à inegável irrelevância política.

Os setores mais radicalizados, como o clero e os profissionais liberais, iam além e defendiam a formação de uma república liberal, aos moldes do que ocorria na França e EUA, separando-se do Império brasileiro, e com isso conseguir maior estabilidade e autonomia política, além de melhores condições de vida a parcelas mais abandonadas pelo poder, mesmo após a independência. Os cabanos confiaram essa empreitada a líderes com diversas

origens sociais, mas foram traídos por quase todos eles. Assim, sua luta por igualdade social e democracia acabou sendo massacrada pelas autoridades imperiais que contaram com auxílio das próprias lideranças cabanas.

Líderes foram mortos ou traíram a luta pelo meio do caminho, passando para o lado do governo oficial, e essa massa prole foi protagonista do momento mais decisivo da revolução social que dizimou cerca de 30 por cento da população amazônica e abarcou um amplo território. A marca de suas ações foi a radicalidade, pois assassinavam sumariamente governos, políticos e portugueses.

Apesar de sua importância na luta pela independência e seus sonhos de autodeterminação, a cabanagem é profundamente desconhecida não só da população brasileira, como dos próprios paraenses. Apesar das inúmeras publicações, muitas delas de valor inestimável, prevalece no senso popular uma visão mística, até certo ponto fantasiosa, desse evento que extrapolou os limites provinciais e mesmo nacionais, ainda que estudado como uma revolta de caráter regional.

É opinião dos principais estudiosos de que há muitos aspectos na cabanagem que precisam ser estudados de forma mais profunda. Não existe um perfil claro da ideologia, das organizações, do programa e dos homens que lideraram a revolução. O que observamos é a influência dos acontecimentos políticos mais importantes da Europa e América, como a revolução industrial inglesa, a revolução francesa e a revolução norte americana, com suas teses filosóficas de liberdade e igualdade, servindo de inspiração para a luta contra as terríveis condições nas quais viviam os trabalhadores e a massa de povo pobre. Heinrich Handelman, estudioso da cabanagem, concluiu: *'foi a revolta dos que não têm contra os que têm. Uma autêntica luta entre opostos – de classe, de raça e de condição humana'*.

Mesmo com grandes contradições e limitações por parte dos grandes líderes, por serem estes pertencentes às classes dominantes de comerciantes, colonos escravistas e a igreja, como é o caso de seu maior exemplo, o cônego João Batista Campos, as lutas travadas no período regencial (1831-1840), principalmente nos últimos cinco anos (1835-40), tiveram claro viés de classe, na esperança de dias melhores, sem escravidão e com mais direitos políticos. Negros, índios e caboclos pegaram em armas e enfrentaram o então governo central do Brasil para valerem seus direitos. "Foi o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade", disse o historiador Caio Prado Júnior.

Cabanagem, o Povo em Armas na Amazônia

Causas da Cabanagem

Como vimos acima, foram muitas e diferentes as causas da cabanagem, porém, todas refletiam o cenário de luta pela independência do país, com a particularidade da não adesão do Grão Pará à mesma, a não ser um ano depois em meio a grandes conflitos, que culminariam em verdadeiros motins, os quais já haviam "perturbado a ordem" nos primeiros momentos da luta de independência. O descontentamento frente os rumos políticos da província, entre os diferentes seguimentos sociais, como os poderosos querendo o monopólio do comércio e participação direta no poder central, clero e liberais querendo participar do aparato político e social local, defendendo uma

república livre do governo imperial. Por seu lado, as camadas exploradas e escravizadas possuíam expectativas de que com o fim do mando português passariam a ter melhores condições de vida, com o fim do servilismo e escravidão. A fraqueza política e o excessivo autoritarismo dos governos regentes foram um banho de água fria nas expectativas de mudanças, o que aumentou o ódio de cor (negros, mulatos, caboclos, mamelucos) aos brancos portugueses, alimentou a insubordinação da força armada, o descontentamento de parte do clero, o surgimento da maçonaria e seu enfrentamento com a igreja. A forma como as organizações políticas e a imprensa se enfrentavam, com exaltação e agressividade, contaminava todo o complexo ambiente político, a ponto de alguns autores considerarem a causa principal da revolução a terrível anarquia que assolava a capital e toda a província, nas mais francas manifestações (Arthur Vianna, *Pontos da História do Pará* – Citado no dossiê de Lúcio Flávio Pinto).

Os historiadores mais tradicionais não relacionam a adesão do Pará à independência nacional com a cabanagem. Mas autores contemporâneos, como LFP dizem “ser possível, ao menos para efeito de análise, dividir esse período de duas décadas em duas fases. Uma, caracterizada pela fermentação ideológica, iria de 1815, data da chegada do padre revolucionário Luis Zagallo a Belém, até 1831, quando a violenta repressão das tropas imperiais determinou a luta armada. A outra, de 1831 a 1839, foi marcada pela dimensão insurrecional. Cada uma dessas fases poderia ser subdividida. Por exemplo: de 1815 a 1821, com o retorno dos irmãos Vasconcelos, de Portugal para Belém, e o início da imprensa. Ou de 1835 a 1836, quando os líderes da Cabanagem ainda conseguiam segurar a massa rebelde”.

Autores divergem também quanto ao aspecto ideológico das lutas sociais no Pará, sendo este deixado de lado por uma boa parte deles. Mas LFP destaca a importância do conhecimento intelectual em outras lutas da época para o domínio de ideias e teses que mudavam o pensamento daqueles nelas envolvidos, desde a Europa. Lembra que enquanto no Rio Grande do Sul, onde estouraria a guerra dos farrapos, apenas os padres sabiam ler e escrever, os 600 soldados que participaram da tomada de Caiena eram pelo menos letrados. A própria proximidade da colônia francesa foi fator importante na propagação de ideias políticas aqui.

“Belém possuía um seminário bem aparelhado, onde eram instruídos os filhos das classes possuidoras. Mendonça Furtado, irmão que o marquês de Pombal mandou para governar a Amazônia, dera atenção especial à rede de ensino. Com isso, a classe dos comerciantes conseguia ser bem mais ampla do que na maioria das demais regiões do país”.

Teria sido fácil ao revolucionário Luis Zagallo introduzir as ideias da revolução francesa, que aprendera em Caiena, por Belém já possuir uma sociedade secreta que lhe deu proteção. Vicente Sales destaca os cuidados adotados na província para evitar a propagação dos ideais de revolução pernambucana de 1817, por saber da existência de um solo fértil em território paraense. Aqui, as ideias republicanas e até mesmo abolicionistas quase que antecederam às de independência. Em 1821, Felipe Patroni propôs a introdução de um artigo no Plano das Eleições, estabelecendo que “um deputado deverá corresponder a cada mil almas, entrando neste número os escravos, os quais, mais que ninguém, devem ter quem se compadeça deles, procurando-lhes uma sorte mais feliz, até que um dia se lhes restituam seus direitos”.

A leitura desse artigo — diria José Ribeiro Guimarães, na denúncia feita ao ouvidor-geral contra Felipe Patroni — “deu um grande choque nos escravos; conceberam ideias de liberdade e julgaram que as figuradas expressões de que se serviram os autores da nossa regeneração política, quando disseram ‘quebram-se os ferros, acabou a escravidão, somos livres’, e outras semelhantes, se entendiam com eles, e começam a encarar Patroni como seu libertador”.

As revoluções francesa e americana influenciam o pensamento político na Província do Grão Pará

No final do século XVIII o mundo vivia sob o impacto das grandes transformações políticas e sociais ocorridas com as revoluções burguesas da França e América (EUA). As teses de liberdade e igualdade defendidas na revolução francesa se espalharam por boa parte do mundo, principalmente nas suas colônias. O pensamento liberal republicano ameaçava desagregar a estrutura política e econômica dos países colonizadores levando a que seus governos tomassem medidas para impedir que esses debates não chegassem até suas colônias, principalmente depois da vitória da América do Norte na luta pela independência da Inglaterra. Mas o perigo alastrava-se.

No Brasil essas ideias circulavam amplamente, levando o governo português a tomar medidas, através de ordens secretas, contra quem fizesse propaganda do liberalismo republicano. Em 24 de julho de 1797, o governador do Grão Pará Dom Francisco Maurício de Sousa Coutinho foi advertido para tomar *“grande vigilância sobre todos os indivíduos que por palavras ou por conciliábulos e especialmente pela manifestação dos falsos e desastrosos princípios que têm infestado toda a Europa, podendo de qualquer modo desassossegar o governo”*. Apesar dessa precaução as ideias liberais chegaram até o Grão Pará e um conjunto de vozes clamava por uma nova ordem política, social e econômica.

Um acontecimento desse período foi a grande revolução negra em Caiena, onde os escravos tentaram acabar com a escravidão matando os brancos. Alguns comerciantes rurais, com medo dos escravos pediram licença ao governo para se mudarem para o Pará. Essa agitação negra chegou ao Pará, embalada nas teses de igualdade social de François Émile Babeuf.

A doutrina de Babeuf foi trazida de Caiena, em 1815, para o Grão Pará pelo revolucionário padre franciscano Luis Zagallo, um “pedreiro livre” (maçom). Após dois anos divulgando sua doutrina, afrontando a burguesia e causando vexame ao bispo foi expulso em 1817. Além de Belém, atuou fortemente em Cametá onde tentou convencer os escravos a lutar pela liberdade, afirmando que “na época da liberdade e da igualdade não pode haver homens submetidos a outros”.

Houve um endurecimento na repressão das correntes de pensamento que chegavam via impressos ou por emissários. A disseminação de pasquins e panfletos foi imensa nesse período, pois os jornais foram proibidos de circular, tanto os internos como os que chegavam de outros lugares. Porém, com o governo do conde Vila Flor (1817-1820), até mesmo os pasquins foram perseguidos e seus autores expulsos e proibidos de voltar à província.

Poucos anos depois, em 1823, entra em evidência o nome de Felipe Alberto Patroni, paraense, estudante em Coimbra, apoiou a revolução liberal do Porto. Terá uma participação efêmera, contraditória, porém marcante nos

acontecimentos imediatamente antes e depois da adesão do Grão Pará à independência. Estará na linha de frente da propaganda liberal, atuando como orador, redator de manifestos e panfletos e organizador de planos subversivos. Em circular enviada, através de amigos que vieram de Lisboa, por ocasião da eleição da nova Junta Governamental após adesão, pregava a união das raças e igualdade de direitos, além da independência da província em relação ao governo central, ou seja, a formação de uma nova nação. O papel desse documento possuía como timbre, segundo historiadores, duas mãos, uma branca e outra negra, entrelaçadas. E no final da redação, avisava sua chegada em breve, "para mudar a ordem das cousas". Os três jovens que distribuíram o documento foram processados e presos em fortalezas separadas.

Felipe Patroni em discurso dirigido às cortes anotou: "Delaware é o rio que banha a bela província aonde o famoso Penn manteve os direitos da humanidade, não permitindo lá escravatura. Ah, quem me dera ser o Penn do Pará!", em referência à William Penn, um dos grandes nomes da guerra de independência dos EUA na região da Pensilvânia. Assim, Patroni colocou claramente a questão da luta contra a escravatura na província do Grão Pará como ponto político central. Tudo isso veio logo após as pregações revolucionárias do padre Luis Zagalo.

Tais fatos foram as bases políticas e teóricas para o desenrolar dos conflitos que levariam à explosão do movimento cabano em 35, quando os escravos assumiram a bandeira da abolição e da igualdade social. Duas reivindicações, o fim da escravatura e a formação de uma nova pátria, foram o centro da luta que vai se travar por duas décadas no seio da Amazônia.

No contexto de Felipe Patroni, surgirá o maior e mais polêmico líder cabano, o cônego João Batista Gonçalves Campos. Incansável ativista liberal, foi também inspirado por outro religioso revolucionário, Frei Caneca, figura central da revolução patriota em Pernambuco, de 1817 a 1824. Batista Campos vai liderar por um quarto de século as lutas no Grão Pará. Brilhante orador popular, e com raro talento para a propaganda através de jornais e panfletos, vai ser, ao lado de Felipe Patroni, o fundador da imprensa no norte do país. Imprensa essa que já nasce polêmica, combativa e revolucionária, com o jornal *O Paraense* (1822).

Com Felipe Patroni inicia-se, também, um dos aspectos mais negativos para o desenvolvimento da revolução social em curso: o caráter contraditório e vacilante das direções burguesas, muitas delas jovens estudantes de Direito, que pelo poder econômico iam estudar em Portugal, França ou Inglaterra. Filho da aristocracia rural, Felipe Patroni foi liberal e nacionalista, sendo eleito deputado nacional por um mandato. O casamento com a filha de um fazendeiro riquíssimo o retirou da vida pública. Suas maiores contribuições foram despertar com suas ideias a consciência da luta em setores-chaves da sociedade, dentre eles os escravos, e a fundação da imprensa. O fato que marcou seu abandono das lutas patrióticas e abolicionistas foi uma nota na imprensa vendendo seus escravos, cujo conteúdo chocou o país. Dentre aqueles que receberam com avidez sua mensagem política, o cônego Batista Campos foi seu herdeiro natural, agitando-a de forma firme e decisiva. Foi ele quem dirigiu essas ideias às massas paupérrimas, negros, índios, brancos pobres. A base humana para a revolução ele arregimentou pelo interior inteiro da província.

A independência do país e a adesão do Grão Pará, quase um ano depois, não mudaram em nada a vida de quem sofria os mandos do colonizador. Até

mesmos comerciantes abastados e setores do latifúndio encontraram motivos para descontentamento e conflitos. Essa realidade levou a explosão da cabanagem.

Setores da burguesia agrária e comercial se organizaram na luta de independência em Clubes ou Sociedades Secretas

O surgimento de sociedades ditas secretas, ou "clubes", principalmente na cidade de Belém, é um dos eventos mais complexos e contraditórios no cenário da cabanagem.

As medidas repressivas por parte do poder português à imprensa combativa se estendiam, de forma ainda mais agressiva, aos livros, sendo perigoso possuí-los já que estavam proibidos de circular, estando restritos às bibliotecas dos mosteiros. Mas, assim como os jornais, os livros com as ideias liberais republicanas se disseminaram em Belém, vindos da Europa. Os setores letrados, ou seja, membros da classe dominante, tiveram farto acesso a esses materiais e fizeram largo uso dos mesmos, através do que ficou conhecido como conferências. Os chamados conferencistas se reuniam de maneira secreta em suas próprias residências onde estudavam e discutiam o material, tirando daí o conteúdo político de suas ações. Muitas denúncias eram feitas, principalmente por meio de funcionários públicos, já que parte desses conferencistas tinha cargo público. Mas desses "clubes" participavam religiosos, militares, capitalistas, proprietários, ou seja, representantes da classe dominante. Perseguições e prisões eram comuns, muitas vezes com expulsão do envolvido, principalmente se fosse estrangeiro.

Mesmo os grandes estudiosos da cabanagem falam da dificuldade de se compreender esse movimento devido a pouca documentação e vagas afirmações. Mas o que dá para perceber é que essas sociedades secretas foram a forma como o setor dominante se organizou para lutar por sua emancipação política de Portugal e disputar um lugar no novo poder. Defendiam as ideias liberais e republicanas, porém, de forma moderada, não pretendendo construir uma nova pátria, como a ala mais radicalizada liderada por Felipe Patroni e Batista Campos. Essas sociedades se transformaram em lojas de maçonaria quando os conflitos políticos estavam avançados e o movimento da cabanagem estava caminhando para a hora do enfrentamento. Tolerância foi o nome da primeira loja maçônica inaugurada em Belém no dia 22.11.31, com o apoio do presidente da província José Félix Pereira de Burgo, barão de Itapicuru-Mirim. Em 1818 D. João VI proibiu as sociedades secretas. Em 1823, D. Pedro I revogou a lei. Desde 1822 ele se tornou Grão Mestre das duas lojas do Rio de Janeiro, O grande Oriente e Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz. Ele apoiou a maçonaria paraense, mas tempos depois fecharia as lojas do Rio, desterrando seus membros mais influentes.

Também em 1831 foi fundada a organização que teria um papel crucial nas lutas liberais no Grão Pará, a Sociedade União, dirigida pela facção dos "caramurus", capitalistas e proprietários brasileiros e portugueses, unidos por históricos privilégios de classe. Para se contrapor a ela surgiu no mesmo ano a Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica, liderada por Batista Campos, cujo objetivo seria "instruir o povo nas verdades políticas e sociais, defendendo as liberdades públicas e particulares e debelando o despotismo". Com ele, figuraram diversos nomes que sobressaíram, principalmente por

suas disputas através da imprensa, como Gaspar de Siqueira e Queiróz, José Maria de Freitas Dantas, José Batista Gonçalves Campos.

Imediatamente os dois grupos entraram em choque. Essas sociedades foram o melhor em termos de organização, sendo vistas como uma espécie de partido. Em seus enfrentamentos na imprensa, o "partido" de Batista Campos era chamado de *patriota, liberal, exaltado, anarquista e desorganizador*. O outro de *ordeiro, constitucional, moderado, lusitano, absolutista, chumbeiro e caramuru*. O que havia entre eles era uma diferença estratégica: enquanto Batista Campos queria fundar uma pátria livre, a Sociedade União queria garantir poderes econômicos e políticos no Brasil imperial.

Em 1833, surge uma terceira sociedade, formada exclusivamente por mulheres, a Sociedade das Novas Amazonas, ou Iluminadas, cujo estatuto foi assinado em 16 de abril por Guiomar Maria Watrin, Marciana Paula de Oliveira e Ana Joaquina da Silva Campos. Rigidamente hierarquizada, possuía três classes de sócias: primeira, das *Irmãs Educandas*; segunda, das irmãs mais adiantadas na prática de virtudes e ações heroicas, tratadas de *Mestras*; terceira: aquelas que tinham chegado ao auge das virtudes civis, políticas e morais e se condecoravam com o título de *Sublimes Mestras*. Conservadoras e nativistas defendiam a pátria, entrando em conflitos com homens da família que defendiam ideias liberais republicanas. Possuíam um hino próprio, cujo estribilho era:

*"Defender a liberdade,
É das Amazonas guerreiras,
Pela pátria morreremos,
Nas falanges brasileiras"*

A Confederação do Equador influencia a luta republicana na Amazônia

Após a adesão do Pará à independência em 15 de agosto de 1823, o império brasileiro foi concluído. No entanto, a região do extremo norte ficou longe de ser pacificada, muito pelo contrário, os ânimos continuaram acirrados, já que resíduos de colonialismo se mantiveram, forças se reorganizaram e de várias maneiras continuaram influenciando a vida política do Grão Pará.

O império se formou politicamente no bipartidarismo metropolitano, *moderados* e *radicais*, o qual se repetiu nas províncias. Mas em ambas as facções havia confusão e indefinição de ideias, e diferentes tendências. E, como já foi dito, era o momento no qual as ideias liberais republicanas, discutidas nas revoluções francesa e norte americana, estavam influenciando setores de todas as classes sociais. O povo pobre passou a ter grandes expectativas sobre a possibilidade de mudar de vida. Sua dura realidade social estava escancarada: a pobreza dos peões (homens "libertos"), sem trabalho e moradia, habitando miseráveis cabanas a beira dos rios. A escravidão do negro, a servidão do índio. Unidos, formavam mais de 80% da população. Foram para essas pessoas que se dirigiram os discursos de frei Luis Zagalo, Felipe Patroni e cônego Batista Campos.

As massas estavam inquietas. Passaram a ocorrer, com frequência, as "desordens populares", brigas e arruaças de negros, índios e mestiços com a população branca, a qual era odiada por eles. Essas desordens desestabilizaram tanto a província que muitos capitalistas e negociantes estrangeiros pediram passaportes e abandonaram a cidade. Até mesmo

Greenfel, o comandante inglês que garantiu a adesão do Pará à independência, com a fragata Imperatriz e o brigue Maranhão, teve que fugir com sua modesta força naval. Em Cametá, a mais próspera cidade depois de Belém, houve uma forte revolta de negros, o que levou a Junta Provisória a liberar armas para combater os escravos.

Mas nada preocupou o novo império mais do que as ideias da Confederação do Equador. Recife era, desde 1817, o epicentro da agitação e propaganda das ideias republicanas. Expandia sua imprensa revolucionária para todo o nordeste, bem como o norte. Aqui, sabemos que essas ideias encontravam fartos adeptos.

Um dos mais árduos defensores das ideias republicanas foi, como sabemos, Batista Campos, o qual não tinha dificuldades de ganhar a massa para sua política. Mas ele e seus aliados estavam dispostos a ir adiante na sua política de pátria livre, aderindo ao projeto de Confederação chamado por Recife. Assim, em abril de 1824, chega em Belém a escuna Camarão, trazendo a bordo, além de vários paraenses que tinham ido observar de perto o que acontecia em Recife, o comandante José Caetano de Mendonça, enviado por Manuel de Carvalho Paes de Andrade, o principal líder revolucionário de Recife. O objetivo era iniciar os preparativos para garantir a adesão do Grão Pará a Confederação do Equador. Fizeram forte propaganda da constituição da República Colombiana, defendendo a utilização da mesma para reger a Confederação, enquanto uma nova não fosse promulgada. Ganharam muitos adeptos, inclusive dentro do governo, como Félix Clemente Antonio Malcher, membro da Junta, e o médico naturalista, Antonio Correia de Lacerda, presidente interino. A trama foi precipitada pela saída do mais ilustre membro do grupo, Manuel de Almeida Coutinho de Abreu, filho do presidente da Junta Provisória. Temendo traições, resolveram destituir a Junta Provisória do Governo do Grão Pará e Rio Negro no dia 29 de abril, prendendo os membros não simpatizantes de seu movimento e mantendo em liberdade os membros simpatizantes, como Batista Campos. No dia 30 compuseram a Junta Revolucionária Republicana, com Antonio Lacerda como presidente, ficando para o dia 1º de maio o dia oficial da proclamação no Pará da Confederação do Equador. Porém, esse governo estava fadado a terminar no mesmo dia em que começou. Chegou a Belém, inesperadamente, o coronel José de Araújo Roso, poderoso capitalista que tinha ido levar a documentação da adesão do Pará à independência ao governo imperial no Rio de Janeiro e voltava com a nomeação para ser o primeiro presidente da província do Grão Pará.

O programa dos republicanos sequer propunha o fim da escravatura, apenas garantindo "promover o bom tratamento dos escravos e propor arbítrios para facilitar sua lenta emancipação". A inegável fraqueza desse movimento revelava as vacilações de "republicanos" ligados, todos eles, à classe de poderosos capitalistas e latifundiários. Foram todos perdoados pelo novo governo, por serem grandes filhos da pátria. Em acontecimentos posteriores, pouco tempo depois, assumirão a verdadeira identidade com a classe a que pertenciam.

Luta política, campo ideológico e seus efeitos nos motins

À medida que as lutas se aprofundam, vão aumentando as contradições historicamente estabelecidas. Uma primeira análise do que ocorria no Grão Pará mostrava apenas a oposição entre brasileiros e portugueses. No entanto,

os desdobramentos políticos trazem à tona a maior contradição: de um lado o colono, minoria detentora do poder e dos meios de produção, do outro o colonizado, massa heterogênea de despossuídos, camponeses e peões considerados homens livres, porém, sem trabalho, sem terra e sem moradia, vive as margens da escravidão e muitas vezes em condições piores que o escravo. Representando a imensa maioria da população, é a classe revolucionária.

A classe dos libertos foi se formando ao longo do processo histórico. Envolveu índios em sua destribalização e servilismo, em sua mistura com as classes pobres, os ditos libertos. É a classe dos *caboclos*, por uma definição social e não simplesmente étnica. Servidão e escravidão viviam lado a lado e se misturavam, se confundindo. Mecanismos de ajustamento social diante de uma situação colonial com suas especificidades. Negros, caboclos e mestiços formavam a massa de cabanos, que foi sensível aos discursos libertários.

Um terço da população era de negros escravos, outro tanto de índios e mestiços. Para essas pessoas, a independência não fez nenhuma diferença, apenas mudou o modelo de tirania. José de Araújo Roso (1.5.1824 – 28.5.1825), primeiro presidente da província após a independência, governou com mão de ferro, proibindo a imprensa, fechando as tipografias e perseguindo sem tréguas os cabanos lutadores e principalmente seus líderes. Batista Campos foi um dos mais visados, justamente por ser aquele que estava mais próximo às bases. Um ano depois, o segundo governo, de João Félix Pereira de Burgo, o barão de Itapicuru-Mirim, mais longo que o do primeiro (28.1825-14.4.1828), permitiu a abertura das tipografias particulares e instituiu uma linha mais liberal ao jornal oficial, divulgando os principais acontecimentos do mundo. Um dos acontecimentos que mais interessaram as massas trabalhadoras do Pará, foram as revoltas da classe operária inglesa contra as máquinas a vapor que estavam retirando trabalho de uma parte dos trabalhadores (ludismo). A constatação de que lá fora havia revolta e luta foi inspiradora.

Todos esses acontecimentos levavam a que o campo ideológico fosse ficando mais definido. Trabalhadores da imprensa governista tentavam exaltar a trégua nos conflitos após a formação do império, com a representação constitucional parlamentar garantida nas províncias. Passar confiança de que as coisas melhorariam, bastando que os governos cumprissem com seu dever.

Porém, por serem liberais acabavam tendo que denunciar uma realidade bem diferente de suas expectativas. Foi o que ocorreu com o maior parceiro de imprensa de Batista Campos, o também cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra. Jornalista talentosíssimo, foi o mais fiel aliado intelectual de Batista Campos em suas pregações revolucionárias. Autores como Vicente Sales dizem que esse religioso viveu uma espécie de dupla existência: por um lado era jornalista oficial do poder constituído e por outro lado um jornalista liberal, combativo que não abria mão de suas ideias. Sales considera isso só ser possível pela característica revolucionária da imprensa brasileira e, particularmente, da imprensa no Grão Pará. Ao contrário de Batista Campos, que fazia um jornalismo mais apaixonado, porém, sob pressão não deixava claro sua posição política, Silvestre Antunes fazia claro recorte de suas posições ideológicas através de um jornalismo objetivo, refletindo os acontecimentos do mundo. Ao lado de outro sacerdote, Gaspar de Sequeira e Queiroz, garantiu o apoio intelectual ao líder da revolução paraense. No

auge dos acontecimentos, em 1834, Queiroz se bandeia para o outro lado, porém, Silvestre Antunes continua fiel aos cabanos.

A amplidão do campo ideológico permitia, inclusive, discutir formas de governo. Porém, essa relativa liberdade de expressão logo desapareceria mais uma vez. A abdicação de D. Pedro I para ocupar o trono em Portugal, devido a morte do pai deteriorou a situação política em todas as províncias, sendo que no Grão Pará esse fato falou mais alto. Um clima de inquietações tomou conta da sociedade, como sintomas do que estava por vir.

Em 1831 estava vigente o segundo governo de Burgos, o barão de Itapicuru-Mirim, que iria de 14.7.1830 a 19.7.1831. Nesse curto segundo governo, Burgo governou inteiramente para os conservadores, agindo com extrema violência com os adversários. Deixou marcas profundas na sociedade e foi a volta da instabilidade política em uma cidade que nunca descansava. Fundou a primeira loja maçônica, chamou-a de "Tolerância", mas ironicamente desencadeou uma onda de repressão, utilizando seu comandante d'armas, o general português José de Souza Soares d'Andréa, barão de Caçapava, acusado de absolutista teórico e prático pelos liberais e que usou de profundo despotismo e tirania contra os brasileiros em todos os comandos d'armas que exercitou. Seria ele, mais tarde, o algoz dos cabanos.

A desenfreada repressão de d'Andréa lhe angariou o ódio das massas e dos líderes liberais, que no Conselho de Governo do dia 25.5.1831 decidiram sua saída do cargo e que fosse remetido imediatamente para a Corte, juntamente com o seu ajudante d'ordem. Seus apoiadores divulgaram nota no jornal oficial falando do perigo da situação, exigindo ordem e condenando a ideia de demissão do comandante d'armas. O presidente não quis cumprir a deliberação. Em 2 de junho explode um motim, logo sufocado. Mas logo em seguida desceu uma ordem da Regência para que o presidente barão e seu comandante d'armas entregassem seus postos a substitutos legais e retornassem à Corte. No comando d'arma, Giraldo José de Abreu. Na presidência, o líder cabano Batista Campos! Seria uma presidência interina, provavelmente um arranjo para conter os ânimos dos liberais. Mas, inseguros com a ideia de Batista Campos na presidência, os burgueses do partido caramuru exigiram que Burgos se mantivesse na presidência até a chegada daquele que seria o presidente, Bernardo José da Gama, visconde de Goiânia. O visconde de Goiânia chega a Belém em 16 de julho, começa a governar no dia 19 e a 7 de agosto, com apenas 19 dias de governo, foi retirado do cargo. Essa intensa polarização política foi amplamente refletida na imprensa, que foi um capítulo a parte nessa espécie de epopeia amazônica que foi a cabanagem. A expressão maior desse momento é o histórico duelo entre os dois mais importantes jornais da província, o *Orpheo Paraense*, jornal da câmara municipal, mas fundado e comandado pelo cônego Batista Campos e seus companheiros de luta, os padres Gaspar de Sequeira e Queiroz e Jerônimo Pimentel e *A Opinião*, jornal comandado por "liberais moderados", "amigos da ordem" (como os chamavam os redatores do *Orpheo Paraense*), em contraposição aos "exaltados" e "perturbadores" (como os chamavam os redatores de *A Opinião*). *A Opinião* era um jornal maçônico, portanto burguês, comandado por João Batista de Figueiredo Teneiro Aranha, Marcos Antonio Rodrigues Martins (Mundurucu Paiquissé) e o português José Soares de Azevedo. Segundo estudiosos da cabanagem, como Vicente Sales, via nesse duelo de opiniões, além das posições políticas, interesses pessoais e fruto do bipartidarismo nacional, porém, acima de tudo refletia as imensas contradições do Império emergente. No caso específico do duelo entre esses

dois jornais, ambos vivem o efêmero momento das lutas partidárias, sendo tão dinâmicos quanto as crises, conflitos, motins; vão-se uns, vêm logo outros no lugar, conforme as necessidades da luta. Assim, ambos jornais só existiram cerca de um ano. Em outubro de 1831, os maçons já distribuía o *Echo Independente*, que circulará até julho de 1832. Por não possuírem a fortuna dos maçons, o grupo de Batista Campos só consegue lançar um novo título em 10.3.1832 e que será brevíssimo. Chamou-se *A Luz da Verdade* e foi redigido pelo cônego Silvestre Antunes, o fiel companheiro de pena de Batista Campos. Mas ainda nesse ano, esses dois homens incansáveis publicaram o mais polêmico jornal da era da cabanagem, *O Publicador Amazoniense* (8.1832-9.1834). E como se não bastasse, em setembro ambos publicaram *O Paraguassu*, que circulará ao lado de *O Publicador Amazoniense* até 1833.

Para Vicente Sales, a publicação desses dois jornais refletirá a “ideologia da cabanagem”, uma ideologia essencialmente combativa, de luta pelo poder, que define não só a polarização bipartidária, mas as profundas contradições do sistema. Por isso, são leitura obrigatória essas fontes primárias de informação que ainda existem, mesmo que em poucos exemplares nos arquivos de Belém e de outros lugares, para melhor se compreender tão rico processo.

A deposição do visconde de Goiânia, que foi batizada por Batista Campos de agostada, é considerada um golpe durante o processo da cabanagem e que influenciou de forma decisiva o desfecho da mesma. No dia 7 de agosto de 1831, em Belém, a reunião do Conselho Presidencial foi interrompida pelo comandante d’armas, coronel Bittencourt, acompanhado por chefes de corpos militares da capital, que anunciou estar depondo o visconde de Goiânia do cargo de presidente do Grão-Pará, sem condição para resistência, uma vez que o Palácio estava cercado por tropas. Como membro mais votado do Conselho Presidencial, o cônego Batista Campos era o sucessor legal do visconde de Goiânia. Porém, isso não era possível, já que momentos antes da deposição de Goiânia, outro grupo armado havia detido o vice-presidente. Não só Batista Campos como vários outros homens acusados de estarem alinhados ao seu partido estavam sendo presos em vários pontos de Belém ao mesmo tempo.

No dia 10 de setembro de 1831, uma embarcação seguiu com o visconde de Goiânia para o Rio de Janeiro, enquanto uma escuna levava, deportados para pontos ermos da província, Batista Campos e alguns dos seus aliados que não conseguiram fugir da caçada empregada contra eles a partir do dia 7 de agosto. Segundo as páginas do *Publicador Amazoniense*, os responsáveis pela aquartelada foram os maçons da loja Tolerância e da Sociedade União Liberal, do partido caramuru, sendo seu articulador o brigadeiro José Bittencourt, que veio substituir d’Andréa, que também era maçom. O que acontecia na província do Grão Pará com a sucessão desordenada de administradores foi registrado nas páginas de *O Paraguassu*, no estilo visceralmente irônico de Batista Campos e seu grupo.

É preciso esclarecer que no período que antecede a agostada, o governo regente está tentando canalizar as inúmeras lutas, disputas políticas e motins que ocorrem no Brasil império para os canais institucionalizados, ou seja, para o parlamento burguês. Os paraenses já tinham eleito deputados para duas legislaturas, trocando dois terços da sua representação na Câmara de um pleito para o outro. Felipe Patroni, inclusive, foi eleito. Além do Conselho Presidencial, o Conselho Geral da Província já estava situado como uma das

principais instituições do Pará, mesmo com pouco tempo de funcionamento. Percebamos que Batista Campos foi cooptado para o aparato institucional já no governo do barão de Itapicuru-Mirim, também deposto, mas que não passou o poder para Batista Campos, que enquanto membro mais votado do Conselho era uma espécie de vice-presidente e assumia interinamente o poder até a Corte Imperial enviar o substituto.

A composição heterogênea desses órgãos é que permitiu o debate em torno de temas que feriam interesses econômicos dos grandes capitalistas, mantendo os conflitos e as crises. O que veremos é que somente com a liquidação da massa cabana a burguesia conseguirá seu intento de “pacificar” a província. Para os inimigos de Batista Campos colocá-lo no poder era um grande erro do governo, pois ele estaria influenciando o governo do visconde de Goiânia. Um dos pontos cruciais era a proposta do presidente de acabar com a Guarda Nacional, uma tropa de elite que fazia o policiamento em Belém e que deveria permanecer para garantir a segurança exclusiva dos grandes capitalistas já que eram pagas por eles mesmos; no campo havia uma guarda similar, que mantinha a ordem nos seringais e nas grandes roças. Essa guarda passaria a ser comandada pela polícia. Em Belém, era comandada pelo maçom Rodrigues Martins, o célebre Mundurucu Paiquicé, latifundiário e grande senhor de escravos.

Na defesa da manutenção da Guarda, o juiz de paz Luis Antonio de Castro Peruvino disse o seguinte: “a Guarda Nacional se faz necessária para conter as insídias dos verdadeiros anarquistas anticonstitucionais e desorganizadores, os partidários do cônego, diante dos quais cumpria que nos unamos todos, quantos queremos a ordem, lei e liberdade para defendermos debaixo do mando das autoridades legítimas nossas propriedades e vida, fazendo causa comum”. Essa guarda tinha papel político, funcionava como milícia, ou como se refere Vicente Sales, um exército de capangas. Bem uniformizada e municada, possuía um distintivo em verde e amarelo, mas em formato de armas portuguesas.

Foi nesse panorama que ocorreu a agostada. Foram desterrados cerca de trinta companheiros do cônego, além dele mesmo, incluindo músicos, padres, maçons, funcionários públicos, jornalistas, mulatos, negros, portugueses, além de uma relação com os nomes de onze “vadios sem ofício”, que andavam a “espancar os cidadãos”. Mas ainda não será desta vez que calarão a voz de Batista Campos.

Assumiu imediatamente o médico Dr. Marcelino José Cardoso, aristocrata rural, filho de um rico fazendeiro do Marajó (7.8.1831-27.2.1832). Foi substituído pelo tenente-coronel José Joaquim Machado de Oliveira. Em 4.12.1833 foi empossado Bernardo Lobo de Souza, e Batista Campos entregou-se abertamente a ação e propaganda revolucionárias e quando não consegue manter o jornal passa ao uso ostensivo de panfletos, tendo ajuda de Lavor Papagaio, jornalista que chegou fugido do Ceará, devido seu ostensivo trabalho de propaganda, considerado rude e radical. A identificação na política e no método foi total, com Lavor indo morar na casa de Batista Campos. Por essa época ganha influência o mulato Joaquim Antonio, do grupo do cônego, que defende abertamente o fim da escravatura e a distribuição de terras abandonadas aos camponeses sem terra. Infelizmente o grande líder cabano morreria no último dia do ano de 1834, por infecção em um ferimento no rosto enquanto fazia a barba escondido na floresta. Ele que, mesmo com grandes contradições, tanto lutou, não participaria do motim final, poucos meses depois. E ainda que o centro da luta cabana fosse a

defesa da República, a Cabanagem não chegaria a manter sua proclamação, como fizeram os farrapos do Rio Grande do Sul. No auge da luta armada, com enfrentamentos de extrema violência a atividade da imprensa quase desapareceu, só aparecendo em curtos intervalos. E com a retomada de Belém em 1836, a imprensa política e revolucionária do Pará foi praticamente extinta.

O povo se organiza

Batista Campos desde o começo teve grande influência popular, através da propaganda de suas ideias. Foi assim que ele aproximou aqueles que viriam a ser governos cabanos, como o jovem Eduardo Francisco Nogueira, que deu a si o nome de luta de Eduardo Angelim, em referência a forte madeira da Amazônia. Orador talentosíssimo, ganhou milhares de cabanos para a batalha, principalmente os escravos. Mesmo com medidas proibitivas para que estes não se reunissem, exibiam ostensivamente os distintivos vermelhos que caracterizavam a organização de Batista Campos, como a bandeira e o "uso indiscreto de lenços de cor encarnada no pescoço".

Um ofício de 8 de fevereiro de 1834 autorizava a dispersão de "escravos possuídos de ideias partidárias", "como no dia 6 do corrente aconteceu com o mulato Manoel, escravo de Maria Tereza Pia, o qual entoava versos com audácia de não ser castigado....". E no dia 14 outro ofício: "... insultam com palavras as autoridades constituídas, e promovem a desordem até com ajuntamentos ilícitos nas ruas e praças, e mais "não tendo surtido efeito as medidas de brandura que tenho aplicado, e parecendo-me indispensável tomar mais sérias providências a respeito de um partido, que se apresenta tão ousado, ainda que diminuto em número, principalmente por servir-se do infame e perigoso meio de aqular os escravos, fazendo-os tomar parte ativa nos negócios do Estado, como tudo consta das partes que me têm sido enviadas sucessivamente há muitos dias pelas autoridades policiais". Havia claramente um princípio de organização de ambas as partes.

Explode a Cabanagem

Para demonstrar a crise que explodiu no movimento cabanagem propriamente dito, vamos fazer uma breve descrição dos acontecimentos mais contundentes que desembocaram no derramamento de sangue.

Em 16 de junho de 1831 chega a Belém Bernardo José da Gama, Visconde de Goiânia, recém-nomeado presidente daquela província. Seu governo duraria apenas 19 dias. Ele tomou, logo de início, medidas que contrariavam interesses da classe privilegiada, reunida em torno do chamado partido *Caramuru*, ligado à maçonaria.

Os proprietários ricos passam a tramar um golpe. É a agostada, quando o Visconde de Goiânia é deposto e o cônego Batista Campos preso com muita violência. Levado à prisão, ele consegue fugir e passa a comandar uma revolta, que passou a ter o apoio das classes pobres. As massas populares começam a tomar as ruas para protestar contra os conservadores golpistas. Estes põem na presidência da província o médico Marcelino Cardoso, que tenta controlar a agitação social que começava a acontecer e a ganhar adeptos no Exército. Em 12 de abril de 1832, a tropa sediada na Barra do Rio Negro (atual Manaus) se rebela, mata seu comandante e, com o apoio da sociedade civil, decide separar a comarca do Rio Negro da Província do Pará e de seu governo. De Belém são enviadas forças militares para sufocar a

rebelião no Rio Negro e restaurar a ordem. Mas a agitação se espalharia por dezenas de vilas e povoados da Amazônia. Na missão de Maués, os índios matam todos os brancos e organizam um foco de resistência.

O novo presidente da província do Grão-Pará e Rio Negro, Bernardo Lobo de Souza foi empossado em 4.12.1833 e desencadeou uma política repressora, na tentativa de conter os conflitos. Não conseguindo, anistia todos os que estavam presos por revoltas contra o governo, tentando acalmar os ânimos. O cônego Batista Campos reaparece e comanda a oposição.

Lobo de Sousa, buscando reorganizar o Exército e a Marinha naquela província, recruta elementos das classes baixas, mamelucos e cafuzos. Ele, inadvertidamente, armava os estratos mais pobres da sociedade, já bastante insatisfeitos com o rumo dos acontecimentos. As Forças Armadas no Norte se enchem de mestiços ressentidos com séculos de exploração e domínio de brancos e portugueses. Falantes da língua geral amazônica, o *nheengatu*, ou *tupi* (o *tupinambá* era o dialeto dessa língua falado pelos mestiços do norte). A língua geral foi usada durante a Cabanagem como instrumento de comunicação entre os revoltosos, oriundos, em geral, das classes pobres, para que não fossem compreendidos pelas tropas enviadas de outras partes do Brasil pelo governo regencial.

O presidente da província, pertencente à maçonaria, indis põe-se com a Igreja. O bispo D. Romualdo Coelho passa a atacar o governo e, em 1834, dirige carta pastoral condenando os maçons. Temendo sua prisão, o bispo foge de Belém para Cametá. Batista Campos publicou essa carta e por não ter sido autorizada pelo governo da Província, foi perseguido, refugiando-se na fazenda de seu amigo Félix Clemente Malcher, fazendeiro simpático às idéias liberais. Por essa época seu grupo era grande e diverso, nele encontrando-se os irmãos Vinagre (Manuel, Francisco Pedro e Antônio), lavradores e o seringueiro e jornalista [Eduardo Angelim](#). Juntos, reuniram um contingente de rebeldes na fazenda de Malcher. Antes de serem atacados por tropas governistas, abandonaram a fazenda. Contudo, no dia 3 de novembro, as tropas conseguiram matar Manuel Vinagre e prender Malcher e outros rebeldes.

O destacamento militar enviado para prender o cônego é atacado na floresta por homens rebeldes, sob o comando de João Vinagre, grupo constituído de caboclos, quilombolas e gente muito pobre, ressentidos inclusive com a perseguição que a Igreja estava sofrendo. De seu esconderijo, o cônego Batista Campos comanda uma guerra que começava. Porém, faleceria inesperadamente, vitimado por uma infecção no rosto devido às condições precárias nas quais se encontrava, escondido do governo nas matas do Pará. Outros líderes levaram adiante o movimento, com Angelim e os irmãos Vinagre na frente.

Em 6 de janeiro de 1835 João Vinagre e seus homens atacam Belém. O quartel e o palácio do governo foram tomados por [índios tapuias](#), cabanos e negros, liderados por Antônio Vinagre. Matam o governo Lobo de Sousa em um beco (segundo a imprensa da época, indo da casa da amante para o palácio) e trucidam dezenas de portugueses. No dia 7 de janeiro, Félix Clemente Malcher, que se encontrava preso, foi libertado e escolhido como presidente da província e [Francisco Pedro Vinagre](#) para Comandante d'armas. É instituído o primeiro governo cabano, de Félix [Clemente Malcher](#). Os *cabanos* estavam no poder. Isso promoveu uma apoderação de material bélico por parte dos grupos revolucionários. Inicia-se a *Cabanagem*, um dos maiores movimentos populares da história do Brasil.



Mas os cabanos tiveram muita dificuldade para se manter no poder e estabelecer um governo revolucionário. As divergências e os conflitos entre os próprios líderes do movimento foram as causas principais do fracasso da rebelião. Clemente Malcher, militar, latifundiário e dono de engenhos de açúcar, se mostrou mais identificado com os interesses do grupo dominante derrotado, logo entrando em conflito com o exército cabano. Ao assumir o governo traiu os interesses cabanos, jurando fidelidade ao imperador e declarando que permaneceria no poder até a maioria do herdeiro do trono. Entrou em confronto com o exército cabano, mandando prender Eduardo Angelim e Vicente Ferreira Lavor, tentando deportá-los. As tropas dos dois lados entraram em conflito, saindo vitoriosa a tropa cabana, comandada por Francisco Vinagre. Malcher foi deposto em 19 de fevereiro de 1835, assassinado e tendo seu cadáver arrastado pelas ruas de Belém. Assumiu Francisco Vinagre como o segundo governador Cabano, mas o primeiro que participara ativamente da conquista de Belém.

Para decepção dos cabanos, Vinagre também se declarou fiel ao governo imperial e se dispôs a negociar com o mesmo. Com essa traição o governo regencial se sentiu a vontade para organizar numerosa força militar e enfrentar a rebelião. Comandadas pelo português Manuel Jorge Rodrigues, barão de Taquari, e contando com o apoio do próprio Francisco Vinagre as tropas governamentais tomaram Belém. Francisco Vinagre concordou em entregar pacificamente o governo, em julho 1835, em troca de anistia aos revolucionários. A lembrança do [massacre do Brigue Palhaço](#), em 1823, levou os revolucionários a não confiarem em um acordo com o representante imperial, não entregaram as armas e refugiaram-se no interior.

Como previsto, Manuel Jorge Rodrigues não cumpriu o acordo e mandou prender Francisco Vinagre, mesmo com a prova de confiança que este tinha lhe dado. Os cabanos, indignados, reorganizaram suas forças e atacaram novamente Belém sob o comando de Antonio Vinagre e Eduardo Angelim, em 14 de agosto de 1835. Após nove dias de batalha, mesmo com a morte de Antônio Vinagre, os cabanos retomaram a capital e proclamaram a República. Eduardo Angelim foi aclamado pelos cabanos o presidente e durante dez meses a elite se viu atemorizada pelo controle cabano sobre a província do Grão-Pará. Tentaram estabelecer um governo revolucionário estável e capaz de governar a província, porém, não tinham um projeto político consistente, nem um ideário revolucionário com medidas concretas para a consolidação

do governo rebelde, novas traições e conflitos entre os líderes do movimento provocaram seu enfraquecimento. Mesmo governando por dez meses, não aboliram a escravidão nem proclamaram a independência do Grão-Pará e Rio Negro. A explosão de sentimentos das massas pobres, exploradas durante séculos, não foi canalizada para transformações econômicas e sociais que pudessem melhorar, por fim, suas vidas.

Mas diante da vitória das forças de Angelim, o império reagiu. Em fevereiro de 1836, quatro navios de guerra se aproximaram de Belém, prontos para atacar a cidade, tomada pela desordem, fome e [variola](#). Foi realizado um bloqueio naval na cidade pelo brigadeiro Francisco José de Sousa Soares d'Andréa, barão de Caçapava, atracando sua esquadra em frente a Belém. Em março foi nomeado pela corte como novo presidente do Grão-Pará, autorizando guerra total contra os cabanos. Era seu segundo momento de carrasco do povo cabano.

Os cabanos insurgentes escapavam pelos [igarapés](#) em pequenas [canoas](#), enquanto Eduardo Angelim e alguns líderes negociavam a fuga. Uma esquadra inglesa chegou a oferecer ajuda a Eduardo Angelim para que acabasse com o bloqueio naval brasileiro, mas este recusou. Eduardo Angelim conseguiu furar o bloqueio naval e se refugiou no interior. Em 6 de março de 1836, a Barra do Rio Negro foi tomada pelos cabanos, comandados pelo caboclo Maparatuba. Os cabanos deixaram a capital Belém vazia para as tropas de Soares d'Andréa. O brigadeiro, entretanto, julgando que Angelim, mesmo foragido, seria uma ameaça, determinou que seus homens fossem ao seu encalço. Em abril, a Barra do Rio Negro foi retomada pelas forças d'Andréa. Os cabanos se embrenharam nas selvas, com as forças repressoras em seu encalço, deixando um rasto de sangue atrás de si. Em outubro de 1836, numa tapera na selva, ao lado de sua mulher, Angelim foi capturado, feito prisioneiro na fortaleza da Barra, até seguir para o Rio de Janeiro e depois Fernando de Noronha. A Cabanagem, porém, não acabou depois da prisão de Eduardo Angelim. Mesmo que em 1839, para poder por fim ao movimento, o governo regencial tenha anistiado todos os participantes da Cabanagem, os cabanos, internados na selva, lutaram até 1840, quando foram completamente exterminados. Nações indígenas como os [murá](#) e os [mauê](#) praticamente desapareceram.

Estima-se que durante o período do conflito, entre tropas governamentais e revolucionários, a população do Pará, que era de cerca de 100 mil habitantes, foi reduzida a 60 mil. Em 1833, o Grão-Pará tinha 119 877 habitantes; 32 751 eram índios e 29 977, negros escravos. A maioria mestiça ([miscigenação](#) de índios, negros e brancos) chegava a 42 mil. A minoria totalizava quinze mil brancos, dos quais mais da metade eram portugueses.

Trinta mil caboclos e índios destribalizados morreram durante aquela insurreição, um quinto da população da província. A língua geral perdeu, assim, milhares de falantes, recebendo seu segundo golpe, após as perseguições do Marquês de Pombal, no século XVIII, quando impôs o português às tribos indígenas.

Intelectual do regime militar, Rego Reis escreveu o livro, *A Cabanagem. Um Episódio Histórico de Guerra Insurrecional na Amazônia (1835/1839)*, onde afirma: "a cabanagem notabilizou-se pela *"efetiva e dominante participação das massas; a ascensão de líderes dos mais baixos estratos da sociedade; a violência sem freios da rebelião e pela escala que a insurreição conseguiu, tomando o poder e mantendo-o por um tempo considerável"*.

Revolução Farroupilha

A chamada "Guerra dos Farrapos" ou "Revolução Farroupilha" foi uma rebelião no Rio Grande do Sul (na época, província de São Pedro) contra o governo central que durou de 1835 a 1845, realizando-se no conturbado período regencial. Esse movimento foi a mais longa e mais desafiadora insurreição militar no país durante a época do Império (1822-1889).

O termo "farrapos" ou "farroupilhas" ficou historicamente associado aos rebeldes do Rio Grande do Sul, mas em sua origem era referente a todos os opositoristas radicais ao governo central. As próprias lideranças gaúchas assumiram para si essa expressão originalmente pejorativa.

Ao examinarmos o conteúdo de classe dessa rebelião, veremos que a guerra dos farrapos pode ser considerada como uma revolução burguesa derrotada ou abortada, e que os latifundiários gaúchos, mesmo se enfrentando com o governo regencial, de certo modo se aliaram a ele para massacrar os escravos que participaram do movimento. A rebelião dos farroupilhas, assim, foi um movimento dirigido pelos proprietários de terra sulistas que incorporou setores populares e os traiu ao final do processo em função do temor de uma revolução negra no Brasil, tal como havia ocorrido no Haiti.

O contexto histórico

De 1831 a 1840, o Brasil viveu sob o período das regências. D. Pedro I havia abdicado do trono, sendo que seu sucessor era menor e estava impedido de assumir o poder. Enquanto D. Pedro II não atingia a maioridade, o país foi governado provisoriamente por juntas de governo chamadas "regências".

Em 1831, formou-se a Regência Trina Provisória, que durou apenas dois meses. Ela foi substituída pela Regência Trina Permanente, que se estendeu até 1835. A partir do referido ano, estabeleceu-se um regime de regente único. Foi eleito para este posto o padre Diogo Antônio Feijó, que vinha se destacando como Ministro da Justiça e que, desde sua atuação como ministro, tomou medidas para fortalecer o governo central.

O período das regências foi crucial na formação do Estado brasileiro, na medida em que ele foi marcado por uma forte repressão às rebeliões populares, pelo fortalecimento do poder central e pela defesa da integridade do território nacional. No caso da Guerra dos Farrapos, a postura do governo foi a de impor a autoridade central sobre a província rebelde e de impedir o êxito de um movimento que, se fosse bem sucedido, poderia desencadear a fragmentação do país em várias repúblicas controladas pelas classes dominantes locais.

É importante observar que, originalmente, o movimento farroupilha não tinha pretensões separatistas. As classes dominantes gaúchas foram levadas a isso pela força dos acontecimentos. Seu principal objetivo, e que foi atendido ao final em negociações com o governo central, era resguardar seus interesses econômicos na produção agropecuária, conforme veremos mais adiante. Mas para tratar melhor desse movimento, precisamos conhecer melhor o perfil dessas classes dominantes e o desenvolvimento histórico na região sul do Brasil.

O perfil das classes dominantes na região sul

A região sul do Brasil no período colonial, inicialmente, foi pouco explorada, apesar de ser uma área de disputa entre Portugal e Espanha (e também de contrabando de produtos pelo rio da Prata). De qualquer modo, foi somente

na passagem do século XVII para o século XVIII que a administração colonial dedicou mais atenção ao território do atual estado do Rio Grande do Sul. Com a descoberta de ouro na região de Minas Gerais, o gado produzido pelos gaúchos ganhou uma importância maior, uma vez que a extração de minérios aumentou a demanda de animais de tração e corte. Desse modo, a economia sulista tornou-se um ponto de apoio necessário para a economia central de exportação.

Assim, formou-se no sul do Brasil uma classe dominante de latifundiários dedicados à produção de gado, e que se ligava intimamente à administração colonial portuguesa, a qual, por sua vez, distribuía sesmarias (terras cedidas pela administração para estimular a atividade produtiva) e estimulava a ocupação do território com grandes fazendas. E mais do que isso, ela concedeu amplos poderes aos fazendeiros: eles eram chefes dos seus próprios bandos armados, e com isso ajudavam na defesa e demarcação do território contra as investidas espanholas.

Nas estâncias, os trabalhadores estavam submetidos a um sistema de peonagem, muito comum na América espanhola, especialmente no México. Esse sistema, basicamente, gerava uma escravidão por dívidas. Os fazendeiros faziam vários descontos nos salários dos trabalhadores (peões), formando dívidas que passavam de geração em geração, de modo que as famílias dos peões ficavam vinculadas ao trabalho na fazenda a partir de uma dívida eterna e impagável.

Os fazendeiros gaúchos eram chamados de "estancieiros", na medida em que as fazendas eram chamadas de "estâncias". Uma parte deles, porém, era chamada de "charqueadores" por conta da produção de charque (carne seca e salgada). O charque passou a ser produzido em escala maior para abastecer o contingente crescente de escravos no país, sobretudo na região de Minas Gerais. Tratava-se de um negócio bastante lucrativo para os charqueadores, tanto que eles passaram a incrementar sua produção com o uso de mão de obra escrava.

No terreno ideológico, os estancieiros assimilaram os ideais e o discurso das revoluções burguesas em sua luta contra o governo central. O liberalismo de John Locke, que expressava em grande parte os ideais de revolução inglesa, foi invocado no movimento farroupilha na defesa de um governo a serviço dos proprietários, um governo que respeitasse a propriedade privada como um direito absoluto e inviolável. Também houve inspiração em Montesquieu e na experiência norte-americana, pois os farroupilhas tinham também como bandeira a limitação do poder estatal, seja por meio de uma constituição liberal, seja por meio de uma organização federativa do Estado (e não centralista, como era o caso no império brasileiro).

As causas da rebelião

Em suas causas, a Guerra dos Farrapos combinava questões internas com questões externas. Como forma de aproximar o Uruguai e fazer dele um aliado contra a Argentina nas rivalidades regionais, o governo brasileiro passou a facilitar a entrada do charque uruguaio e a taxar o charque e o couro produzidos na região sul. Essa política trouxe prejuízos aos estancieiros e charqueadores do Rio Grande do Sul, uma província que, conforme já foi visto, tinha como eixo de sua economia a venda de couro e charque para as outras províncias brasileiras. Pressionados economicamente, os estancieiros se rebelaram contra o Império.



É importante observar que, no século XIX, e particularmente desde a independência do Brasil, houve uma mudança no eixo econômico do país, o que causou, também, um deslocamento nas frações de classe dominantes no país. O café tornou-se o principal produto, de sorte que a diminuição relativa do papel da mineração enfraqueceu econômica e politicamente os estancieiros, que dependiam dela. Além disso, a independência iniciou o processo de centralização do Estado brasileiro, e que naquele momento se desenvolvia a partir de um regime monárquico autoritário e de um governo centralizado, com sede no Rio de Janeiro. Esse processo enfraqueceu a autonomia provincial do período anterior, criando fortes tensões com as oligarquias locais – tensões que atingiram maior expressão durante as Regências.

Na época das regências, o poder central indicava presidentes de província que não contavam com a aprovação dos fazendeiros sulistas. A assembleia provincial em que se organizavam os estancieiros passou a ter um caráter meramente consultivo. Em 1834, tentando amenizar as tensões, o governo regencial permitiu que as províncias tivessem deliberações efetivas, mas elas não poderiam legislar sobre impostos – e essa era justamente a questão que tocava mais diretamente os interesses dos estancieiros. Aliás, mesmo a possibilidade de dispor sobre tributos na instância provincial não afastaria o forte centralismo político no país, já que a constituição de 1824 estabelecia que cabia ao governo central determinar o quanto dos impostos arrecadados nas províncias ficariam para elas e o quanto seria remetido para a autoridade imperial.

Em resumo, as reivindicações dos estancieiros eram as seguintes: inversão da política do governo brasileiro no modo de taxar carne e couro (no caso, exigia-se uma taxa que protegesse os negócios gaúchos) e maior autonomia política para as províncias. Aliás, vale ressaltar que a proposta original da rebelião farroupilha era afirmar uma autonomia nos marcos de uma vinculação ao império brasileiro. Bento Gonçalves, chefe do movimento, afirmava e reafirmava sua lealdade à coroa brasileira, pontuando apenas que

se fazia necessária uma rebelião para defender as liberdades (ou melhor, propriedades) dos gaúchos e para evitar que a região sul se tornasse uma “colônia” da administração imperial.

O desenvolvimento político e militar da rebelião

Não sendo atendidos em suas reivindicações, os farroupilhas iniciaram uma ação armada sob a liderança de Bento Gonçalves em 1835, depondo o presidente da província e o chefe de armas. O governo central reagiu duramente, impondo uma importante derrota militar aos estancieiros em 1836, na batalha de Passo do Rosário. No mesmo ano, porém, os rebeldes venceram a batalha do Seival e se fortaleceram. Aliás, não só se fortaleceram como também aprofundaram o sentido de seu movimento. Diante da intransigência e da repressão da autoridade central, os farroupilhas proclamaram, ainda em 1836, a República Rio-Grandense, que viria a ser chamada de República do Piratini posteriormente. Isto porque a câmara municipal da cidade declarou a independência do Rio Grande do Sul sob a forma republicana, estabelecendo Piratini como capital e Bento Gonçalves como presidente. Essa nova república propunha-se a unir por laços federativos todas as outras províncias dispostas a romper com o centralismo imperial e aderir ao modelo do federalismo republicano.

A fundação de uma república foi uma espécie de “radicalização” do movimento, mas apenas na forma. No conteúdo, a República do Piratini seguia com vários elementos que eram fundamentais à ordem monárquica brasileira, tais como a escravidão e o voto censitário (isto é, a quem tem propriedades e riquezas). Mesmo assim, ampliou-se o nível de enfrentamento com o império, sobretudo porque os farroupilhas, no curso da guerra, buscaram alastrar a rebelião para outras províncias. Em 1839, sob o comando de Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi (revolucionário republicano italiano, atuante em vários processos revolucionários), a rebelião farroupilha incorporou a província de Santa Catarina, fundando a República Catarinense. Três anos depois, as duas repúblicas se uniram numa confederação conforme aprovado numa Assembleia Constituinte.

Diante do avanço do movimento separatista, o governo regencial percebeu que a ação militar não estava bastando, e por isso apostou na política. Nomeou Luís Alves de Lima e Silva, que viria a se consagrar como Duque de Caxias no futuro, como presidente da província de São Pedro, e iniciou negociações de paz em separado com Davi Canabarro, um dos líderes rebeldes.

As lideranças farroupilhas encontravam-se divididas. Apesar dos triunfos militares, havia profundas divergências sobre os rumos do novo país. Também se deve levar em conta que o que unia os estancieiros na revolta era a luta contra os impostos e a defesa de uma autonomia administrativa. Uma vez que esses objetivos comuns foram atingidos com a República separatista, não havia nada nenhum objetivo político novo que estimulasse a unidade do bloco político rebelde. Ora, essa divisão na cúpula dirigente foi a brecha encontrada pelo governo central para minar o processo por dentro.

Lima e Silva articulou o fim da rebelião com Canabarro, e este passou a costurar um acordo com outros dirigentes farroupilhas. No entanto, havia nas lideranças alguns setores que tinham dúvidas na reconciliação com o governo regencial. E mais do que isso, a rebelião havia despertado forças populares que não seriam contidas facilmente. Em seu esforço de guerra, os

estancieiros prometeram liberdade aos escravos que lutassem em seus exércitos. Essa promessa permitiu a incorporação de um importante contingente militar composto por negros na cavalaria e na infantaria, o que trouxe um traço popular ao movimento, mas que seria traído por sua direção. Nesse sentido, para convencer os dirigentes hesitantes e para afastar a ameaça dos negros que estavam armados durante a rebelião, e que podiam voltar suas armas contra seus exploradores, Canabarro combinou uma derrota militar com as forças monárquicas. Foi o episódio da batalha de Porongos, travada em 1844: Canabarro enviou os soldados negros ao front de batalha, mas os enviou desarmados para que fossem aniquilados. Com uma só manobra, ele afastou o fantasma da rebelião negra e pressionou os líderes farroupilhas a fazerem um acordo depois de grandes baixas no exército.



Batalha do Porongo

O desfecho do processo

Em 1845, o governo central e os rebeldes assinaram a Paz de Ponche Verde. O movimento separatista foi dissolvido e os estancieiros reconheceram a ordem monárquica, mas foram atendidos em muitas de suas reivindicações: obtiveram o direito de escolher o presidente da província, o perdão de seu crime de terem se insurgido contra a ordem monárquica, o posto de oficiais do exército para os oficiais rebeldes e a garantia do respeito à sua propriedade.

Depois de uma luta de dez anos, os farroupilhas abriram mão da insurreição contra o governo e da bandeira republicana em troca de concessões mínimas e do extermínio dos escravos envolvidos na luta armada. No tocante a eles, aliás, a promessa foi cumprida para 5%. Os outros 95% foram massacrados na batalha de Porongos. Foi assim que os estancieiros honraram sua palavra...

Tanto por suas causas como pelo seu desfecho, o movimento farroupilha mostra-se bastante diferente de movimentos como a Cabanagem no Pará. A Guerra dos Farrapos foi uma aventura de pecuaristas que abandonaram prontamente suas aspirações republicanas para selar um acordo com o governo imperial e destruir o perigo representado pelos negros que haviam participado dos combates. Pode-se dizer, então, que foi uma espécie de revolução burguesa abortada, sabotada por seus próprios dirigentes, e que revela toda a covardia e o racismo que se fazem presentes nas raízes da burguesia brasileira.

Canudos – a luta dos sertanejos pelo paraíso na terra

Em 5 de outubro de 1897 morriam os últimos combatentes defendendo o arraial de Canudos. Cinco mil soldados marchavam sobre casas de pau-a-pique, já destruídas por inúmeros tiros de canhão, com ordens expressas de destruir tudo e não deixar nenhum vestígio de uma comunidade que cometera o único crime de defender com unhas, dentes e sangue o seu direito de não morrer de fome no sertão do Nordeste. Se encerrava também uma das experiências mais importantes de luta do povo brasileiro, que criou uma comunidade onde não haviam classes sociais e que os meios de produção pertenciam a toda comunidade.

No fim do século XIX, o Nordeste passava por uma aguda crise causada pelo declínio da produção de açúcar. A maior parte dos sertanejos vivia na miséria, agravada a partir de 1877 pela Seca dos Dois Martelos, uma das maiores da história. Centenas de milhares morreram, parte dos sobreviventes formou bandos de cangaceiros, outra parte aderiu a grupos messiânicos. Foi de um desses grupos que peregrinavam pelo sertão da Bahia que surgiu Antônio Conselheiro. Em 1893, Conselheiro fixou-se às margens do Rio Vaza-Barris, onde construiu o arraial de Canudos. O rápido crescimento do arraial incomodou o governo, os fazendeiros e a Igreja.

Quando a Guerra de Canudos estourou, em novembro de 1896, a república brasileira tinha acabado de surgir, estava completando apenas sete anos. A república nasceu sob o controle militar dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, economicamente dominada por latifundiários de São Paulo e Minas Gerais, que cultivavam a monocultura do café. Em 1894, um de seus representantes, Prudente de Moraes, foi eleito presidente. Foi primeiro presidente civil que o Brasil teve. Mas a situação não estava fácil, uma parte da burguesia estava descontente e queria a volta de Floriano Peixoto, um militar autoritário conhecido como o *Marechal de Ferro*.

Enquanto isso, na Bahia, a velha elite política do Império, representada por proprietários de terras, entrou em conflito com uma nova elite política fruto da República, representada pelo governador Luís Viana. Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, era dono de terras vizinhas a Canudos e exigia que Viana mobilizasse todas as forças para liquidar Conselheiro. O governador hesitava.

A Guerra de Canudos, portanto, aconteceu no contexto de uma disputa política regional da Bahia e diante de uma crise política nacional.

Antônio Maciel, o Conselheiro

Com olhos baixos e fundos, cabelos e barbas longos, alto, magro, pálido com face escaveirada, vestindo uma túnica azul de brim, segurava um bastão em uma mão, em que apoiava seu passo lento de peregrino, e com a outra trazia livros. Assim Euclides da Cunha, um importante escritor brasileiro que trabalhou como jornalista no último ataque a Canudos, descreveu Antônio Vicente Mendes Maciel, o beato Antônio Conselheiro.

Antônio Maciel nasceu na Vila de Santo Antônio de Quixeramobim (CE), em 1830. Aos seis anos, sua mãe, Maria Joaquina de Jesus, morreu. O pai, Vicente Mendes Maciel, um pequeno comerciante analfabeto, queria que o filho se tornasse padre, por isso o matriculou no curso de Manuel Antônio Ferreira Nobre, um importante educador da região, onde aprendeu aritmética, geografia, francês e latim. Era um aluno dedicado e inteligente.

Com o falecimento do pai em 1855, Antônio assumiu a direção do comércio da família. No ano seguinte, teve que hipotecar a casa para pagar dívidas.

Casou-se, em 1857, com Brasilina Laurentina de Lima. Lecionou português, aritmética e geografia numa fazenda vizinha, onde nasceu seu primeiro filho. Mudou-se diversas vezes de cidade. Ao nascer o segundo filho, passou a trabalhar como advogado dos pobres, apesar de não ter diploma. Em 1861, flagrou a mulher em adultério, de quem se separou.

Aquilo representou um momento de ruptura com o próprio passado. Na cidade de Santa Quitéria (CE), conheceu a artesã Joana Batista de Lima, uma santeira que fazia imagens, conhecida como Joana Imaginária. Com ela, teve outro filho. Em 1865, deixou a família para peregrinar. Atravessou os sertões do norte até a Bahia, passando por Ceará, Pernambuco e Alagoas.

A pregação do Conselheiro atraía muitos fieis porque ele, além de ser um grande orador, tinha um discurso diferente dos padres, que estavam sempre ao lado dos ricos. Antônio Conselheiro não naturalizava a pobreza e a fome e mandava os pobres aguardarem o paraíso após a morte. Ele pregava a necessidade de um paraíso na terra, uma vida melhor para os sertanejos. Falava de justiça e de igualdade. Isso provocava muita raiva entre os líderes da Igreja. A Igreja sentia-se ameaçada por Conselheiro, que denunciava a ostentação e a riqueza de muitos sacerdotes católicos. Em 1882, foi proibido de pregar, acusado pelo arcebispo da Bahia de "perturbar a consciência e de reduzir a autoridade dos párocos". Mas isso não o fez parar.

Além da pregação, Conselheiro peregrinava pelo sertão fazendo obras sociais, seguindo o exemplo de um dos sacerdotes que o influenciou, o Padre Ibiapina. Conselheiro ajudava a reconstruir casas, praças, cemitérios, capelas e igrejas, havia herdado o gosto pela construção de seu pai. Algumas das igrejas que construiu estão de pé até hoje.

Ele era defensor da abolição da escravidão bem antes da Lei Áurea de 1888. Muitos ex-escravos o seguiram e tentaram encontrar em Canudos um lugar de paz em meio ao preconceito e a miséria em que foram jogados os ex-escravos libertos. Metade da população de Canudos era composta por negros. As grandes lideranças de Canudos eram negras ou descendentes de negros, como Pajeú e João Abade. Havia também índios. Um documento do médico que acompanhou a segunda expedição militar contra Canudos, narra a presença de índios e de ferimentos em soldados provocados por flechas.

Em 1890, a notícia da Proclamação da República chegou aos sertões. Para Conselheiro, a república era ilegítima. Ele acreditava na doutrina católica do direito divino, segundo a qual o imperador foi posto por Deus para governar o Brasil. Essa é uma das contradições do movimento que foi utilizada para desprestigiar-lo, dizendo que se tratava de um movimento que pretendia a restauração da monarquia no Brasil, e que portanto, era atrasado e reacionário. Tudo ao contrário. O atraso de que padecia Canudos era o atraso do conjunto do proletariado brasileiro que estava apenas se formando e que ainda carecia de um projeto estratégico próprio. Mas, apesar das contradições, Conselheiro criou uma comunidade que em sua ação era muito avançada. Acabou com a propriedade privada dos meios de produção, as mulheres, negros e índios eram tratados como iguais e se armou para resistir contra os ataques do exército dos latifundiários.

Canudos

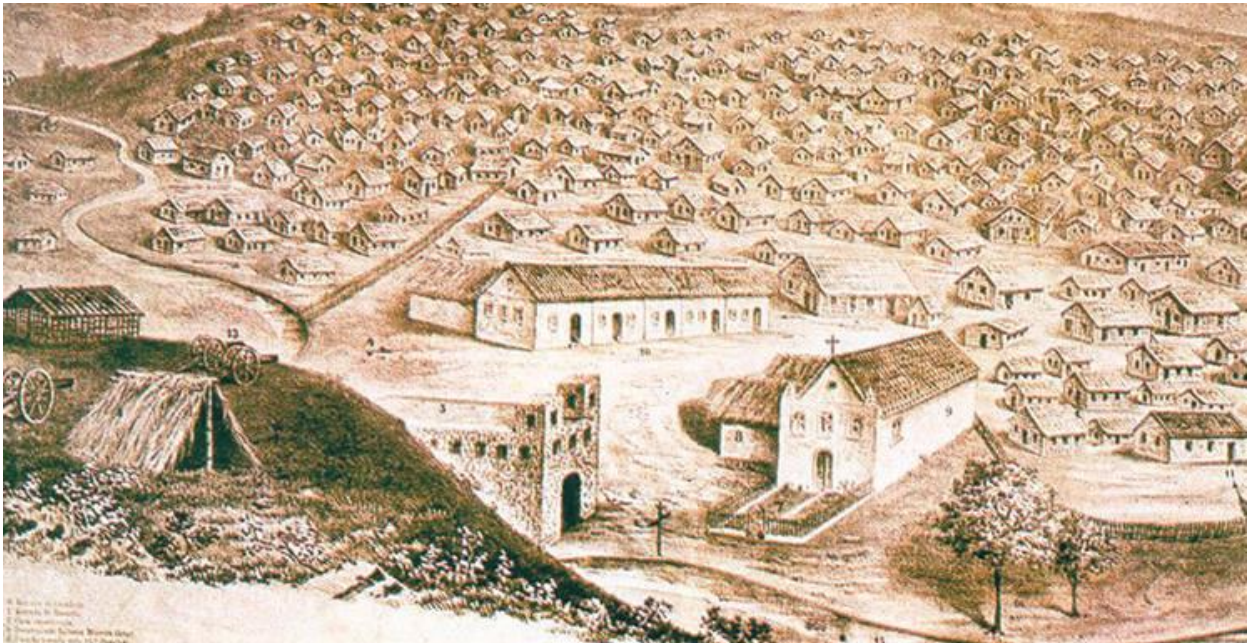
Três anos depois da proclamação da república, o governo federal concedeu aos municípios autonomia para cobrar impostos. Editais de cobrança foram afixados nas portas das casas da Câmara. Acompanhado por cerca de 200 fiéis, na cidade de Bom Pastor (RN), o Conselheiro reuniu o povo na feira e mandou arrancar e queimar os editais em praça pública. Ele considerava que, com os novos tributos, o povo iria trabalhar somente para o governo. O Governo de Salvador enviou uma tropa para prender os rebeldes, mas foi vencida pelos sertanejos que impediram a prisão do Conselheiro.

Ele sabia que aquele pequeno contingente policial enviado pelo governo e derrotado pelos sertanejos seria seguido por outros ataques, afinal a república nunca permitiria que incitadores do povo contra o pagamento de impostos permanecessem impunes. E ele estava certo. Logo foi enviado um contingente maior de policiais. Mas Antônio Conselheiro já havia partido para o norte da Bahia em uma longa peregrinação a procura do lugar ideal para construir sua utopia: uma comunidade igualitária.

Foi o Conselheiro quem escolheu o lugar onde se alojaria com os cerca de 800 que o seguiam. Um vilarejo abandonado nas margens do rio Vaza-Barris, lá fundou o arraial de Belo Monte, mais conhecido como Canudos.

Antônio Conselheiro conhecia bem o sertão e soube escolher o local adequado para a fundação do arraial de Canudos. Além de ser uma região com maior possibilidades de conseguir água, era o local ideal para se defender dos prováveis ataques que sofreriam. Os caminhos que levavam ao velho povoado passavam por desfiladeiros perigosos em montanhas que o cercavam. A estrada de ferro mais próxima ficava em Queimadas, distante 200 quilômetros. Não havia povoado importante entre as duas cidades e para ir de uma a outra só a pé ou no lombo de animal, sendo a caminhada lenta e penosa pela aridez da região. As caatingas de Canudos constituíam o principal elemento de defesa contra qualquer eventual agressão inimiga. Ali, entre cinco serras poderia desenvolver-se com relativa tranquilidade a comunidade igualitária que o Conselheiro havia imaginado e prometido.

O nome de Canudos vem da antiga população do lugar. Na década de 1870 moravam nessa região uma população armada até os dentes que produziam uns estranhos cachimbos de barro pintado, com canudos de um metro de comprimento. Desse produto que eles fabricavam veio a origem do nome do povoado.



Em 1893, com a chegada do Conselheiro e de seus seguidores a situação do lugar se modificou rapidamente. No início eram algumas centenas e rapidamente milhares. Até chegar a 25 mil habitantes, morando em cerca de 5 mil casas. Na época esse número era muito alto. Para se ter ideia, Juazeiro, a maior cidade do norte da Bahia tinha então 3 mil habitantes e Salvador, a capital da província, tinha 200 mil.

A chegada de todo tipo de gente ao arraial provocou espanto nos fazendeiros da região vizinha. O Barão de Jeremoabo, um dos latifundiários da região, escreveu: "Alguns lugares dessa comarca e de outras circunvizinhanças, e até o Estado de Sergipe, ficaram desabitadas, tal o aluvião de famílias que seguiam para Canudos".

Se construía até doze casas por dia no povoado. A originalidade da cidade era a construção inteiramente diferente das outras cidades do sertão. Existia somente uma rua, Campo Alegre, que dividia a cidade em duas e partia da praça da igreja velha. O resto da cidade era construído de becos estreitos que se comunicavam uns com os outros de maneira irregular. Parecia um labirinto. Ao olhar de fora parecia uma cidade completamente sem organização. As casas eram construídas de maneira desorganizada (uma de frente, outra de fundo, outra de lado), não obedeciam a qualquer alinhamento. Mas porque, Antônio Conselheiro, construtor por natureza, consentiu que se levantasse uma cidade de maneira tão desordenada? Só mais tarde se descobriu que essa construção desordenada tinha uma grande importância tática na guerra de guerrilha travada contra os exércitos invasores.

No centro do arraial ficavam as duas igrejas. A igreja velha era a antiga capela da fazenda. Tinha sido restaurada, mas era pequena. Por isso começou a ser construída uma nova, bem maior, que ainda não estava pronta quando Canudos começou a ser atacada pelas tropas do governo. Com paredes de quase um metro de espessura, o templo, além de um ambiente espiritual, era também uma fortaleza contra os ataques que a cidade sofreria e suportou firmemente muitos tiros de canhão.

Na cidade em crescimento, reinavam a ordem, a tranquilidade e o trabalho coletivo. Os canudenses produziam mandioca, cenoura, abóbora, frutas e criavam cabras. A população levantou casas e um grande templo: a Igreja

Nova, projetada por Conselheiro, já que a velha se tornara pequena. Não existiam autoridades policiais e nem coletores de impostos. Não havia lugar para tabernas e nem para prostíbulos. O álcool era rigidamente proibido. Certa vez alguns tropeiros, vindos de Juazeiro, trouxeram vários barris de bebidas que foram logo abertos a machadadas e a aguardente jogada na terra. As mulheres não precisavam se prostituir para ganhar a vida. Trabalhavam para o bem da comunidade, assim como os homens. O Conselheiro dava muita importância a educação das crianças. Fundara duas escolas e acompanhava o ensino, que se estendia aos adultos que quisessem aprender a ler e a escrever.

O Conselheiro era a principal autoridade do arraial. Seu poder não era fruto da repressão e do medo, mas da confiança depositada nele pelos sertanejos que se juntavam ao povoado. Mas ele não construiu nem dirigiu Canudos sozinho. Ao lado do Conselheiro haviam importantes combatentes e várias figuras que cumpriram um papel importante para o desenvolvimento do arraial. O papel mais importante, depois do Conselheiro, era de João Abade, uma espécie de administrador do povoado, que recebia os novos moradores e cuidava do bem-estar dos habitantes; Timóteo, o sineiro, que desempenhava o seu trabalho diário com maior dedicação e que tocou o sino da igreja pontualmente até durante a guerra, quando foi atingido por uma bala de canhão enquanto tocava a sexta badalada da Ave-Maria; Manuel Quadrado, curandeiro da cidade, que conhecia profundamente a flora medicinal e quando necessário praticava cirurgias; o bravo negro Pajeú, chefe dos combatentes, o mais temido herói da guerra de Canudos; Antônio Calixto do Nascimento, era o comandante da *Guarda Católica*, o organismo responsável pela defesa interna da cidade, que nunca se retiravam e estavam sempre prontos para defender Canudos, quando viu tudo perdido, Antônio Calixto preferiu se atirar nas chamas do que se entregar ao inimigo; Joaquim Macambira, hábil organizador de emboscadas que liderou um grupo de onze homens para tentar destruir o temível canhão Withworth 32, sendo trucidado com dez companheiros pelas balas dos inimigos; Chico Ema, que dirigia o serviço de espionagem no seio das tropas inimigas e nas cidades vizinhas. São inúmeros os simples sertanejos que se tornaram heróis ao lado do Conselheiro, na luta por uma vida melhor e que mereciam ter seus nomes lembrados.

Raramente ocorria algum crime em Canudos. Havia uma cadeia, que era chamada de "Poeira". Mas estava sempre vazia, apesar do Conselheiro não tolerar a impunidade. As contendas internas eram sempre resolvidas pelo próprio Conselheiro, que embora temido nunca empregava a violência como castigo. Nos casos de crime de morte, o Conselheiro expulsava o assassino da cidade ou entregava-o às autoridades da comarca de Monte Santo para ser julgado de acordo com a lei.

A principal razão da paz que reinava em Canudos era a produção e distribuição de bens. Vigorava a propriedade coletiva da terra, das pastagens, dos rebanhos, das plantações. A propriedade individual era reduzida aos objetos de uso, aos móveis e a moradia. Os produtos frutos do trabalho dos canudenses pertenciam à comunidade. A produção de couro de cabra na comunidade deu tão certo que chegaram a exportar para a Europa. Todos trabalhavam e cada um recebia os mantimentos de acordo com as suas necessidades. A produção que ultrapassava o consumo e o excedente era armazenado ou vendido em localidades vizinhas. Para o sertanejo, que até

então só conhecia a fome e a falta de tudo, Canudos era de fato o paraíso na terra.

As mulheres em Canudos

Em Canudos as mulheres não eram vistas como inferiores, nem como propriedade do marido. O direito de trabalhar dava às mulheres a possibilidade de serem incorporadas à produção e fazer parte da vida da comunidade. Não havia prostituição e era terminantemente proibido o estupro e a violência. Apesar de o Conselheiro defender o casamento religioso, em Canudos, casava-se quem queria. A mulher que quisesse permanecer solteira poderia e ninguém poderia questionar sua vida sexual. Existem registros de casos em que o Conselheiro foi procurado para punir mulheres que possuíam uma vida sexual sem ser casadas e que ao invés de punir a mulher, o Conselheiro repreendia os moralistas. Diferente do resto da sociedade da época, não havia separação entre as mães solteiras e as casadas. Não havia separação entre filhos legítimos e bastardos, todos eram bem acolhidos e bem tratados. As mulheres tinham mais direitos na Canudos dirigida por rudes sertanejos, que no resto da sociedade brasileira dirigida por ilustres republicanos.

Várias mulheres cumpriram um papel importante em Canudos. Havia, por exemplo, as professoras Maria Francisca de Vasconcelos e Maria Figueira, educadas em Salvador, que dirigiam as duas escolas, caracterizando-se pela paciência e espírito de disciplina que impunham aos alunos. Durante a guerra trabalharam na enfermagem auxiliando o curandeiro Manuel Quadrado no atendimento aos feridos. Maria Francisca desapareceu na guerra, morta a tiros ou no incêndio da cidade. Maria Figueira sobreviveu a catástrofe e transferiu-se para Salvador, onde morreu aos 78 anos morando na rua.

Não foram somente os homens em Canudos que distinguiram-se na guerra. Houve também várias mulheres que participaram na luta heroicamente. Uma delas, Maria Rita, de 18 anos – a *virgem das caatingas* – trocou a roupa de chita pela roupa de couro, sobressaindo-se pelo destemor e pela pontaria. Ao ser atingida por uma bala nas caatingas ainda teve forças de voltar ferida para Canudos, percorrendo vários quilômetros, e morreu na porta da igreja. Havia também Santinha que organizou um piquete feminino devidamente armado para ir ao campo de batalha trazer de volta a Canudos os feridos e os mortos da guerra.

Começa a guerra

Canudos era uma pedra no sapato da república e sua repercussão era cada vez maior. A nova cidade mexeu no calcanhar de Aquiles da estrutura oligárquica: partilhar a terra de uma região no Brasil naquela época era o mesmo que dividir o poder.

Os frades João Evangelista de Monte Marciano e Caetano de Leo foram enviados a Canudos com a missão de dissolver o povoado, em 1895. Foram bem recebidos pelo Conselheiro, mas quando falaram em desarmar o povo e acabar com o arraial foram rechaçados pelos canudenses e tiveram que sair da cidade escoltados pela guarda pessoal do Conselheiro. A missão fracassou. No relatório, os correspondentes enfatizaram o caráter subversivo de Canudos, considerado núcleo de hostilidade ao governo e supostamente monarquista. Eles tentavam apresentar o Conselheiro como um fanático e falso profeta que apresentava Canudos como a terra prometida onde 'os rios

são de leite e os morros de cuscuz de milho'. O relatório conferiu legitimação religiosa à ação militar.

Primeira expedição: tropas em debandada

Canudos se tornava cada vez mais autossuficiente, mas mantinha relações econômicas com os vizinhos. Para a construção da Igreja Nova, Conselheiro havia comprado madeiras lavradas, em 1896, de um comissário de polícia em Juazeiro (BA), cidade próxima. No entanto, as madeiras não chegavam e também não foi devolvida a quantia paga por elas. Os conselheiristas mandaram avisar que, se a madeira não fosse entregue dentro de determinado prazo, iriam a Juazeiro buscá-la. O comerciante das madeiras era ligado ao juiz de direito Arlindo Leoni, a quem informou que os canudenses ameaçavam saquear a cidade. O boato justificou o primeiro ataque militar contra Canudos. O juiz pediu reforço ao governador Luís Viana, que enviou cem soldados para o local.

Os soldados esperaram por cinco dias em Juazeiro e nada do bando de Canudos. Então, sem querer voltar para a capital de mãos abanando, eles resolveram partir para o povoado para tirar satisfação lá mesmo. A caminho de Canudos, a tropa, comandada pelo tenente do exército Manuel da Silva Pires, parou no vilarejo de Uauá. Pela manhã, os canudenses surpreenderam os soldados. Enquanto as tropas dormiam os canudenses chegaram a Uauá em procissão pedindo paz. Acordados pelos conselheiristas, os soldados correram pelas portas, seminus, saltando pelas janelas; vestindo-se e armando-se às carreiras e dispararam fogo contra a procissão.

Mas não esperavam que houvesse uma tropa de defesa junto com os beatos, armados com armas velhas, foices e facões que atacaram os soldados. Eles se desesperaram e atiraram para todos os lados, ficando quase sem munição. A isso se seguiu uma luta corpo-a-corpo com arma branca que durou cinco horas. Após isso os guerreiros canudenses se retiraram, deixando os soldados em frangalhos, desarmados e precisando fazer uma viagem de quatro dias a pé de volta à Juazeiro sem comida. Dez soldados morreram e 16 ficaram feridos.

Segunda expedição: lagoa de sangue

Depois da derrota em Uauá, era necessária uma reação segura. Na segunda expedição militar, o comandante major Febrônio de Brito reforçou a tropa, formada por forças federais e pela polícia militar baiana. Reuniram-se em Monte Santo 600 soldados, em 29 de dezembro de 1896. Eles estavam armados até os dentes com metralhadoras e canhões. A ordem era arrasara Canudos. O Major Febrônio tinha tanta certeza da vitória que deixou em Queimadas um terço da munição que julgava desnecessária.

Os oficiais esperavam uma viagem fácil. Mas tiveram que caminhar cerca de 60 quilômetros com um clima muito quente e os canhões eram puxados por bois, o que atrasava a viagem. A 12 quilômetros de Canudos a comida acabou. A partir dali se iniciou uma guerra para a qual eles não estavam preparados. Eram atacados por tiros e ataques surpresa vindo do meio da mata, que do mesmo jeito que apareciam, sumiam em seguida. Na Lagoa do Cipó em 2 de janeiro de 1897 houve uma terrível batalha e o local foi rebatizado como Lagoa de Sangue. As tropas governistas espantaram os conselheiristas, mas não tinham mais como avançar. Estavam a dois dias sem comer, exaustos e sendo atacados por um inimigo invisível. Nova derrota

governista. Os conselheiristas tomaram as armas do exército que teve que fugir do local da batalha.

Terceira expedição: coronel corta-cabeças

Para comandar a terceira expedição, escolheram o coronel Antônio Moreira César, conhecido por vitórias na Revolta Federalista no sul do país, em 1894, por sua violência e implacável brutalidade contra os vencidos, que lhe valeu o apelido de Corta-Cabeças.

Moreira César reuniu 1,6 mil soldados, 15 milhões de cartuchos de fuzil, quatro canhões e inúmeras metralhadoras. A coluna dos soldados tinha três quilômetros de comprimento. No dia 2 de março chegaram em Angico, a 19 quilômetros de Canudos. Como a comida estava acabando e já eram 11 horas da manhã o Coronel Moreira Cesar quis animar seus homens com a frase que ficou conhecida: "vamos almoçar em Canudos". Chegando no morro da Favela, que ficava ao lado do arraial e mandou disparar os canhões e logo após ordenou que os soldados invadissem Canudos. Foi um grande erro. Os becos entre as casas formavam um verdadeiro labirinto e fizeram os soldados se dispersarem em pequenos grupos que eram atacados por todos os lados pelos canudenses que surgiam de repente nas vielas ou de dentro das casas e depois sumiam.

Do alto da torre da igreja nova atiradores alvejavam facilmente soldados, em especial os oficiais. O Coronel Moreira Cesar tentou descer com seu cavalo para animar os soldados e foi atingido por dois tiros na barriga e morreu em seguida. Foi substituído pelo coronel Tamarindo, que também foi atingido por um tiro. As tropas do governo saíram em uma fuga desesperada do arraial. Eram cerca de 800 soldados deixando pra trás armas, munições e até o fardamento com medo de serem reconhecidos no caminho pelos defensores do Conselheiro. A desorganização da tropa pode ser calculada pelas palavras do Coronel Tamarindo, que deveria chefiar a operação: "Em tempo de murici, cada um cuide de si".

A quarta expedição e o grande reforço: o fim de Canudos

A quarta expedição foi organizada diretamente pelo ministro da Guerra marechal Carlos Machado Bittencourt. Reuniu tropas de 17 estados, com setecentas toneladas de munição, inúmeras metralhadoras, doze canhões Krupp e o temível canhão Withworth, chamado pelos conselheiristas de "matadeira". Sob o comando do general Artur Oscar, a expedição era composta de duas colunas comandadas pelos generais João da Silva Barbosa e Cláudio do Amaral Savaget.



Em 21 de março de 1897, 18 dias após o fracasso de Moreira César, Artur Oscar já estava em Queimadas (BA), onde traçou um plano de ação distinto dos usados pelas expedições anteriores. Ordenou às tropas "não deixar ficar em pé nem um só pau que indicasse ter havido ali uma choça sequer".

A expedição pôs-se em marcha, em 5 de abril de 1897, com cerca de 6 mil soldados. Os primeiros combates aconteceram em junho, em Cocorobó, com a primeira coluna. Trezentos seguidores de Conselheiro, que estavam bastante armados, conseguiram deter mais de 2,5 mil soldados por vários dias, provocando cerca de mil baixas nas forças do governo. Com poucas dezenas de guerrilheiros Pajeú colocou a primeira coluna num buraco sem fim. Com táticas guerrilheiras, os conselheiristas cercaram a primeira coluna. Se a segunda coluna não chegasse a tempo, ela teria sido derrotada e a história seria outra. Mas mesmo com as duas colunas juntas, somando cerca de cinco mil homens, o máximo que puderam fazer foi manter a posição. Não tinham como atacar. Pediram reforços urgentes. Eles estavam em risco de ser destruídos. Em agosto chegaram os reforços. Mais 3 mil homens reunidos a pressa por todo o país.

O exército manteve artilharia pesada sobre o povoado, mas apenas em setembro conseguiu cercar e isolar Canudos. A dinâmica da guerra mudou: o arraial, que ficava em um vale, rodeado por morros, foi atacado de cima a baixo pelas tropas, que se posicionavam em locais altos e protegidos pelos morros, de onde era possível ver a cidade inteira. Com o grande reforço Canudos estava perdida. Os canhões finalmente derrubaram as torres da igreja nova. Ainda assim, quando os comandantes ordenaram que os soldados tomassem Canudos eles foram recebidos com uma resistência feroz que durou cinco dias dentro das vielas da cidade e custaram muitas mortes às tropas do governo.

Massacre: vinte mil mortes e crianças feitas escravas sexuais

Após mais de dois meses de luta na quarta expedição, os sertanejos não puderam resistir a uma força muitas vezes maior que a sua. Canudos resistiu

por quase dez meses às investidas de um exército profissional, que representava 50% do efetivo da força terrestre brasileira de então, treinado e com superioridade de combatentes, equipamento e demais recursos.

Em 3 de outubro de 1897, o conselheirista Antônio Beatinho levantou bandeira branca e ofereceu a rendição, obtendo a promessa de que ninguém sofreria represália. Um grupo de 300 canudenses famintos e doentes se entregaram. Todos os homens foram presos e depois degolados, uma execução sumária apelidada de "gravata vermelha".

Canudos caiu no fim da tarde de 5 de outubro de 1897. O Conselheiro havia morrido alguns dias antes de alguma doença desconhecida. Após a batalha o solo ao redor das igrejas foi revirado por ordem dos comandantes da expedição para encontrar o corpo do Conselheiro. Por fim foi encontrado morto no dia 6, envolto em lençol e flores, enterrado numa cova na encosta de uma parede do santuário. Vestia sua túnica de brim azul e alpargatas de couro. Os soldados acharam seu corpo às 10h. Eles o decapitaram e às 11h incendiaram o que ainda restava do arraial.

Depois de queimar Canudos, oficiais, soldados e jornalistas que acompanhavam a expedição não hesitaram em apossar-se dos seus restos humanos. Crianças, especialmente as claras, foram sequestradas. Umas para serem vendidas como escravas, outras para a prostituição ou mesmo para servir aos interesses sexuais dos vencedores. O final da guerra do governo contra Canudos é um reflexo do desprezo da burguesia brasileira pelo povo pobre desse país que tem que se sujeitar a viver na fome e miséria sem buscar construir algo novo.

A Guerra de Canudos foi um dos maiores massacres da história do país. O número de mortos é uma polêmica, não há dados muito exatos. É possível falar de cerca de 20 mil mortos.

A classe operária brasileira vai continuar o legado de Canudos

A existência de um fenômeno social como o de Canudos é consequência da covardia e da fragilidade da burguesia Brasileira, que não realizou a sua revolução democrática e não cumpriu suas tarefas. Entre elas a reforma agrária e solução do problema indígena e negro no país. As contradições sociais geradas pela falta de uma reforma agrária, da enorme concentração de terra na mão dos latifundiários e da miséria dos camponeses pobres e sem-terra, junto com a falta de uma resposta para a situação dos negros que eram libertos após 300 anos de escravidão e dos índios que foram exterminados e os sobreviventes expulsos de suas terras foi o que gerou o fenômeno social de Canudos. Esses problemas que não foram resolvidos pela covarde burguesia brasileira terão que ser resolvidos pela classe operária em sua revolução socialista no país.

A nossa tarefa é manter viva a memória de Antônio Conselheiro, do grande guerreiro negro Pajeú, de Maria Rita, a *virgem das caatingas*, e de todos 20 mil homens e mulheres pobre que tomaram no sertão pelo crime de não aceitar morrer de fome e de sede. Mais que isso, precisamos continuar a sua luta pela construção de uma sociedade sem classes sociais, com o patrimônio coletivo dos meios de produção e sem opressão de gênero ou raça. Mas que dessa vez seja dirigida pela classe operária organizada democraticamente em conselhos populares. E que deixem vir as expedições militares da burguesia. A classe operária e o povo pobre brasileiro tem em seu sangue a história de luta dos guerreiros de Canudos.

PARTE 3: BALANÇO HISTÓRICO DO “MODO PETISTA DE GOVERNAR”

Texto 1: As bases políticas do neodesenvolvimentismo -Armando Boito Jr. 2012

Foi na década de 2000, com a ascensão à Presidência da República de candidatos oriundos do Partido dos Trabalhadores que o capitalismo brasileiro voltou a apresentar taxas um pouco mais altas de crescimento econômico. Entendemos que temos aí um novo episódio em que a intervenção política dos trabalhadores propicia um novo impulso ao capitalismo no Brasil.

(...)

Foi um partido criado pelo movimento sindical e popular, o PT, que retomou a proposta da intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

(...)

Vivemos, hoje, uma situação política que, em seus traços mais gerais, apresenta semelhanças com aquela indicada acima para o período desenvolvimentista e populista.

(...)

...frente política ampla, policlassista e, de certo modo instável, como base de sustentação da política de desenvolvimento e, embora o populismo e o nacionalismo não tenham a importância que tiveram no passado, eles também estão presentes na frente política que se formou no século XXI.

(...)

...características importantes da atual frente política: a) essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira

(...)

Ela [A BURGUESIA BRASILEIRA] enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa – essa é a nossa hipótese de trabalho – o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público.

(...)

Foi nesse quadro marcado, de um lado, por dificuldades crescentes para o movimento sindical e popular e, de outro lado, pelo fato de um setor da burguesia começar a rever suas posições frente a algumas das chamadas reformas orientadas para o mercado que se criaram as condições para a construção de uma frente política que abarcasse setores das classes dominantes e das classes dominadas. Essa frente, organizada, fundamentalmente, pelo PT chegou ao poder governamental em 2003 com a posse do primeiro Governo Lula.

(...)

O programa neodesenvolvimentista

Por que recorrer ao termo “desenvolvimentista”? De maneira tentativa e inicial, diríamos que é porque esse é um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país.

...

- a) Políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo;
- b) Forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada;

- c) Política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais (DALLA COSTA, 2012);
- d) Política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica.
- e) incremento do investimento estatal em infraestrutura.

Mais recentemente, o Governo Dilma iniciou mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o spread bancário e intervindo no mercado de câmbio para desvalorizar o real, visando a baratear o investimento produtivo a oferecer uma proteção – muito tímida, é verdade - ao mercado interno. Devido a esses elementos, e apesar de eles não romperem com o modelo econômico neoliberal herdado da década de 1990, optamos por utilizar a expressão desenvolvimentista para denominar esse programa.

E por que empregar o prefixo “neo”? Porque as diferenças com o velho desenvolvimentismo do período 1930-1980 são significativas. O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal.

O problema é complexo e esse é um tema sobre o qual não desejo ser taxativo. Por ora, destacaríamos seis diferenças. O neodesenvolvimentismo:

- a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo,
- b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC
- c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local (BRESSER-PEREIRA, 2012)
- d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro,
- e) tem menor capacidade distributiva da renda e
- f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e anti-imperialista.

Todas essas seis características, que se encontram estreitamente vinculadas umas às outras, fazem do neodesenvolvimentismo um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor e tais características advêm do fato de o neodesenvolvimentismo ser a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal.

As classes e frações de classe que integram a frente neodesenvolvimentista

A grande burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista, encontra-se distribuída por diversos setores da economia – mineração, construção pesada, a cúpula do agronegócio, a indústria de transformação e, em certa medida, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional. O que unifica essas grandes empresas é a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro.

(...)

Um elemento fundamental é a busca de superávits na balança comercial que favoreceu enormemente o agronegócio, a mineração e outros setores ligados à exportação de produtos agropecuários e de recursos naturais.

(...)

A política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a poderosa instituição financeira estatal que passou incólume pela onda de privatização da década de 1990, passou a contar com um orçamento muitas vezes maior que aquele de que dispunha na década de 1990 e passou a priorizar um reduzido número de grandes empresas predominantemente nacionais como receptores dos programas de empréstimos a juros favorecidos ou subsidiados (BUGIATO, 2012). A política de compras do Estado brasileiro e das grandes empresas estatais também mudou sob os governos neodesenvolvimentistas. Essa

política passou a priorizar as grandes empresas predominantemente nacionais ou implantadas no Brasil.

Finalmente, a política externa do Estado brasileiro articulou-se com essa nova política econômica e também de modo a priorizar os interesses da grande burguesia interna. Um fato importante nessa área foi o arquivamento das negociações em torno da ALCA e o fortalecimento do Mercosul. Aliás, nesse importante episódio da política externa, grandes empresários e o movimento sindical e popular acabaram convergindo para uma mesma posição. A grande burguesia interna é a força que mais ganha com a política neodesenvolvimentista.

(...)

Essas forças foram, na verdade, as forças que criaram aquele que iria se tornar o instrumento partidário dessa frente – o PT.

(...)

Os assalariados ganham algo com o neodesenvolvimentismo. O crescimento econômico permitiu uma significativa recuperação do emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial. As novas condições econômicas e políticas favoreceram muito a organização e a luta sindical, propiciando um grande aumento no número de greves e permitindo novas conquistas salariais dos trabalhadores num evidente contraste com aquilo que ocorreu com o sindicalismo na década de 1990.

(..)

O campesinato também está presente na frente neodesenvolvimentista e também de forma organizada. O segundo governo FHC perseguiu e criminalizou os movimentos camponeses; com a ascensão de Lula da Silva, esses movimentos tiveram seu direito à reivindicação reconhecido pelo governo. O camponês remediado, que está presente principalmente na Contag e no setor de camponeses assentados do MST, reivindica assistência técnica, financiamento para a produção, mercado e preço para seus produtos. Os governos neodesenvolvimentistas têm atendido, em parte, essas reivindicações com o financiamento à agricultura familiar, que cresceu muito quando comparado com o que havia na era FHC, e com programas de compras governamentais da produção camponesa – por exemplo, no fornecimento de produtos para a merenda escolar (MST, 2009). O campesinato pobre, que corresponde aos camponeses sem-terra ou com pouca terra, reivindica a desapropriação das terras ociosas e uma política agressiva de abertura de novos assentamentos. Essa camada camponesa é a mais marginalizada pela frente neodesenvolvimentista. Os governos Lula e Dilma reduziram muito as desapropriações de terra. O agronegócio tem um peso importante na política neodesenvolvimentista fato que bloqueia a política de desapropriações (SCARSO, 2012).

(...)

No segundo Governo Lula, foi criado o programa habitacional de grande amplitude denominado “Minha casa, minha vida” que rompeu com a omissão da União nessa área.

(...)

Outra parte da chamada “massa marginal” é social e politicamente desorganizada. Ela foi incluída na frente neodesenvolvimentista graças às políticas de transferência de renda dos governos Lula da Silva e Dilma Rouseff.

(...)

Ao agirem assim, tais forças sociais, mesmo que movidas por interesses distintos, evidenciaram fazer parte de um mesmo campo político.

(...)

Tais contradições e tais dissidências, contudo, não comprometeram a unidade geral da frente neodesenvolvimentista. A contradição que continua polarizando a política nacional é aquela que opõe o campo neodesenvolvimentista ao campo neoliberal ortodoxo.

Texto 2: cartilha do ILAESE sobre 12 anos do governo do PT